



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

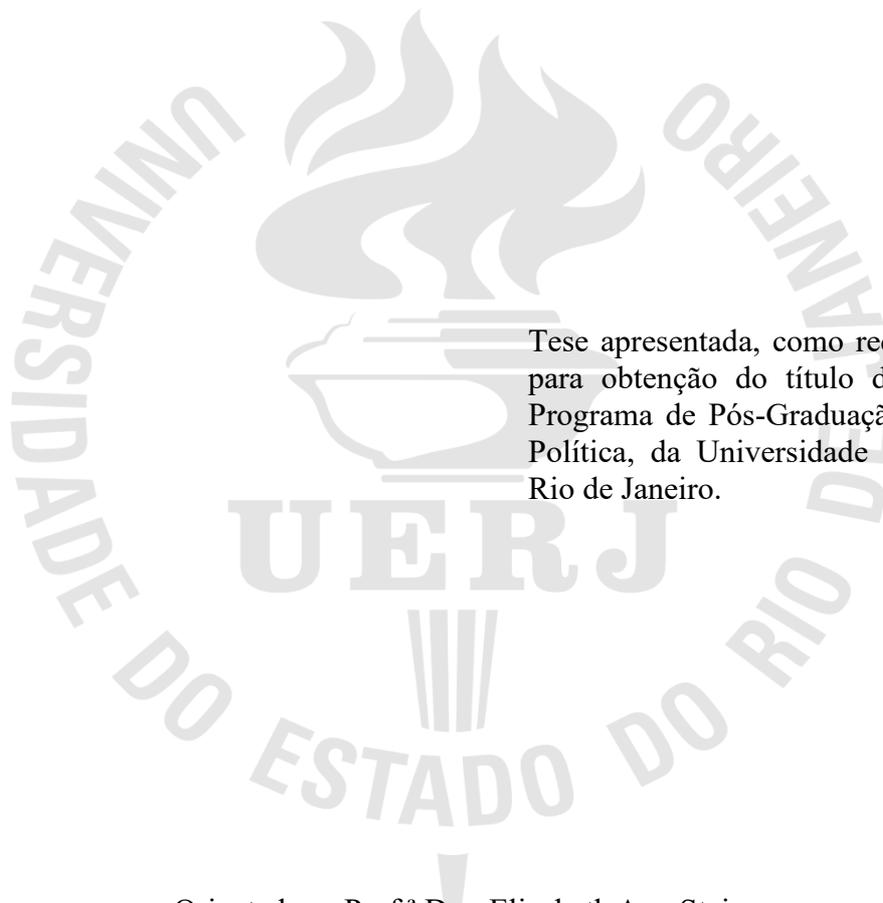
Vinicius Werneck Barbosa Diniz

Valores pessoais na política brasileira: diferenças partidárias e comportamento político nas câmaras municipais de Minas Gerais

Rio de Janeiro
2017

Vinícius Werneck Barbosa Diniz

Valores pessoais na política brasileira: diferenças partidárias e comportamento político nas câmaras municipais de Minas Gerais



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elizabeth Ann Stein

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

D585 Diniz, Vinícius Werneck Barbosa.
 Valores pessoais na política brasileira: diferenças partidárias e comportamento político nas câmaras municipais de Minas Gerais / Vinícius Werneck Barbosa
 Diniz. – 2017.
 160f.: il.

 Orientador: Elizabeth Ann Stein.
 Coorientador: Fabiano Guilherme Mendes Santos.
 Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

 1.Minas Gerais – Câmaras Municipais - Teses. 2.Administração municipal – Minas Gerais - Teses. 3. Vereadores – Minas Gerais – Teses. I. Stein, Elizabeth Ann. II. Santos, Fabiano Guilherme Mendes. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 352(815.1)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vinícius Werneck Barbosa Diniz

Valores pessoais na política brasileira: diferenças partidárias e comportamento político nas câmaras municipais de Minas Gerais

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 27 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Elizabeth Ann Stein (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ
Indiana University Bloomington (USA)

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos (Coorientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Ricardo Ceneviva
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Claudio Vaz Torres
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora

Rio de Janeiro
2017

DEDICATÓRIA

Esta vai para os loucos.
Os lunáticos. Os idealistas. Os incansáveis.
Para aqueles que gritam, quando mais fácil é calar.

Esta vai para os que assoviam, como Emmett Till,
Para os que, sem perceber, arrombam a porta do preconceito.

Esta vai para os que sonham a igualdade, como King,
E, fatigados de apenas sonhar, trabalham incansavelmente.

Esta vai para os que lutam pela liberdade, como Milk, E combatem a monocromia das ideias.

Eles ousam. Silenciam. Gritam. Choram. Podemos esquecê-los; ignorá-los, talvez. Não é
preciso conhecê-los ou admirá-los. Não esperam gratidão ou reverência.

Como muitos outros, Till, King e Milk sonharam demais.
Foram vítimas do inconformismo com o *status quo*.
O preconceito marcou seus corpos, mas não abalou suas palavras.

Sejamos vítimas, nós também. Vítimas de nosso sonho de igualdade Vítimas de nossa crença
na liberdade. Vítimas de nosso assovio.

Esta vai para esses loucos inconformados:

A Till
A King
A Milk
(Por mudarem o mundo)

AGRADECIMENTOS

Cinco anos, dois países, duas universidades depois.

À minha família, pelo amor e apoio constantes. Vocês que me ensinaram tanto e nunca estiveram em outro lugar a não ser a meu lado. Minha mãe e sua dedicação incansável e seu coração maior que o mundo; meu pai e sua força de vontade que tanto me motiva, e os inúmeros contatos de vereadores que me ajudou a conseguir; Amanda e seu carinho e apoio insubstituíveis, que não conhecem limitação alguma; Lu e seu companheirismo infinito, sem o qual talvez a tese não existisse; Edu e seu exemplo de profissionalismo e dedicação à excelência; Maggie e sua (às vezes) silenciosa presença.

À Liz, orientadora exigente e competente, que em tão pouco tempo me fez lutar para entregar mais do que eu acreditava ser capaz. Obrigado pelo crescimento e por ter feito parte da minha história. Ao Fabiano, figura muito admirada ao longo de todos os 7 anos de IUPERJ e Iesp, com quem muito aprendi e muito vou aprender, com sua visível e constante solidariedade em relação aos colegas discentes e docentes. Ao Prof. Ricardo Ceneviva, que com sua usual cortesia aceitou emprestar sua excelência com a participação na banca de doutoramento.

Ao mestre que virou amigo, Paulo Roberto, a quem não consigo expressar minha inteira gratidão, por simples ausência de palavras. A você, querido irmão, que me ensinou sobre a ciência política e sobre a vida, sobre companheirismo e sobre profissionalismo. Com imensa admiração, muito obrigado por esses 13 anos de aprendizado!

Ao Claudio, que nos momentos de maior desespero ao longo do último ano de tese, quando muitas vezes já pensava em desistir, orientou-me com paciência, solidariedade, respeito e sabedoria. Com a dose certa de exigência e apoio, suas qualidades acadêmicas e pessoais me fizeram um ser humano e um pesquisador melhor. Também será impossível colocar em palavras o tamanho da minha gratidão.

Ao professor Shalom Schwartz, que gentil e rapidamente respondeu mais de uma dezena de e-mails. Mesmo com a relevância acadêmica que tem, não perdeu a boa vontade de colaborar com um mero doutorando brasileiro. Como popularizou o poeta: saravá!

À Comissão Fulbright Brasil (braço do Departamento de Estado norte-americano), da qual tive a honra de ser bolsista, pelo apoio financeiro, acadêmico e profissional que me permitiu ser Pesquisador Visitante durante um ano letivo na Universidade Harvard. À Harvard Kennedy School, que me recebeu durante esse período, um obrigado gigantesco pelo tanto que

aprendi e por tudo que conheci. Ao presidente Obama, que ao contrário de outros que passaram pela história americana, compreende a importância da diversidade, da união entre os povos e da ausência de muros, pontos que subjazem a cultura e a história da Fulbright. À CAPES, pelo apoio financeiro tanto durante o período nos EUA quanto pelo período no Brasil.

Ao professor Matthew Baum, que me orientou na Kennedy School: muito obrigado! Nunca me esquecerei da qualidade e da excelência de todos os apontamentos levantados por você. Ao professor Dan Levy, que me marcou profundamente enquanto um educador que ao mesmo tempo que sonha, executa. Minha carreira não é a mesma após sua participação.

Aos amigos e colegas que conheci nesse período em Cambridge e os quais tanto admiro: Oriá, Carol, Clara, Adauto, Hussein, Rebeca, David, Danilo, Tamaryn, Everton, Déborah, Karina, Luciano, Motley, Raphael, José Fred, Renan, e muitos outros... obrigado! O ser humano é inevitavelmente o nosso *locus* de maior aprendizado.

Aos meus amigos e às minhas amigas de Iesp pela rica e constante conversação, que me ajudou a crescer. Admiro muito todos vocês pela vontade de aprender, de produzir, de pesquisar e de compartilhar: Carolina de Paula, Julia Stadler, Débora, Dani, Paulo, Tássia, Pedro, junto aos quais trilhei alguns dos mais importantes momentos da minha vida. Obrigado!

À querida Isabel Veloso, que se tornou minha parceira intelectual e grande amiga, desde o segundo ano do mestrado. Pela presença sempre solidária e pelo tanto que ajudou essa jornada a ser menos estressante e mais prazerosa, sou eternamente grato.

Às minhas duas queridas amigas e Pesquisadoras Assistentes, que participaram de todo o trabalho de campo da tese, Julia Franca e Lorenna Condé, pelo trabalho árduo e dedicado que executaram ao meu lado. Foram centenas de horas gastas, milhares de ligações e 201 entrevistas concluídas. Sem vocês a tese certamente não existiria. Obrigado.

Ao Waldyr Imbroisi, amigo-irmão de mais de década, não só pela amizade acolhedora e inestimável, mas pela revisão dos muitos erros que sempre cometemos ao utilizar a “dramática” de língua portuguesa. Os erros que permanecerem, certamente são frutos da minha limitação, desobediência e teimosia, e não representam o belo trabalho feito tanto pelo Waldyr quanto pelos professores e professoras que orientaram meu caminho.

À Rede de Ensino Doctum, que acreditou em meus projetos e ideias enquanto professor e pesquisador, e me apoiou ao longo dos últimos 15 meses de doutoramento; aos colegas de trabalho pelo apoio e torcida, obrigado!

Aos meus queridos parentes – nos dois planos da vida: avôs e avós, tios e tias, primos e primas. Pela família tão abençoada: obrigado! Obrigado também aos parentes por adoção

voluntária: Agna, Mariana, Tia Carmen, Tio Marquinhos, Francisco, Giovane, João Pedro. Aos meus amigos queridos que não caberiam aqui, mas que sabem muito bem quem são, pela importância fundamental que têm em minha vida.

Por fim, aos vereadores e às vereadoras que entenderam a importância da pesquisa e de boa vontade responderam ao nosso questionário, muito obrigado!

Obrigado a todos/as vocês por fazerem parte da minha vida e pelo tanto que deixam de vocês em mim.

Esta tese não existiria sem vocês.

Vinícius

Resta essa faculdade incoercível de sonhar
De transfigurar a realidade, dentro dessa incapacidade
De aceitá-la tal como é, e essa visão
Ampla dos acontecimentos, e essa impressionante

E desnecessária presciência, e essa memória anterior
De mundos inexistentes, e esse heroísmo
Estático, e essa pequenina luz indecifrável
A que às vezes os poetas dão o nome de esperança.

Vinícius de Moraes,

O Haver (fragmento)

Se nos perguntarmos de maneira imparcial como a ciência assumiu a forma que tem hoje em dia — o que em si é importante, pois ela nos domina, e nem mesmo um analfabeto está a salvo dela, pois aprende a conviver com incontáveis coisas de origem científica —, já temos dela outra imagem.

Robert Musil,

O homem sem qualidades

Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.

José Saramago,

Ensaio sobre a cegueira

RESUMO

DINIZ, Vinicius Werneck Barbosa. *Valores pessoais na política brasileira: diferenças partidárias e comportamento político nas câmaras municipais de Minas Gerais*. 2017. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

Em um país com 5.570 municípios, chega a surpreender que raros sejam os esforços para pesquisar os quase 60 mil vereadores brasileiros. Essa tese investiga a Teoria dos Valores Refinada de Schwartz (2012), a qual define valores como metas transituacionais, variando em importância, que servem como princípios norteadores para uma pessoa ou grupo. A teoria descreve e ordena 19 desses valores, medidos a partir de uma escala de 57 itens e verificada em termos de equivalência cultural e confiabilidade, através de Análises Fatoriais Confirmatórias e MDS. Embora haja evidências de que valores correlacionam com orientação política dos eleitores (CAPRARA; VECHIONE et. al, 2006) e com comportamento do eleitor (CAPRARA, 2006; 2007), busca-se entender se valores pessoais também têm um papel significativo no comportamento dos políticos acerca de dois diferentes resultados: apoio declarado ao prefeito no mandato e pertencimento partidário. Também nas hipóteses está o argumento de que a prioridade dada a certos valores se diferencia entre os partidos de esquerda e direita e que esta distinção não é arbitrária, sendo inclusive estatisticamente significativa. Responderam ao questionário 201 vereadores eleitos de Minas Gerais (estado com 21 milhões de habitantes, 853 municípios e 8.435 vereadores e vereadoras eleitos/as em 2012), de 79 cidades diferentes. O questionário incluiu o *Portrait Values Questionnaire* (57 itens) e questões sobre relacionamento com o prefeito, pertencimento religioso, governo militar, entre outras. Concluiu-se que valores são um componente importante para entender política local, com resultados interessantes sendo atingidos pela pesquisa. Entretanto, é necessário testar novamente algumas das hipóteses com uma amostra maior, visto que quatro delas não alcançaram poder estatístico acima do parâmetro mínimo. Acerca das hipóteses com poder estatístico suficiente, argumentou-se, por exemplo, que políticos que priorizassem autodireção (pensamento) e estimulação demonstrariam menos apoio ao poder executivo local, controlando por pertencimento partidário e participação ou não no partido do prefeito. Em geral, resultados mostraram que de 14 a 25,8% da variância no apoio declarado ao prefeito puderam ser explicadas pelo modelo desenvolvido. Também se argumentou que uma prioridade alta para valores de Conservação (conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-pessoal, segurança-social) levarão a uma menor probabilidade de pertencimento a partidos de esquerda – e, por derivação, a maior probabilidade de pertencimento a partidos de direita. Implicações para a política local também foram discutidas.

Palavras-chave: Valores básicos. Política local. Vereadores. Comportamento político. Brasil.

ABSTRACT

DINIZ, Vinícius Werneck Barbosa. *Personal values in Brazilian politics: party differences and political behavior in municipal legislative houses in Minas Gerais*. 2017. 160f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

In a country with 5,570 municipalities, it is surprising that rare are the efforts to investigate the almost 60,000 local politicians from the municipal legislative houses. This thesis investigated the Refined Theory of Basic Individual Values by Schwartz (2012), which defines values as trans-situational goals, varying in importance, that serve as guiding principles for a person or a group. The theory describes and orders 19 of these values, assessed with a 57-items scale and checked for cultural equivalence and reliability using CFA and MDS analyses. Although there is evidence that values correlate to political orientation of voters (CAPRARA; VECHIONE et. al, 2006) and to voting behavior (CAPRARA, 2006; 2007), we aimed understanding if personal values also play a significant role in politicians' behavior regarding two different outcomes: declared support to the mayor in office, and to party affiliations. It's also hypothesized that differences in certain values between parties is not arbitrary, and since it follows a theoretical path it can also be statistically discerned. Responded to the survey 201 elected politicians from the state of Minas Gerais (21 million inhabitants, 853 municipalities and 8,435 city councilmen and councilwomen per last election in 2012), Brazil, from 79 different municipalities. The survey included the Portrait Values Questionnaire (57 items) and questions about relationship with the mayor, religion affiliation, military government, and others. We concluded values are a rich framework to understand local politics, with interesting results being achieved by this research alone. Yet, it is necessary to retest some of the hypotheses with a greater sample, since four of the 10 did not achieve the minimum parameter for statistical power. Regarding the six hypotheses with enough statistical power, we argued, for example, that politicians that prioritize Self-direction of Thought, and Stimulation will show less support for the local executive, controlling for party affiliation and belongingness to the mayor's party. In general, results have shown that from 14% to 25,8% of the variance in the declared support for the mayor can be explained by the models developed. It is also argued that high priority towards Conservation values (i.e., Conformity-Interpersonal, Conformity-Rules, Tradition, Security-Personal, Security-Social) will lead to a lower probability of membership on left-wing parties - and, conversely, higher on right-wing parties. Implications for local politics are discussed.

Keywords: Personal values. Local politics. Political behavior. Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Percentual de mulheres e homens entre candidatos a vereador eleitos e não eleitos em 2012. | 36 |
| Gráfico 2 - Pirâmides etárias com todos os concorrentes a vereador no país em 2012, segundo sexo, estado e região | 38 |
| Gráfico 3 - Escolaridade dos candidatos eleitos e não eleitos em Minas Gerais e nos demais estados | 39 |
| Gráfico 4 - Informações das eleições para vereadores de 2012 segundo os estados..... | 67 |
| Gráfico 5 - Quadrantes com distribuições de frequência dos quatro tipos motivacionais de segunda ordem..... | 83 |
| Gráfico 6 - Gráfico de dispersão com a Dimensão Autotranscendência e a Dimensão Abertura à Mudança..... | 84 |
| Gráfico 7 - Representação gráfica das médias e do intervalo de confiança - Conservação | 98 |
| Gráfico 8 - Representação gráfica das médias e do intervalo de confiança - Autopromoção | 100 |
| Gráfico 9 - Frequência de vereadores ao longo da escala esquerda-direita..... | 102 |
| Gráfico 10 - Distribuição da amostra segundo autoposicionamento em relação ao executivo local | 107 |
| Gráfico 11 - Direção da migração partidária por vereador, com partido de origem e destino | 111 |
| Gráfico 12 - Posicionamento esquerda-direita dos partidos na amostra segundo painel de Cientistas Políticos | 115 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Composição das câmaras municipais eleitas em 2012 por região, segundo o sexo | 36 |
| Tabela 2 - Candidatos eleitos e não eleitos em MG e nos demais estados do país, segundo estado civil..... | 39 |
| Tabela 3 - Ocupação dos candidatos eleitos e não eleitos em Minas Gerais e nos demais estados do país, segundo sucesso eleitoral | 41 |
| Tabela 4 - Tamanho dos partidos nas eleições municipais de 2012..... | 44 |
| Tabela 5 - Comparação entre as três versões do PVQ..... | 71 |
| Tabela 6 - Análises de poder e significância | 78 |
| Tabela 7 - Medidas de ajuste global para as análises fatoriais confirmatórias em relação ao PVQ-RR | 82 |
| Tabela 8 - Estatísticas descritivas dos tipos motivacionais de segunda ordem e das duas dimensões | 84 |
| Tabela 9 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H1a | 86 |
| Tabela 10 - Regressão linear múltipla para Modelo Alternativo à H1a | 88 |
| Tabela 11 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H1b | 89 |
| Tabela 12 - Regressão linear múltipla para Modelo Alternativo..... | 91 |
| Tabela 13 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H2a | 93 |
| Tabela 14 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese | 95 |
| Tabela 15 - Test-t de amostras independentes - Conservação..... | 97 |
| Tabela 16 - Test-t de amostras independentes - Autopromoção | 99 |
| Tabela 17 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H4a | 101 |
| Tabela 18 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H4b | 103 |
| Tabela 19 - Partidos classificados como esquerda e direita e o número de vereadores na amostra | 112 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Tipos motivacionais de valores | 48 |
| Quadro 2 - Os 19 valores da teoria refinada e suas metas motivacionais | 54 |
| Quadro 3 - Valores consolidados de testes de significância, coeficiente de determinação e tamanho do efeito | 106 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Modelo teórico das relações entre os tipos motivacionais de valor, valores de segunda ordem e dimensões bipolares de valores | 52 |
| Figura 2 - Círculo matricial dos 19 valores da teoria refinada | 53 |
| Figura 3 - Análises fatoriais confirmatórias da estrutura proposta do PVQ-R por tipos de segunda ordem | 81 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AFC | Análise Fatorial Confirmatória |
| CE | Ceará |
| DEM | Democratas |
| ES | Espírito Santo |
| GO | Goiás |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBOPE | Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística |
| ICS | Índice de Confiança Social |
| IPEA | Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| <i>M</i> | Média |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MDS | Análise de Escalonamento Multidimensional |
| PB | Paraíba |
| PC do B | Partido Comunista do Brasil |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PE | Pernambuco |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PHS | Partido Humanista da Solidariedade |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PMN | Partido da Mobilização Nacional |
| PP | Partido Progressista |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPL | Partido Pátria Livre |
| PPS | Partido Popular Socialista |
| PR | Paraná |
| PR | Partido da República |

| | |
|---------|---|
| PRB | Partido Republicano Brasileiro |
| PRP | Partido Republicano Progressista |
| PRTB | Partido Renovador Trabalhista Brasileiro |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PSC | Partido Social Cristão |
| PSD | Partido Social Democrático |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSDC | Partido Social Democrata Cristão |
| PSL | Partido Social Liberal |
| PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PT do B | Partido Trabalhista do Brasil |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PTC | Partido Trabalhista Cristão |
| PTN | Partido Trabalhista Nacional |
| PV | Partido Verde |
| PVQ | Portrait Values Questionnaire |
| RJ | Rio de Janeiro |
| RMSE | Erro quadrático médio |
| RS | Rio Grande do Sul |
| RVS | Rokeach Value Survey |
| SC | Santa Catarina |
| SoV | Study of Values |
| SP | São Paulo |
| SVS | Schwartz Values Survey |
| TO | Tocantins |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |

SUMÁRIO

| | | |
|---------|---|----|
| | INTRODUÇÃO | 18 |
| 1 | REFERENCIAL TEÓRICO | 23 |
| 1.1 | Vereadores e política local | 23 |
| 1.1.1 | <u>As Câmaras Municipais e o vereador</u> | 25 |
| 1.1.2 | <u>A estrutura legislativa no Brasil e o papel do vereador</u> | 28 |
| 1.1.3 | <u>Fidelidade partidária, apoio ao executivo e ideologias partidárias</u> | 30 |
| 1.1.3.1 | Fidelidade partidária e apoio ao executivo | 30 |
| 1.1.3.2 | Ideologias partidárias | 33 |
| 1.1.4 | <u>Quem são os vereadores no Brasil e em Minas Gerais?</u> | 35 |
| 1.2 | A ciência dos valores e o mundo da política | 44 |
| 1.2.1 | <u>Valores pessoais: teoria e empiria</u> | 44 |
| 1.2.1.1 | O que os valores não são? | 46 |
| 1.2.1.2 | O que os valores são? | 47 |
| 1.2.1.3 | De onde os valores vêm? | 47 |
| 1.2.1.4 | Os 10 tipos motivacionais de valor de Schwartz | 49 |
| 1.2.1.5 | O modelo teórico e suas dinâmicas internas | 51 |
| 1.2.1.6 | A teoria refinada de valores de Schwartz | 53 |
| 1.2.2 | <u>Estudos de valores no domínio da política</u> | 56 |
| 1.3 | Hipóteses | 63 |
| 2 | MÉTODO | 66 |
| 2.1 | Considerações | 66 |
| 2.2 | Nível de Análise | 67 |
| 2.3 | Fase 1: Elaboração do questionário | 68 |
| 2.3.1 | <u>Os instrumentos de medição (SoV, RVS, SVS, PVQ-21, PVQ-40, PVQ-RR)</u> . | 68 |
| 2.3.2 | <u>O questionário final</u> | 73 |
| 2.4 | Fase 2: Seleção dos participantes e coleta dos dados | 74 |
| 2.5 | Fase 3: Análises | 75 |
| 2.5.1 | <u>Comentários metodológicos sobre o PVQ-RR</u> | 75 |
| 2.5.2 | <u>Análise Fatorial Confirmatória</u> | 76 |
| 2.5.3 | <u>Análise de Poder (Power)</u> | 77 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 2.5.4 | <u>Regressão linear múltipla</u> | 78 |
| 2.5.5 | <u>Teste t de amostras independentes</u> | 79 |
| 3 | RESULTADOS | 80 |
| 3.1 | AFC: ajuste do modelo | 80 |
| 3.2 | Histogramas e distribuições | 82 |
| 3.3 | Base do Prefeito | 85 |
| 3.3.1 | <u>Hipótese H1a</u> | 85 |
| 3.3.1.1 | Modelo alternativo | 87 |
| 3.3.2 | <u>Hipótese H1b</u> | 88 |
| 3.3.2.1 | Modelo alternativo | 90 |
| 3.4 | Fidelidade Partidária | 92 |
| 3.4.1 | <u>Hipótese H2a</u> | 92 |
| 3.4.2 | <u>Hipótese H2b</u> | 94 |
| 3.5 | Diferença de valores entre partidos | 96 |
| 3.5.1 | <u>Hipótese H3a</u> | 96 |
| 3.5.2 | <u>Hipótese H3b</u> | 96 |
| 3.5.3 | <u>Hipótese H3c</u> | 98 |
| 3.5.4 | <u>Hipótese H3d</u> | 99 |
| 3.6 | Valores como preditores de pertencimento partidário | 100 |
| 3.6.1 | <u>Hipótese H4a</u> | 100 |
| 3.6.2 | <u>Hipótese H4b</u> | 102 |
| 4 | DISCUSSÃO | 105 |
| 4.1 | Considerações | 105 |
| 4.2 | Entendendo o comportamento político | 106 |
| 4.2.1 | <u>Apoio ao prefeito</u> | 106 |
| 4.2.2 | <u>Fidelidade partidária</u> | 109 |
| 4.2.3 | <u>Diferença de valores entre partidos</u> | 111 |
| 4.2.4 | <u>Pertencimento partidário</u> | 114 |
| | CONCLUSÃO | 117 |
| | REFERÊNCIAS | 122 |
| | APÊNDICE A - Sintaxe do SPSS | 136 |
| | APÊNDICE B - Questionário | 152 |

INTRODUÇÃO

Um comentário frequente nas rodas de conversa defende que “políticos são todos iguais”, “farinha do mesmo saco” ou alguma expressão equivalente. Por trás, há uma crença bastante disseminada de que políticos não diferem em sua constituição íntima, sendo irrelevante decidir entre um e outro nos períodos eleitorais. O presente estudo parte do pressuposto de que isso não é verdade, de que políticos são diferentes em relação a quais são seus valores básicos prioritários e de que isso de fato decanta em comportamentos político e eleitoral distintos. Intitulada “Valores pessoais na política brasileira: diferenças partidárias e comportamento político nas câmaras municipais de Minas Gerais”, a tese busca apontar em que medida valores básicos diferenciam os vereadores, distinguem os partidos e, por fim, desaguam em comportamento político distinto.

Partindo da premissa de que é possível discernir políticos com base na *Teoria dos Valores básicos de Schwartz* (SCHWARTZ; CAPRARA; VECHIONE, 2010), explicada brevemente abaixo, e de que essa diferença é capaz de influenciar na composição partidária, de um lado, e de explicitar comportamentos políticos, de outro, desenvolve-se um conjunto de dez hipóteses a serem testadas por meio de uma metodologia quantitativa (questionário com vereadores da legislatura 2013-2016).

Quando se pensa em valores, pensamos naquilo que é importante para nossas vidas (segurança, sabedoria, sucesso, prazer, independência, ética, etc.). Apesar de parecer um tema de difícil captura pelo olhar acadêmico, não é de hoje que diversas áreas se interessam pelo campo, como a Sociologia, por exemplo, quando Weber discute seu conceito de *Wertrational*, ou ação racional valorativa (GOMES; MAGALHÃES, 2008, p. 86); a Psicologia, com Spranger, Rokeach, Schwartz, e outros, que serão apresentados no próximo capítulo; a Ciência Política, quando Zaller estuda a relação entre valores e informação como elementos de formação da opinião pública (1991), ou Alwin e Krosnick investigam as técnicas de medição de valores (1985). Desde 1950, consolidou-se uma posição teórica majoritária acerca da forma mais útil de se analisar conceitualmente valores humanos básicos. Já na década de 90, a mais importante e utilizada teoria de valores, a Teoria dos Valores de Schwartz (1992), começou a ser estruturada. Ela é acompanhada por escalas estatisticamente validadas em mais de 200 amostras realizadas em mais de 74 países, inclusive no Brasil. Tanto a teoria quanto as escalas que a acompanham são utilizadas, por exemplo, pelo European Social Survey (ESS) e pelo

World Values Survey (WVS), coordenada por uma rede global de pesquisadores, que inclui Pippa Norris e Ron Inglehart (WORLD VALUES SURVEY, 2016).

A Teoria dos Valores de Schwartz (SCHWARTZ, 1992) define os valores como objetivos desejáveis que transcendem situações específicas, variando em importância, que servem como princípios na vida das pessoas. O que distingue um valor do outro é o tipo de objetivo motivacional que eles expressam. Schwartz et al. (2012) deriva, portanto, 19 valores motivacionalmente distintos, a partir de três requisitos fundamentais da condição humana: necessidades do indivíduo enquanto organismo biológico; requisitos de interação social coordenada; e sobrevivência e bem-estar de grupos.

A partir do objetivo motivacional central, os valores foram assim descritos: (1) Autodireção (Pensamento); (2) Autodireção (Ação); (3) Estimulação; (4) Hedonismo; (5) Realização; (6) Poder (Recursos); (7) Poder (Domínio); (8) Face; (9) Segurança (Pessoal); (10) Segurança (Social); (11) Tradição; (12) Conformidade (Regras); (13) Conformidade (Interpessoal); (14) Humildade; (15) Benevolência (Cuidado); (16) Benevolência (dependência); (17) Universalismo (Compromisso); (18) Universalismo (Natureza); (19) Universalismo (Tolerância). Além de identificar os 19 valores básicos universais, a teoria estabelece as relações e dinâmicas existentes entre eles. Esses 19 valores básicos de Schwartz organizam-se em uma estrutura circular, preservando relações de conflito e compatibilidade, e que posteriormente se decantam em duas dimensões bipolares: Conservação *versus* Abertura à mudança e Autotranscendência *versus* Autopromoção.

A vinculação da pesquisa sobre valores com a política local surgiu como inspiração do mestrado, das leituras para o doutorado e das conversas com os professores Matthew Baum e Dan Levy durante o estágio de Pesquisador Visitante Fulbright na Harvard Kennedy School. O escopo da pesquisa (WERNECK, 2011) de mestrado, que focava nas mudanças que valores religiosos geravam na autopercepção do mandatário de cargo eletivo enquanto representante político e sobre a própria instituição da representação política, foi se alargando. A pesquisa não mais se centrava apenas na variável religiosa isolada, mas em uma percepção de que valores em geral, conscientes ou não, poderiam ser uma chave explicativa para fenômenos variados na dinâmica política. Diversas variáveis já são utilizadas rotineiramente como formas legítimas de entender a dinâmica da política, seja local, regional ou nacional: políticos tendem a buscar a reeleição e utilizar cálculos que facilitem sua manutenção no poder; partidos influenciam, bem como o faz a mídia, os movimentos sociais (igrejas, sindicatos, movimentos estudantis, Federações, etc.); a organização do sistema eleitoral também afeta o processo decisório tanto

de eleitores quanto de dirigentes partidários, como sugere o *efeito psicológico de Duverger* (DUVERGER, 1987; NICOLAU, SCHMITT, 1995).

Mas, para além dessas e de outras variáveis, assume-se que valores pessoais (conforme definição de Schwartz) ajudam a explicar comportamentos também no mundo da política. Nesse sentido, seria possível medir a influência desses valores no comportamento político e eleitoral em uma multiplicidade de hipóteses: pertença a partidos políticos; votação em matérias que regulam a moral privada e mesmo a moral pública; magnitude de gastos em campanha; peso do financiamento para a campanha (se público/fundo partidário, de pessoa física ou jurídica); fidelidade partidária, etc. Além disso, haveria implicações também no comportamento do eleitor, inclusive com a hipótese de que é possível prever a intenção de voto com base nos *perfis de valores*. As hipóteses escolhidas para serem trabalhadas na pesquisa não envolvem a dimensão do comportamento eleitoral estrito, mas focam-se no comportamento legislativo e nos partidos. Elas podem ser consultadas ao fim do Capítulo 1.

De forma geral, as pesquisas na área de estudos legislativos no Brasil têm se restringido às esferas nacional e estadual, pendendo mais para a primeira. Há muitos e bons estudos na área, mas raros são aqueles que investigam os vereadores e as câmaras municipais, criando ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade. Vereadores estão presentes em todas as cidades brasileiras, e são entre os políticos aqueles com mais proximidade espacial com o cidadão, além de os mais acessíveis. Alguns, eleitos com em torno de 70 votos, em municípios como Guarará ou Madre de Deus de Minas, ambos em Minas Gerais; outros, com mais de 10 mil votos, como acontece em Belo Horizonte. Há muita diversidade cultural, econômica, estrutural e conjuntural, formando um universo de pesquisa pouco explorado e repleto de possibilidades. No Brasil, quase 60 mil vereadores exerceram mandatos na legislatura atual, enquanto os Deputados Federais somam apenas 513, e os Senadores, 81.

Nosso objeto de pesquisa, os vereadores, estando na ponta do pacto federativo, são de certa forma o principal elo entre o cidadão e o mundo da política. A importância do vereador para o cidadão médio, sua relevância para a organização política, a capilaridade de sua influência, a inexistência de um grande e consolidado corpo teórico sobre seu papel na Ciência Política e a imensidão numérica de sua presença são todas motivações da pesquisa. Em complemento, o aporte da Psicologia para os estudos de valores, bastante consolidado no exterior, inclusive com a participação de excelência de autores brasileiros, merece mais investimento pela academia brasileira e também ser trabalhado dentro da Ciência Política nacional. Há muitas contribuições da Psicologia para a Ciência Política, e a aplicação de ferramentais dessa área-irmã é o outro lado da moeda entre as motivações da pesquisa.

No Capítulo 2, que se divide em duas partes, estabelece-se as bases teóricas e revisitando importantes estudos. A primeira parte, sobre comportamento legislativo, política local, vereadores, fidelidade e ideologia partidárias; a segunda, sobre os conceitos históricos de valor até as mais recentes discussões, incluindo um debate sobre os valores especificamente no mundo da política. O Capítulo 2 termina com a listagem de 10 hipóteses formuladas especificamente para a tese, divididas em quatro temas: apoio ao prefeito local, fidelidade partidária, diferenças entre esquerda e direita e pertencimento partidário segundo espectro ideológico dos partidos.

Como investigar essas hipóteses é o objetivo do Capítulo 3, chamado de Método, que debate o nível de análise da pesquisa e descreve três fases importantes para a elaboração do método: 1) a discussão sobre os instrumentos de medição de valores pessoais e a construção do questionário; 2) a seleção de participantes e a coleta dos dados; e, 3) a análise do ajuste do modelo (Análise Fatorial Confirmatória) e do poder estatístico, aliado a comentários sobre as duas ferramentas estatísticas utilizadas para testar as hipóteses (regressão múltipla e teste-t de amostras independentes). Para quem se interessar pelo questionário preenchido pelos vereadores, bem como na sintaxe do SPSS utilizada para rodar as análises, o Apêndice traz essas informações.

A seguir, no Capítulo 4, denominado Resultados, a pesquisa apresenta os resultados da Análise Fatorial Confirmatória e de cada uma das hipóteses testadas, desde que a hipótese nula pudesse ser adequadamente rejeitada. Esse capítulo abre as portas para a Discussão dos resultados, que ocupa o Capítulo 5, novamente dividido a partir dos quatro temas. A Conclusão, no Capítulo 6, fecha a pesquisa, trazendo um apanhado do percurso trilhado, as dúvidas remanescentes e as conclusões sugeridas pelos resultados dos testes de hipótese. A tese não tem pretensão de estabelecer relação causal entre os valores e o comportamento político dos vereadores, e o método não comportaria esse objetivo. Entretanto, a tese permite começar a responder à pergunta sobre o papel dos valores para a Ciência Política e para a prática política.

Em uma pesquisa quantitativa e representativa a nível nacional, que realizamos durante o trabalho inicial para a tese ($N = 616$, margem de erro = 4%, RMSE: 2,6%)¹, perguntamos ao respondente se, na opinião dele, os políticos brasileiros se comportam de forma diferente dependendo dos valores pessoais que possuem. O resultado final revela que o brasileiro está

¹ Essa pesquisa foi realizada através do Google Consumer Survey (GCS), com 616 respondentes do Brasil. O RMSE informado, é a média ponderada da diferença entre a amostra predita da população e a população em si. Quanto mais baixo o número, menor o viés geral da amostra. A confiabilidade da plataforma do GCS foi investigada pela Pew Research Center em relação a métodos tradicionais de pesquisa de opinião (A COMPARISON OF RESULTS..., 2012). O estatístico Nate Silver, então do New York Times, comparou a precisão dos institutos de pesquisa nas eleições presidenciais americanas de 2012, o Google Consumer Survey ficou em segundo lugar (SILVER, 2012).

dividido. Ao mesmo tempo em que 31% acreditam que sim – valores fazem diferença no comportamento dos políticos brasileiros –, 10% têm certeza que todos os políticos são iguais; outros 11% acreditam que, mesmo sendo diferentes, eles não conseguem transformar essa diferença em prática por conta de outras razões, e há ainda os que ficam na dúvida, com 22%. As respostas eram apresentadas aleatoriamente, e a opção “Não tenho resposta sobre isso”, que sempre aparecia no fim da lista, registrou 26%. A área de valores e política no Brasil é realmente de poucos consensos e muita evidência anedótica, seja na academia, seja fora dela. A tese tem objetivo de ajudar a construir um caminho de estudos sistemáticos sobre os vereadores e sobre a interface entre valores e política no Brasil. É esse espaço que a tese busca preencher, produzindo pesquisa com trabalho de campo e teste de hipóteses, a fim de avançar, mesmo que apenas um pouco, nesse importante campo de pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Vereadores e política local

Para se compreender adequadamente a influência de valores básicos pessoais na política em âmbito local, é fundamental conhecer o estado da arte sobre dois grandes temas: de um lado, está a literatura sobre valores, que será trabalhada na segunda parte deste capítulo; de outro, estão as pesquisas sobre a política local, os elementos explicativos já consolidados e utilizados majoritariamente na literatura da área, bem como os furos e ausências que decorrem, muitas vezes, da transposição das pesquisas sobre os níveis nacional e regional para se compreender as relações locais.

Em 2012, o Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que eliminava salários dos vereadores das cidades com menos de 50 mil habitantes. Se a PEC não houvesse sido retirada de pauta pelo Senador e em 2015 já estivesse sancionada, 882 a cada 1000 municípios não pagariam salários aos seus vereadores (IBGE, 2015).

A proposta do senador goiano, ainda que polêmica, foi muito popular durante seu quase um ano de tramitação. Embora seja usual que a classe política brasileira enfrente uma contumaz desconfiança por parte do povo brasileiro, usualmente ocupando as últimas posições do ranking anual do Índice de Confiança Social² (ICS), as notícias são ainda mais impactantes. De 2009 a 2015, a confiança no/a Presidente/a da República caiu de 66 para 22. Considerando que os responsáveis pelo ICS sugerem que um índice de 100 indica “muita confiança”, 66 deve ser lido como “alguma confiança”, 33 aponta “quase ou nenhuma confiança” e 0 é o mesmo que “nenhuma confiança”, uma queda como a registrada acima é acentuada e significativa.

No mesmo período, partidos políticos tiveram sua confiança já baixa, na casa dos 22 pontos, regredindo para 17. A confiança no Congresso passou de 35 para 22. O próprio sistema eleitoral (e a instituição das eleições) caiu de 49 para 33. Não só as instituições políticas sofreram com essa crise de confiança, no entanto; se em 2009 havia 7 instituições com índice de confiança social acima de 60, em 2015 só restaram 3 (Corpos de Bombeiros, Igrejas e Forças Armadas).

² O relatório “Índice de Confiança Social 2015” pode ser acessado gratuitamente na página do IBOPE: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf. Acesso em 10/07/2016.

Sintomaticamente, uma das propostas do candidato à presidência pelo Partido Verde em 2014, Eduardo Jorge, foi a de acabar com o Senado e - sim, de novo - extinguir salários de vereadores. Seja acabando com a figura da Câmara Municipal, como por vezes se propõe, ou reconfigurando de forma intensa seu papel, o elemento que subjaz todas essas posições é o mesmo: uma descrença na eficiência do legislativo municipal e dos vereadores na organização da política no Brasil.

Entender essa instituição, presente nos 5.570 municípios brasileiros, é um passo importante para entender a própria política. A capilaridade das Câmaras e de seus vereadores e vereadoras reside tanto em sua característica local, com a proximidade geográfica em relação ao cidadão, quanto na enormidade numérica de vereadores quando comparados aos outros cargos políticos eletivos de carreira (mesmo incorporando nessa conta o executivo).

Em uma preparação para o trabalho de campo da tese, foram sorteados 10 vereadores por meio do serviço random.org³ entre os quase 60 mil eleitos em 2012. Nossa intenção era aprender um pouco com essa amostra, conhecer alguns desafios futuros do trabalho de campo e conversar de forma mais aberta com alguns vereadores de nossa população. Esse procedimento, que se mostrou muito profícuo, colocou sob nossa atenção as realidades da vereança em cidades como Luiziana (PR), Catende (PE), Baturité (CE), Aroeiras (PB), Damião (PB), Santa Rita (PB), Guarinos (GO), Lagoão (RS), Mondaí (SC) e Itaporã do Tocantins (TO).

Em grande parte, como as leis da probabilidade já antecipariam, os vereadores sorteados nessa etapa são majoritariamente homens (80%) e foram eleitos em cidades pequenas - as menores, Guarinos e Itaporã do Tocantins, com menos de 2500 habitantes, e a maior, com quase 135.000 habitantes, Santa Rita, na Paraíba (a única com mais de 100 mil). Embora não sejam foco da tese, vale citar que as Câmaras em geral apresentaram estrutura bastante modesta, com os vereadores raramente comparecendo presencialmente à sede do legislativo municipal. Ao realizar o contato telefônico com a respectiva Câmara, foi usual que o responsável por atender as ligações já fornecesse diretamente o celular do vereador, sem intermediários ou burocracia, algo que não era comum em cidades de maior porte.

Um dos políticos sorteados, com curso superior, eleito com pouco mais de cem votos, descreveu assim a função do vereador: “São diversos os papeis, sendo os principais deles (a) aproximar as reivindicações da sociedade com o Executivo municipal, (b) fiscalizar o executivo e (c) criar diretrizes através de leis que controlem as ações do Executivo”. Citou também a

³ Os vereadores foram listados e numerados, e o sistema random.org sorteou aleatoriamente 10 números distintos. Diferente de outros sistemas, o random.org usa ruídos atmosféricos no lugar de uma fórmula matemática, a fim de gerar aleatoriedade verdadeira.

escassez de recursos em municípios menores e o contato mais próximo do eleitor com o vereador⁴.

1.1.1 As Câmaras Municipais e o vereador

Dois pesquisadores ligados ao IPEA têm se dedicado a pesquisar a vereança brasileira, buscando descrever e analisar a representação política local. Numa versão mais recente da pesquisa (LOPEZ; ALMEIDA, 2015), submetida à Revista de Sociologia e Política, os autores identificam, a partir de uma amostra não representativa de 112 vereadores de 12 municípios mineiros, três tipos de representantes: o legislador, o captador e o assistencialista.

O primeiro notabiliza-se por sua dedicação a ao menos uma das funções formais da vereança, que são legislar e fiscalizar o Executivo. Os outros dois tipos se dedicam mais a atividades extralegislativas, que se resumem ao atendimento de pedidos de eleitores. A natureza do pedido, se predominantemente particular ou coletivo, é o que os distingue. O captador dedica-se mais ao atendimento de pedidos coletivos, geralmente voltados para ações de infraestrutura no município. [...] O assistencialista, por fim, dedica o seu tempo e esforço principalmente ao atendimento de pedidos particulares, ou seja, que beneficiam diretamente apenas um eleitor e sua família. (LOPEZ; ALMEIDA, 2015, p. 1).

Essa tese não tem por interesse explicitar a autopercepção do papel do representante no legislativo municipal, mas é fundamental olhar para a literatura acadêmica que mesmo não possuindo o mesmo objetivo, compartilha do mesmo objeto. Nossa unidade de análise, o vereador, para utilizarmos de uma analogia austiniana⁵, pode ser considerado um objeto de três dimensões estacionado em um ambiente escuro, e que a cada “fotografia” tirada pelo teorista revela uma percepção distinta.

Outro pesquisador que lançou o olhar para o poder local, Victor Nunes Leal, produziu em “Coronelismo, Enxada e Voto” o “primeiro trabalho moderno de ciência política no país”, de acordo com José Murilo de Carvalho (LEAL, 2012). Na obra, cuja primeira edição fora publicada em 1949, Leal aborda o coronelismo enquanto sistema, inserto no período histórico contemporâneo à primeira experiência federalista, e também dependente das estruturas econômicas presentes, como a agrária. Para além do local, o coronelismo seria um fenômeno que interligaria o município, o estado e a União - em outras palavras, interligaria “coronéis,

⁴ Vereador, em contato telefônico em 02/12/2015

⁵ Relativo às ideias de J. L. Austin, em seu *Philosophical Papers*.

governadores e presidentes, num jogo de coerção e cooptação exercido nacionalmente”. (CARVALHO in LEAL, 2012).

Embora haja mais de meio século entre a famosa publicação de Victor Nunes Leal e a legislatura atual (2013-2016), não há uma bibliografia extensa sobre o legislativo municipal brasileiro. Kerbauy reflete exatamente sobre esse ponto:

Com relação à bibliografia sobre poder local, poucos estudos foram dedicados à atuação do legislativo municipal, às regras que determinam o processo de interação dos poderes executivo e legislativo e de como se orientam as ações dos atores políticos do legislativo local. As análises sobre o “comportamento legislativo” restringiram-se à atuação da câmara dos deputados e das assembleias legislativas (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; SANTOS, 2001; PEREIRA & RENNÓ, 2001). Daí a dificuldade de extrapolar para o município as análises efetuadas por Figueiredo & Limongi (1999), a respeito do predomínio do executivo no processo de formulação de políticas, caracterizado por um padrão cooperativo entre os dois poderes. (KERBAUY, 2005, p. 339)

Como forma de ilustrar a incipiente atenção dada aos vereadores na Academia brasileira, é revelador que em uma busca pelo assunto no portal SciELO tenham sido encontrados apenas seis artigos (LOPEZ, 2004; CUNHA; SANTOS, 2005; KERBAUY, 2005; BARRETO, 2008; BRAGA; NICOLÁS; BECHER, 2013; D’AVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2014). Desses, metade foi publicada na revista *Opinião Pública*, enquanto quatro são estudos de casos com apenas de uma a três câmaras municipais. A título de comparação, pesquisas no SciELO sobre deputados totalizam 205 referências e aquelas sobre o poder executivo local somam 50. Vale destacar a dissertação de mestrado de Joffre Neto acerca do afastamento dos legislativos municipais de suas funções constitucionais, que contou com ambiciosa coleta de dados com vereadores, com quase 500 respostas de questionários devolvidas pelos Correios (JOFFRE NETO, 2001). A revisão bibliográfica desta pesquisa não se restringiu aos materiais publicados na plataforma do SciELO, mas a avaliação acima é evidência de uma cultura onde se pesquisa muito sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário nacionais, e muito pouco sobre a política que acontece ao alcance espacial do cidadão.

A dinâmica local, embora seja influenciada por variáveis nacionais, possui particularidades que não foram estudadas e explicadas por pesquisas de âmbito nacional (KERBAUY, 2005, p. 339). Para exemplificar esse argumento de Kerbauy podemos observar os muitos estudos sobre o Bolsa Família e sua influência tanto nacional quanto local. Mesmo sendo o principal programa de distribuição de renda dos governos petistas do presidente Lula e da presidenta Dilma, sua existência não foi capaz de influenciar na votação local para prefeito (SILVA et al., 2013) da mesma forma que influenciou na votação para a presidência (ZUCCO; POWER, 2013; NICOLAU, 2015). No âmbito local, prefeitos em exercício conseguiram vantagens inclusive quando concorriam contra candidatos do PT, pois foram capazes de

capitalizar a existência da gestão local do Bolsa Família (SILVA et al., 2013, p. 26). Ou seja, seria uma falácia utilizar as conclusões sobre o que acontece no âmbito nacional e extrapolá-las para explicar a dinâmica local, marcadamente distinta.

Kerbauy (2005, p. 338) considera como emblemático o resgate dos municípios na Constituição de 1988, “ao torná-los entes federados com constituições próprias e ao dar-lhes relativa autonomia político-jurídica”, acompanhando a tendência internacional. Além de Kerbauy, os pesquisadores Abrucio e Couto (1996) também identificam na Constituição de 1988 o fato gerador de uma nova dinâmica federativa no Brasil, que alça municípios e estados a um novo conjunto de responsabilidades. Nesse processo a “União perdeu boa parte de seus recursos financeiros para estados e municípios” (ABRUCIO; COUTO, 1996, p. 40) As mudanças instituídas em 88 englobaram um novo pacto federativo, e diversas alterações resgataram definitivamente o município, entre as quais Kerbauy (2005, p. 338) destaca sua promoção a “entes federados com constituições próprias”, com “relativa autonomia político-jurídica”, a ampliação “dos percentuais do Fundo de Participação dos Estados e Municípios”, e o “maior volume de encargos relativos às políticas sociais e às ações de desenvolvimento econômico local”.

Um dos objetivos desse pacto federativo foi de descentralizar o processo de gestão pública, com a união transferindo a estados e municípios funções que antes monopolizava. Esse arranjo traz vantagens como a ampliação das arenas legítimas de atuação política, a aproximação do governo em relação às comunidades e o respeito às peculiaridades regionais (ABRUCIO, 2011, p. 42). Ao mesmo tempo, complexifica o processo decisório, diminui a clareza sobre as responsabilidades de cada um dos entes e pode gerar competição e discordâncias de direcionamento entre o município, estado e União. (ABRUCIO, 2011, p. 43)

Só que os resultados da municipalização das políticas foram bastante díspares, pois resultados negativos também foram produzidos. Entre estes, destacam-se a dependência financeira ou a escassez de recursos [...]; baixa capacidade administrativa, o que implica dificuldade para formular e implementar os programas governamentais, mesmo quando há dinheiro [...]; e os males que atrapalham a democratização dos municípios, como o clientelismo, a “prefeiturização” (isto é, o excesso de poder nas mãos do prefeito), o pouco interesse em participar politicamente e/ou de controlar os governantes. [...] A disparidade de resultados está vinculada, em boa medida, à heterogeneidade entre os municípios, em termos financeiros, políticos e administrativos. É possível dizer que a desigualdade intermunicipal é ainda maior do que a macrorregional. A conquista da posição de ente federativo, na verdade, foi pouco absorvida pela maioria das municipalidades, uma vez que elas têm uma forte dependência em relação aos outros níveis de governo. [...] A despeito da fragilidade da maioria dos municípios, o discurso em prol da municipalização não perdeu força [...]. (ABRUCIO, 2011, p. 46 e 47)

Outra consequência da Constituição de 1988 para o poder local foi a aceleração na criação de novos municípios. O número de emancipações, que quadruplicou nas cinco últimas décadas do século passado, aumentou consideravelmente logo após a promulgação do novo

texto constitucional. Algumas regras mais flexíveis contribuíram para esse fenômeno, sendo a transferência da regulação das emancipações e da decisão política sobre elas da União para os estados identificada por Tomio (2002, p. 65) como a preponderante. Assim, se em 1988 o Brasil possuía 4.121 municípios, em 2000 o número total de cidades chegou a 5.559 - um aumento de 35%. Além disso, quase 80% dos novos municípios (1.145) tinham uma população inferior a 10.000 habitantes.

Hoje há 5.570 municípios no país, com seus quase 60 mil vereadores eleitos. Além do ressurgimento da importância do município no cenário político nacional, nos interessa muito essa capilaridade dos vereadores, que são, como bem colocou Lopez e Almeida (2015, p. 1), “os representantes que mantêm vínculos mais próximos e frequentes com os cidadãos, constituindo-se talvez no principal canal de mediação destes últimos nas esferas política e administrativa, em diferentes níveis de governo”.

1.1.2 A Estrutura Legislativa no Brasil e o papel do vereador

O vereador, inserto nessa realidade, mesmo com todas as limitações, é contundentemente descrito pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2016) como “a ligação entre o governo e o povo”. A ele a Constituição Federal de 1988 em seu artigo quarto conferiu atribuições bastante claras: (1) fiscalizar o poder executivo municipal, as ações do prefeito, as contas, as metas da administração, etc.; (2) legislar, dentro das possibilidades de constitucionalidade. Em um livro publicado pela CGU na Imprensa Oficial, as duas funções acima são classificadas de “típicas”. Outras duas são acrescentadas e consideradas atípicas:

Como funções atípicas, a Câmara tem também competência administrativa e judiciária. Na sua função administrativa, a Câmara gerencia seu próprio orçamento, seu patrimônio e seu pessoal. A Câmara também exerce uma função administrativa quando organiza seus serviços, como a composição da Mesa Diretora, a organização e o funcionamento das Comissões, etc. A Câmara exerce uma função judiciária, porque cabe a ela processar e julgar o Prefeito por crime de responsabilidade, além de julgar os próprios Vereadores (...). (CGU, 2011, p. 17)

Entre as leis que passam por discussão, modificação e aprovação na Câmara Municipal estão aquelas relacionadas ao orçamento municipal. Com metas e prioridades para 4 anos (do segundo ano do mandato do prefeito até o fim do primeiro ano do mandato seguinte), o Plano Plurianual (PPA) é uma dessas leis, e serve de base para a criação anual da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Enquanto a LOA compreende a definição

das receitas e despesas do exercício fiscal do ano seguinte, a LDO estabelece as metas e prioridades para o mesmo período.

Como os vereadores são os integrantes do legislativo local, possuem a competência legislativa específica atribuída pelo artigo 30 da Constituição de 88; de um lado, devem legislar sobre assuntos de interesse local (inciso I); de outro, pode suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (inciso II). Os vereadores, entretanto, não possuem exclusividade na proposição de leis, que podem ter origem no executivo e na iniciativa popular, mas são os únicos aptos a deliberar sobre as propostas e realizar a votação.

Ao se afastar o olhar dos elementos jurídicos relacionados ao papel do vereador, resta a concepção mais ampla do que fazem: representam o povo. O conceito de representação, ao mesmo tempo em que apresenta a complexidade inerente de todo termo que carrega tantas expectativas e debates, encontra guarida até mesmo no vocabulário cotidiano do cidadão médio. Desde cedo na idade escolar, por exemplo, crianças e jovens escolhem representantes de turma, que servem de interface com autoridades escolares e aplacam conflito. A origem do termo, no entanto, é bem anterior, remontando à representação que cavaleiros empreendiam no Parlamento inglês em nome de suas comunidades, sendo inclusive pagos pela prestação desse serviço e devendo, ao cabo, prestar contas de suas atuações (PITKIN, 2006, p. 22).

Nesse sentido, era o início do uso do termo representar como “tomar ou ocupar o lugar de outra pessoa, substituir” (PITKIN, 2006, p. 20). Um pouco mais à frente, do século XVIII para o XIX, a representação política passa a ser vista como a forma de organização política apropriada à vida pós Revolução Industrial, com o abade Sieyès escrevendo sobre as vantagens de se desincumbir cidadãos do desgaste de lidarem com todas as demandas e problemas da sociedade: “Quanto mais progride a sociedade nas artes do comércio e da produção”, argumenta em um de seus panfletos, “mais claro se torna que o trabalho relacionado às funções públicas deve, como os trabalhos particulares, ser executado menos penosamente e mais eficientemente por homens que fazem dele sua única ocupação” (SIEYÈS, 2003, p. 48*). Em um de seus relatórios para a Assembleia Nacional, o abade traduziu essa ideia com um pensamento que continua fazendo parte do debate: “O interesse comum, a melhoria do estado da própria sociedade clama para que nós façamos do governo uma profissão especial” (SIEYÈS, 1789, p. 35 apud MANIN, 1997, p. 3*).

A literatura mais recente de representação política, além do já citado clássico de Hannah Pitkin, “The Concept of Representation”, inclui estudos acerca de *accountability*, tipos de representação (descritiva, substantiva, subjetiva e formalística), minorias (MANSBRIDGE, 1999; 2003), novas formas de participação (POGREBINSCHI, 2010), as consequências de

suspensões da representação e outros experimentos institucionais, dúvidas sobre uma possível crise da representação (MANIN, 1997), etc.

Dentro dessa literatura, o vereador pode e é estudado enquanto representante, no que Pitkin (1967) chamava de estudos sobre *representação substantiva*, como nos trabalhos de Lopez e Almeida (2015) e de Joffre Neto (2001). A tese, no entanto, não trabalha diretamente com a percepção do vereador enquanto representante político nem com a atuação substantiva deles no dia a dia da política local. Esses são, certamente, algumas das possibilidades futuras da pesquisa.

1.1.3 Fidelidade partidária, apoio ao executivo e ideologias partidárias

O poder legislativo local, em paridade teórica com o executivo municipal, estabelece relações específicas as quais vale a pena debater, visto que a unidade de análise da pesquisa, o vereador, não se encontra isolado como um objeto inanimado, mas sim pertence a uma lógica própria dentro da dinâmica local e regional. O objetivo da pesquisa não é sugerir que valores são responsáveis pela totalidade do comportamento dos políticos eleitos, mas entender qual o papel dessa variável usualmente negligenciada. Por conta disso e também do teor das hipóteses que serão apresentadas ao fim do capítulo, é necessário entender os temas da fidelidade partidária, das relações com o executivo local e das diferenças entre partidos.

Embora esses três temas tenham sido objeto prolífico de pesquisa em Ciência Política desde a redemocratização, são também tratados a partir de um viés nacional. O que importa para a literatura é a fidelidade e a disciplina partidária no Congresso, a relação do deputado com o presidente e a ideologia partidária em âmbito nacional; a preocupação não é com a disciplina e fidelidade partidária do vereador, com a relação deste com o prefeito ou em responder se os partidos são ideológicos no nível local.

1.1.3.1 Fidelidade partidária e apoio ao executivo

A ideia da fidelidade partidária foi introduzida pela Emenda Constitucional no. 1 de 1969, em pleno regime militar, sendo à época designada com o termo “disciplina partidária” (SILVA; SANTOS, 2013). O artigo 152, que tratava sobre ela, implicava em perda de mandato

para os parlamentares que deixassem a legenda pela qual haviam sido eleitos: no fim das contas, a noção era de que o mandato legislativo pertencia ao partido. O fenômeno da migração partidária (SCHMITT, 1999; DINIZ, 2000; REINER, 2001; MACHADO, 2012) trabalhado nas hipóteses H2a e H2b⁶, ressurgiu e intensificou-se no Brasil após a redemocratização (FREITAS, 2008, p. 38; MELO, 2000). Parte majoritária da literatura vê a infidelidade partidária como responsável por uma crise representativa:

O principal argumento desses autores é de que os parlamentares, ao trocarem de partido, acabam por promover um afastamento entre a vontade expressa do eleitor e sua representação, o que acarretaria uma crise de representatividade, ou, mais especificamente, uma violação do princípio segundo o qual o eleitor é quem determina a distribuição dos cargos eletivos (Lima Jr., 1993, p.30; Marengo, 2006, p.1; Melo, 2004, p.152). (FREITAS, 2008, p. 37).

Essa troca de partidos foi disciplinada pelo TSE respondendo à Consulta 1398 formulada pelo PFL, antiga denominação do atual Democratas (DEM). Após problemas em ter a decisão acolhida, o PSDB impetrou um Mandado de Segurança (MS 26.603/DF), relatado então pelo Ministro Celso de Mello (VIEIRA, 2008, p. 455). No MS referido, Celso de Mello considera a essencialidade do partido político e sua característica de intermediação entre a sociedade civil e a sociedade política, “canais institucionalizados de expressão dos anseios políticos e das reivindicações sociais dos diversos estratos e correntes de pensamento que se manifestam no seio da comunhão nacional” (MELLO, 2007, p. 320). O ministro também diz considerar o sistema proporcional o modelo mais adequado ao exercício democrático do poder e qualifica a migração partidária de forma dura:

A ruptura dos vínculos de caráter partidário e de índole popular, provocada por atos de infidelidade partidária do representante eleito (infidelidade ao partido e infidelidade ao povo), subverte o sentido das instituições, ofende o senso de responsabilidade política, traduz o gesto de deslealdade para com as agremiações partidárias de origem, compromete o modelo de representação popular e fraudada, de modo acintoso e reprovável, a vontade soberana dos cidadãos eleitores, introduzindo fatores de desestabilização na prática do poder e gerando, como imediato efeito perverso, a deformação da ética do governo, com projeção vulneradora sobre a própria razão de ser e os fins visados pelo sistema eleitoral proporcional, tal como previsto e consagrado pela Constituição da República (MELLO, 2007, p. 321 e 322).

Se não bastasse, Mello diz que a infidelidade é um gesto de desrespeito ao postulado democrático e que é um grave desvio ético-político e um inadmissível ultraje ao princípio democrático. Não há dúvidas quanto ao voto do relator, acompanhado pelo Pleno: conceder o mandado de segurança que confirmava a decisão anterior de que o mandato de cargos proporcionais (vereador, deputados e senadores) pertence ao partido. Vieira (2008) fez críticas não ao mérito da decisão, mas à possibilidade de o Supremo, com decisões assim, estar se

⁶ As 10 hipóteses investigadas na tese estão listadas na última seção do Capítulo 2, à página 67. Elas são divididas em 4 grupos: H1a e H1b, relacionam-se ao tema do pertencimento à base do prefeito; H2a e H2b, estão agrupadas por lidarem com fidelidade partidária; H3a, H3b, H3c e H3d buscam identificar a diferença de valores entre partidos políticos; e, por fim, H4a e H4b sugerem uma capacidade preditiva do pertencimento partidário para valores de foco social.

considerando um verdadeiro poder constituinte. Essa perspectiva de judicialização da política não é nova e é investigada também em pesquisas empíricas com grandes bancos de dados (WERNECK VIANNA; BURGOS; SALLES, 2007).

Foram duas as respostas da Câmara dos Deputados e do Senado: de um lado, a Emenda Constitucional 91/2016, já sancionada, abriu um período de 30 dias dentro do qual as trocas partidárias estavam liberadas de punibilidade para mandatários de quaisquer dos poderes legislativos. Esse é um dos motivos que torna as hipóteses H2a e H2b tão interessantes: é uma oportunidade de estudar o fenômeno após a “janela partidária” ter ocorrido, fato que não se sabe se voltará a se repetir. O poder dessa liberdade está bem refletido em nossa amostra: dos 201 vereadores, 75 mudaram de partido desde a eleição até o trabalho de campo no fim do último ano de mandato. A outra resposta veio em 2015, com a criação de uma janela partidária permanente, que vale pelos 30 dias que antecedem o prazo limite de filiação partidária para o político com mandato que deseja concorrer à eleição seguinte por um partido diferente. Isso também torna a hipótese frutífera: a possibilidade de se estudar a migração partidária dos vereadores em eleições consecutivas, criando uma série histórica.

Há muitas hipóteses sobre o motivo dessas migrações ocorrerem. Carlos Ranulfo aponta o motivo inicial das migrações, em 1985, como sendo uma reacomodação das elites. Para ele, após esse período inicial, as migrações permaneceram com outro viés, assumindo “o caráter de uma movimentação motivada estritamente pelo cálculo individual”, ou, no limite, obedecia “a uma lógica estadual capaz de agregar pequenos grupos de congressistas” (MELO, 2000). Outra hipótese usual é a de que as trocas acontecem em direção à coalização governista, o que, entretanto, os dados nacionais não confirmam. Apenas 13% das migrações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e 27% no governo Lula aconteceram de partidos externos à coalizão para aqueles internos (FREITAS, 2008, p. 39).

Nas hipóteses elencadas ao fim do capítulo, a H2a se refere a vereadores que endossam valores de segurança, conformidade e tradição, controlando por partido político e pelo fato de o vereador pertencer ou não ao partido do prefeito. De acordo com a teoria de Schwartz, trabalhada na segunda metade deste capítulo, pessoas com altos níveis nos valores acima valorizam regras, costumes e tradição, que geram segurança, levando assim a uma maior fidelidade partidária.

A hipótese H2b trata justamente dos valores em oposição aos anteriores. Controlando pelas mesmas variáveis, a hipótese se refere a vereadores que endossam valores de autodireção-ação e estimulação, que enfatizam a liberdade individual e o foco pessoal, que ocasionariam, portanto, menor fidelidade partidária. A intenção é entender o peso dos valores em um processo

decisório para o qual a teoria indica grande força institucional ao mesmo tempo em que sugere cálculos individuais e maximizadores.

Conforme visto acima, uma das possibilidades de migração partidária segue a lógica da maximização das chances de sucesso eleitoral, “num movimento em direção à coalização governista, de modo a converter o apoio ao governo em recursos, e os recursos em votos, nas eleições seguintes” (FREITAS, 2008, p. 40). Acredita-se que essa adesão ao executivo é fiadora de um conjunto de possibilidades de maximização eleitoral, ainda mais presente em um contexto de extrema personalização das corridas eleitorais como na política local. É no âmbito do município que fica ainda mais presente no imaginário popular a ideia de que um vereador específico “me ajudou dessa ou daquela forma” e a ele “devo ser grato por isso ou aquilo”. Não é irrelevante que dos três perfis de vereador delimitados por Lopez e Almeida (2015) dois deles priorizam atendimentos a pedidos de eleitores (o captador dedica-se ao atendimento de pedidos coletivos e o assistencialista prioriza pleitos particulares). Dessa forma, ter os ouvidos do executivo e crédito político na gestão municipal facilita a atuação de vereadores desses dois perfis. Mesmo o terceiro tipo, o legislador, que se dedica às funções formais da vereança, tem seu trabalho facilitado ao pertencer à base do prefeito.

As hipóteses H1a e H1b sugerem que uma das variáveis a determinar o nível de adesão do vereador ao prefeito municipal são os valores pessoais. Para a hipótese H1a, vereadores que endossam valores de face, poder-recursos e poder-domínio, aderirão mais à base do prefeito, quando se controla por partido político e pelo pertencimento ou não ao próprio partido do prefeito. Esses valores elencados acima englobam a segurança e o poder que vem da manutenção da imagem pública, mais fácil de garantir em nosso sistema político quando se faz parte da base do governo. Também se relaciona com a valorização do poder que vem do controle de recursos materiais e sociais, também mais acessíveis aos vereadores da base do prefeito. Já a hipótese H1b estima que haverá uma diminuição da adesão à base do prefeito para vereadores que endossam valores de autodireção-pensamento e estimulação. Esses valores englobam a liberdade de determinar as próprias ações e cultivar as próprias ideias.

1.1.3.2 Ideologias partidárias

Talvez inspirados por Tolstoi e sua abertura de Anna Karenina, é comum que se acredite que todos os partidos políticos se parecem. Já é lugar comum dizer “partidos (ou políticos) são

todos iguais”, inclusive com mais de cem mil de ocorrências dessa frase e de variações no buscador mais popular da atualidade, o Google. Essa percepção de indiferenciação entre as legendas é fruto de investigação pela Ciência Política brasileira e por brasilianistas (ZUCCO, 2009; POWER; ZUCCO, 2009; SANTOS; VILAROUCA, 2004; MAINWARING; PÉREZ LIÑAN, 1997; VIEIRA; MACIEL, 2011; RODRIGUES, 2002; RODRIGUES, 2009; DESPOSATO, 2006; REIS; CARREIRÃO, 2007; CARREIRÃO, 2006; entre outros).

O método utilizado para investigar a indiferenciação ou não dos partidos segue de maneira geral três caminhos. Um deles é adotado na pesquisa de Santos e Vilarouca (2004), com a análise de votações nominais, observando, portanto, o comportamento dos políticos no plenário. Outro, adotado por Power e Zucco (2009) utiliza-se de *surveys* preenchidos pelos próprios políticos. Um terceiro tipo de análise, que faz uso de documentos, discursos, programas partidários, é exemplificado no trabalho de Vieira e Maciel (2011). Essa pesquisa, que já se diferencia por investigar o tema no nível local, com vereadores, diferencia-se também pela hipótese levantada de que valores pessoais ajudam a explicar o pertencimento partidário e a diferenciação entre os partidos políticos.

A similaridade ou não dos partidos políticos será medida a partir da mesma unidade de análise das demais hipóteses: o vereador. Portanto, investiga-se se a diferenciação dos valores pessoais dos vereadores filiados a partidos diferentes é estatisticamente significativa. As hipóteses H3a e H3b transpõem a diferença ideológica usualmente esperada para partidos de esquerda e direita para os tipos motivacionais elencados por Schwartz e explicados na segunda metade deste capítulo. A hipótese H3a, por exemplo, estima que os partidos de esquerda e centro-esquerda terão um valor médio para a dimensão “Abertura a mudança” distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita. As hipóteses H3b, H3c e H3d investigam respectivamente as dimensões Conservação, Autotranscendência e Autopromoção.

A expectativa é que os políticos, mesmo inconscientemente, procuram filiar-se a partidos políticos que se assemelham aos seus valores, da mesma forma que eleitores buscam votar em políticos que se parecem com eles (CAPRARA, 2007, p. 158). Nesse sentido, não estamos investigando o comportamento real dos integrantes desse ou daquele partido, conforme Santos e Vilarouca (2004), nem o discurso dos partidos sobre eles mesmos, como Vieira e Maciel (2011), mas sim a membresia dos partidos políticos. Essa avaliação permite tanto verificar se há diferenciação estatisticamente significativa entre os partidos, bem como avaliar se os valores dos vereadores podem ser utilizados para predizer pertencimento partidário (H4a e H4b). Essas duas últimas hipóteses postulam que valores de foco social, como aqueles dos tipos motivacionais de segunda ordem Conservação e Autotranscendência, ajudam a predizer o

pertencimento partidário. Especificamente, a hipótese H4a aponta que valores de conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-social e segurança-pessoal ajudam a prever o pertencimento partidário; já a hipótese H4b olha para outro conjunto de valores com o mesmo fim de prever pertencimento a partidos: universalismo-natureza, universalismo-tolerância, universalismo-compromisso, benevolência-dependência e benevolência-cuidado.

1.1.4 Quem são os vereadores no Brasil e em Minas Gerais?

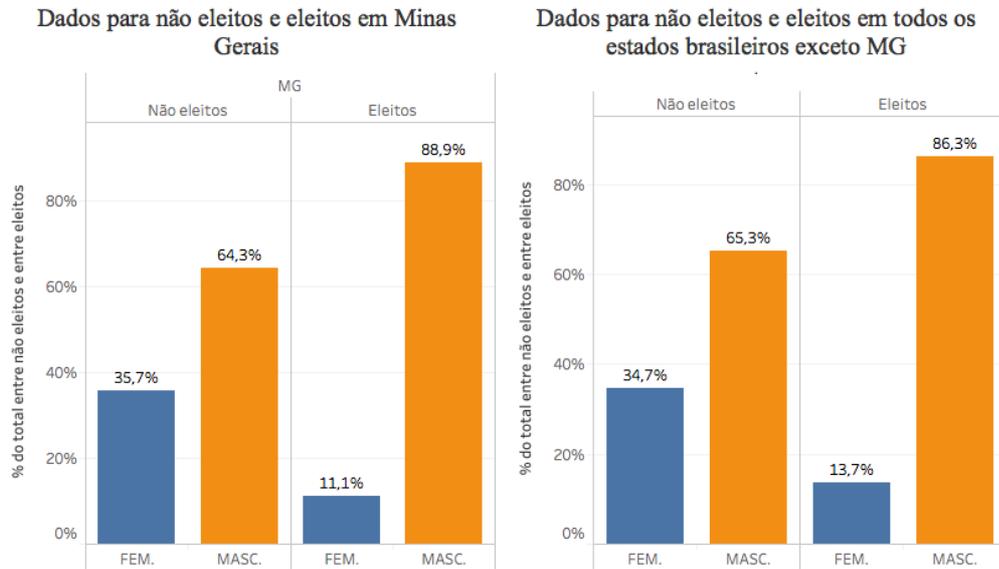
Os dados das campanhas eleitorais municipais brasileiras de 2012, reunindo variáveis demográficas e geográficas dos candidatos a prefeito e vereador e suas cidades, foram coletados do Repositório de Dados Eleitorais do TSE ⁷ e posteriormente tratados para análise. Como a tese faz uso de uma abordagem quantitativa, com uma amostra (n) de 201 vereadores do estado de Minas Gerais que responderam à pesquisa, é importante conhecer mais sobre dois grupos: (a) os 413.338 concorrentes com candidatura deferida no Brasil, sendo 66.235 candidatos só em Minas; (b) os 57.430 eleitos para a Legislatura 2013-2016, dos quais 8.435 em Minas.

Uma das principais e mais óbvias características das Câmaras Municipais no Brasil é seu caráter majoritariamente masculino, conforme pode ser visto no Gráfico 1. Em 2012 foram eleitas somente 13,3% de vereadoras, contra os outros 86,7% dos eleitos do sexo⁸ masculino quando se leva em conta todo o país. No Gráfico 1 é possível observar que o percentual de candidatas entre o total de não eleitos é de 35,6% para Minas e de 34,7% para o resto do país. Já entre os eleitos, 88,9% em Minas são homens, número muito próximo dos 86,3% para os demais estados agregados. Mulheres são apenas 11,1% dos eleitos em Minas e 13,7% para os outros 25 estados.

⁷ Coleta efetuada em 20/11/2015

⁸ Registramos aqui o uso de sexo no lugar de gênero, conforme adotado pelo TSE.

Gráfico 1 - Percentual de mulheres e homens entre candidatos a vereador eleitos e não eleitos em 2012



Fonte: TSE. O autor, 2017.

Em pesquisa que analisa as eleições municipais de 1996, 2000 e 2004, Kerbauy identifica a mesma situação, embora seja possível verificar uma ligeira melhora nos índices de mulheres eleitas naqueles anos quando comparados com 2012 (respectivamente 10%, 11,6% e 11,3%). Quando recalculamos os dados do gráfico discutido acima sob a lógica das regiões estabelecidas pelo IBGE, percebe-se que os dados de Minas são muito próximos aos existentes no Sudeste como um todo (Tabela 1) e que os estados do Norte e Nordeste se caracterizam como aqueles com mais mulheres eleitas. Os dados das eleições de 1996, 2000 e 2004 apontam o mesmo protagonismo do Norte e do Nordeste na presença feminina (Kerbauy, 2005).

Tabela 1 - Composição das câmaras municipais eleitas em 2012 por região, segundo o sexo

| Sexo | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul |
|-----------|--------------|----------|--------|---------|--------|
| Feminino | 12.42% | 15.55% | 14.75% | 10.95% | 13.07% |
| Masculi.. | 87.58% | 84.45% | 85.25% | 89.05% | 86.93% |

Fonte: TSE. O autor, 2017.

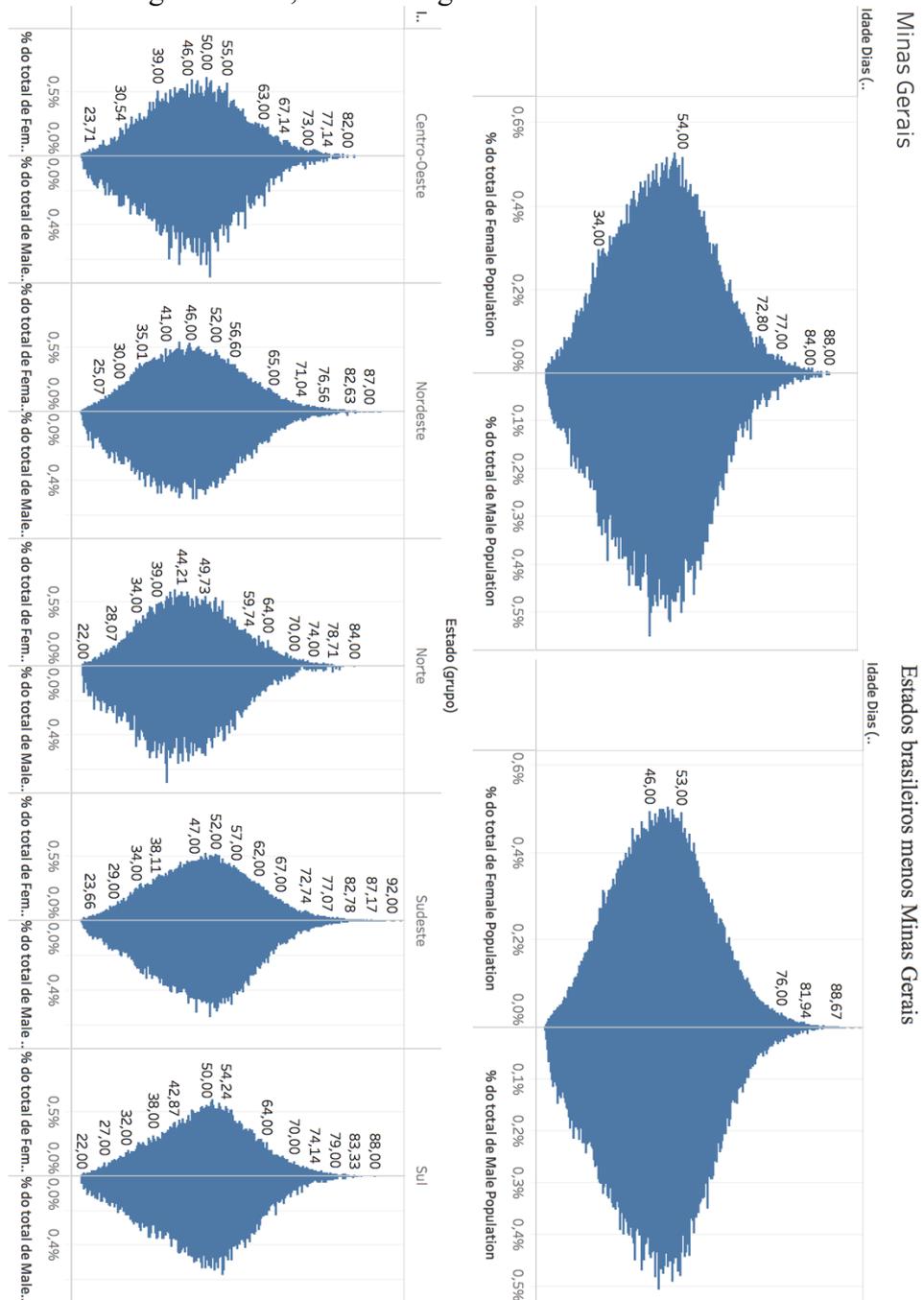
A diferença entre os estados e ou regiões não é significativa para demonstrar variabilidade entre as regiões, pois ao transformarmos a porcentagem em dado real de composição das câmaras o desequilíbrio entre homens e mulheres se torna ainda mais aparente. Se existisse uma câmara com 100 vereadores eleitos, a região Nordeste, com maior

porcentagem de sucesso feminino, teria em média de 15 a 16 mulheres. Já o Sudeste, com a pior taxa de sucesso feminino, teria em média 11 mulheres nessa hipotética casa legislativa de 100 membros. Ao reduzirmos para a realidade em Minas Gerais, que tem 10 vereadores em média por câmara municipal, um sucesso eleitoral feminino de 10,9% resulta em média em 1 mulher para a maior parte das casas legislativas municipais, com uma minoria delas com mais do que isso. A conclusão é a mesma para todos os estados analisados: as câmaras de todo o país são demasiadamente masculinas.

A faixa etária das câmaras municipais do Brasil segue a mesma lógica. Pouca variação no agregado dos estados e regiões, conforme pode ser observado no Gráfico 2, que contém pirâmides populacionais com as idades, discriminando por sexo e região. O percentual é calculado dentro do próprio grupo sexo, a fim de mostrar as proporções existentes sem os extremos que aconteceriam com números absolutos, facilitando a percepção das curvas do gráfico. A idade média dos concorrentes é de 47,5 anos para todo o país, com a de Minas Gerais em 49,3 anos. Já quando olhamos apenas os eleitos, a média de idade nacional desce para 47,2 anos e a de Minas Gerais cai para 48,6. As diferenças na pirâmide populacional são pontuais e nos valores médios absolutos também. Além da variável sexo, a variável idade também não diferencia para efeitos práticos Minas Gerais do resto do país.

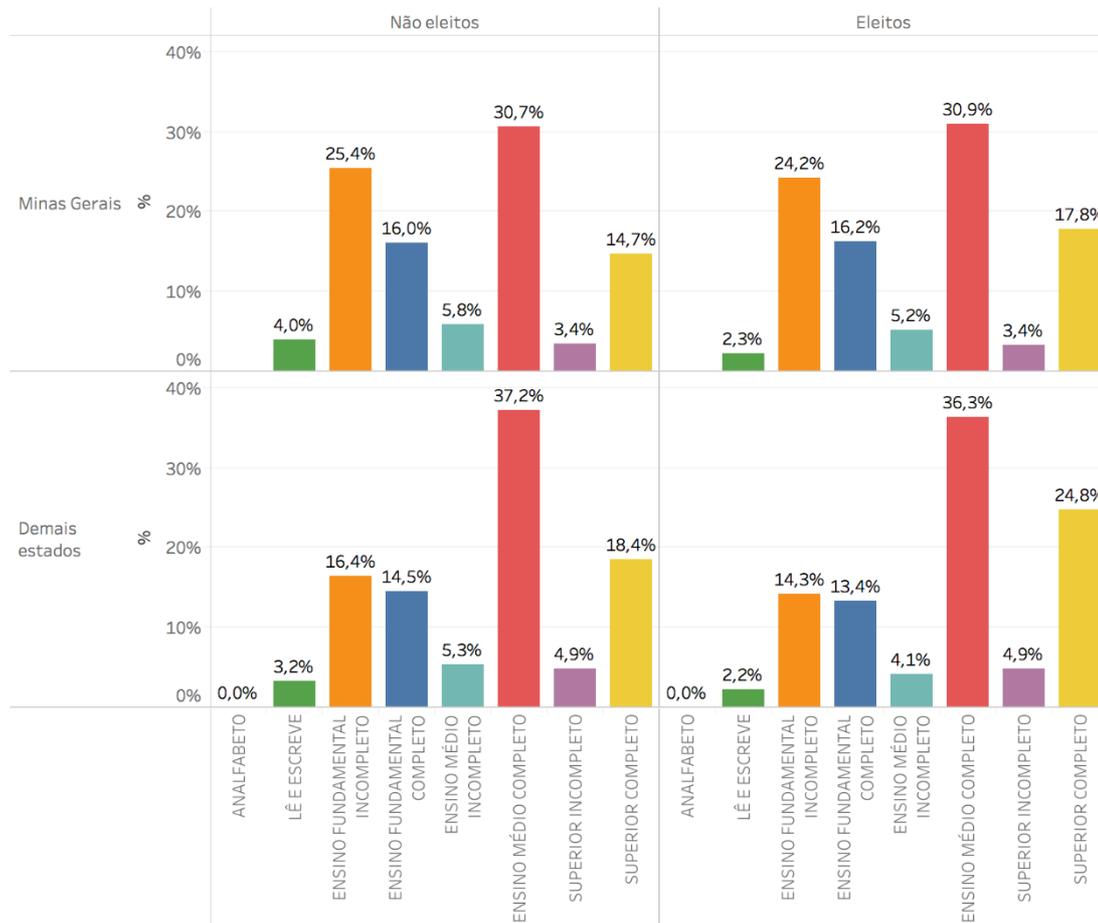
Após as clássicas variáveis demográficas de sexo e idade, transfere-se agora o foco para escolaridade dos candidatos eleitos e dos não eleitos em 2012. Conforme Gráfico 3, é possível perceber visualmente a semelhança dos cenários apresentados de eleição ou não eleição em Minas e nos demais estados. Apesar de existirem diferenças consistentes, em todos os quadrantes do Gráfico 3 o grupo com maior presença é o daqueles com ensino médio completo. A diferença começa a se apresentar no segundo grupo mais dominante: enquanto em Minas há mais integrantes com ensino fundamental incompleto tanto entre os eleitos quanto entre os não eleitos, na média dos demais estados aqueles com superior completo são o segundo grupo mais frequente. A participação de vereadores com curso superior completo nas câmaras varia de 16,2% na Bahia até 37,5% no Mato Grosso do Sul.

Gráfico 2 - Pirâmides etárias com todos os concorrentes a vereador no país em 2012, segundo sexo, estado e região



Fonte: TSE. O autor, 2017.

Gráfico 3 - Escolaridade dos candidatos eleitos e não eleitos em Minas Gerais e nos demais estados



Fonte: TSE. O autor, 2017.

Enquanto há muita similaridade nas distribuições etárias e de sexo quando se compara os candidatos a vereador eleitos e não eleitos em Minas e nos demais estados do Brasil, a escolaridade se torna um caso à parte. Talvez justamente pelas dimensões continentais do estado em termos de área, população, diversidade cultural, fronteiras com demais estados, entre outros, motivos que inclusive justificaram a escolha metodológica pelo estado (ver Capítulo 3).

Tabela 2 - Candidatos eleitos e não eleitos em MG e nos demais estados do país, segundo estado civil

| | | CASADO(A) | SOLTEIRO(A) | DIVORCIADO(A) | VIÚVO(A) | SEPARADO(A) JUDICIALMENTE |
|-------------|----------------|-----------|-------------|---------------|----------|------------------------------|
| Não eleitos | Minas Gerais | 58,1% | 29,5% | 7,0% | 2,8% | 2,7% |
| | Demais estados | 55,3% | 34,1% | 6,3% | 2,3% | 2,1% |
| Eleitos | Minas Gerais | 69,0% | 22,7% | 5,3% | 1,0% | 2,0% |
| | Demais estados | 66,9% | 25,9% | 4,6% | 1,0% | 1,5% |

Fonte: TSE. O autor, 2017.

Uma das informações disponibilizadas, estado civil, embora não seja clássica entre as variáveis demográficas, ajuda a estabelecer o argumento de que há similaridade suficiente entre os concorrentes e eleitos em Minas Gerais e no resto do país para justificar a escolha do estado. A Tabela 2 explicita a realidade dos concorrentes e dos eleitos em relação ao estado civil, com a categoria casado (a) representando 58,1% em Minas e 55,3% nos demais estados entre os não eleitos, e 69% em Minas e 66,9% nos demais estados entre os eleitos. As demais categorias (solteiros, divorciados, viúvos e separados judicialmente) também corroboram a percepção de mais similaridades do que diferenças entre a amostra e a população analisada. Como um adendo, Minas possui dados muito próximos também de todos os outros estados do Sudeste em todas as categorias. Para casados, enquanto Minas apresenta 58,1% entre os não eleitos, os demais estados registram 62,1% (ES), 59% (SP) e 54,6% (RJ). Entre os eleitos, Minas tem 69% de casados, enquanto os demais possuem 71,4% (ES), 69,8% (SP) e 65,2% (RJ). O banco de dados do TSE não contém informações de raça, renda e religião.

A distribuição dos vereadores segundo ocupação e o sucesso eleitoral de cada uma das profissões, na Tabela 3, acrescenta detalhes importantes sobre os eleitos. A profissão com maior presença nas Câmaras é do vereador - ou seja, o candidato que atualmente já ocupa o mesmo cargo. Não muito diferente do que imaginávamos, essa também é a categoria com maior sucesso eleitoral: a cada 1000 vereadores que se candidatam, 566 se elegem. Contraste esse sucesso eleitoral de 56,6% com aquele das Donas de Casa, que atingiu apenas 2,2%, elegendo, portanto, apenas 22 vereadoras a cada 1000 candidatas.

Para compreender as 10 ocupações que mais elegem, podemos transpor o conceito de profissão em si e partir para a proposta de Costa-Ribeiro (2014), que se utiliza de um esquema para distinções e posicionamento de classe na estrutura social de sociedades contemporâneas. A divisão do pesquisador inclui a separação entre trabalho rural e urbano, leva em conta qualificação educacional ou técnica, supervisão de trabalho alheio e relações de emprego e mercado (empregadores, trabalhadores autônomos, empregados). A partir destas distinções conceituais e empíricas,

sociólogos na área de estratificação social usam um esquema de classes que, em sua forma mais simples, classifica as ocupações nas seguintes categorias: I+II, profissionais e administradores (que também inclui grandes proprietários e empregadores); IIIa+b, trabalhadores não manuais de rotina; IVa+b, pequenos proprietários e empregadores; V+VI, técnicos, supervisores do trabalho e trabalhadores manuais qualificados; VIIa, trabalhadores manuais não qualificados; IVc, pequenos produtores rurais; e VIIb, trabalhadores rurais. (COSTA-RIBEIRO, 2014, p. 210 e 211)

Tabela 3 - Ocupação dos candidatos eleitos e não eleitos em Minas Gerais e nos demais estados do país, segundo sucesso eleitoral

| Ocupação | | Eleitos | Candidatos | % / eleitos |
|---|-------|---------|------------|-------------|
| Vereador | 56,6% | 10.492 | 18.531 | 18,3% |
| Agricultor | 18,9% | 6.375 | 33.804 | 11,1% |
| Servidor Público Municipal | 15,6% | 5.606 | 36.012 | 9,8% |
| Outros | 7,8% | 4.876 | 62.807 | 8,5% |
| Comerciante | 13,6% | 4.218 | 30.905 | 7,3% |
| Empresário | 16,3% | 2.656 | 16.249 | 4,6% |
| Professor de Ensino Fundamental | 11,4% | 1.383 | 12.094 | 2,4% |
| Professor de Ensino Médio | 13,6% | 1.346 | 9.926 | 2,3% |
| Servidor Público Estadual | 15,7% | 1.250 | 7.948 | 2,2% |
| Advogado | 19,4% | 1.110 | 5.736 | 1,9% |
| Motorista de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros | 16,9% | 1.104 | 6.525 | 1,9% |
| Trabalhador Rural | 12,4% | 919 | 7.426 | 1,6% |
| Aposentado (Exceto Servidor Público) | 6,3% | 827 | 13.191 | 1,4% |
| Administrador | 15,5% | 752 | 4.846 | 1,3% |
| Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados | 9,2% | 708 | 7.694 | 1,2% |
| Motorista de Veículos de Transporte de Carga | 14,6% | 658 | 4.506 | 1,1% |
| Motorista Particular | 12,9% | 562 | 4.358 | 1,0% |
| Produtor Agropecuário | 22,4% | 515 | 2.301 | 0,9% |
| Agente Administrativo | 12,5% | 475 | 3.796 | 0,8% |
| Pecuarista | 28,3% | 470 | 1.659 | 0,8% |
| Dona de Casa | 2,2% | 450 | 20.358 | 0,8% |
| Médico | 26,8% | 450 | 1.680 | 0,8% |
| Enfermeiro | 13,8% | 388 | 2.819 | 0,7% |
| Auxiliar de Escritório e Assemelhados | 7,8% | 370 | 4.717 | 0,6% |
| Policia Militar | 10,7% | 345 | 3.232 | 0,6% |
| Comerciante | 9,5% | 342 | 3.594 | 0,6% |
| Gerente | 15,0% | 315 | 2.101 | 0,5% |
| Servidor Público Federal | 15,4% | 315 | 2.041 | 0,5% |
| Agente de Saúde e Sanitarista | 9,2% | 314 | 3.402 | 0,5% |
| Contador | 18,2% | 312 | 1.718 | 0,5% |
| Grupo 3 - 28 profissões com 100 a 300 vereadores eleitos | 10,6% | 4.939 | 49.384 | 8,6% |
| Grupo 2 - 67 profissões com 10 a 99 vereadores eleitos | 9,0% | 2.218 | 26.082 | 3,9% |
| Grupo 1 - 116 profissões com 1 a 9 vereadores eleitos | 4,7% | 370 | 9.152 | 0,6% |

Sucesso Eleitoral



Fonte: TSE. O autor, 2017.

Dentro dessas 7 categorias, a que congrega o maior número de ocupações entre as 10 que mais elegem é a “I+II: profissionais e administradores”, com “Vereador”, “Servidor Público Municipal”, “Servidor Público Estadual”, “Professor de Ensino Médio”, “Professor de Ensino Fundamental”, “Advogado”. No total, essas 6 profissões sozinhas comprazem 36,9% dos vereadores eleitos em 2012. Os funcionários públicos, não apenas em 2012, conforme podemos observar acima, mas também em 2000 e 2004, são apontados como uma importante fonte de recrutamento legislativo para candidatos a vereador (KERBAUY, 2005).

A categoria I+II é identificada como aquela com menos permeabilidade; ela “é a classe que está mais distante das outras abaixo, no que diz respeito à hierarquia, e também apresenta

tendência diferenciada de imobilidade social”. Pessoas “cujos pais tinham origem na classe de profissionais e administradores (I+II) têm chances muito mais altas de permanecer neste grupo do que pessoas cujos pais estavam nas classes abaixo têm de entrar na classe I+II” (COSTA-RIBEIRO, 2014, p. 212). A proeminência de profissionais dessa classe sugere uma perpetuação das elites políticas mesmo em âmbito local.

Os estudos sobre o tema têm como objeto tradicional os mandatos eletivos estaduais ou nacionais (MARENCO E SERNA, 2007) e os cargos de confiança nos primeiros escalões do governo federal (CORADINI, 2007), embora haja aqueles que tratem do local (FARIAS FILHO, 2011). Para Marengo e Serna (2007), os padrões de recrutamento legislativo para as elites nacionais seguem um caminho distinto em partidos de esquerda e em partidos direita: nestes, estruturas tradicionais recrutam seus candidatos com base no capital eleitoral pessoal e em “carreiras construídas previamente e fora das organizações partidárias”; naqueles, a composição social é mais pluralista e os vínculos partidários são mais duráveis e anteriores à entrada na política. Já Farias Filho (2011), após analisar cinco regiões no Pará, concluiu por uma dinâmica distinta a depender do dinamismo econômico de cada região: quanto menor o dinamismo, maior a presença da linhagem familiar na elite política. O interesse desse capítulo é entender descritivamente a composição das câmaras municipais brasileiras, sem a necessidade para o posterior teste de hipóteses de aprofundamento maior na história da formação das elites locais e sua análise.

De volta à Tabela 3, as 4 profissões restantes entre as 10 que mais elegem vereadores podem ser encaixadas nas categorias V+VI, IVc e IVa+b. “Motorista de Transporte Coletivo de Passageiros”, com a dupla vantagem de participação em sindicatos da categoria e de contato próximo com um número grande de cidadãos cotidianamente, pode ser encaixado na categoria “V+VI: técnicos, supervisores do trabalho e trabalhadores manuais qualificados”. Já os “agricultores” podem estar tanto em “IVc: pequenos produtores rurais” quanto em “VIIb: trabalhadores rurais”, sendo impossível, por conta da limitada informação fornecida pelo TSE, escolher apenas uma das categorias. Para Kerbaui (2005, p. 345), o “fato de os trabalhadores rurais estarem representados de modo tão significativo sugere a importância desse segmento em cidades de pequeno porte e em regiões onde a população rural é marcante”. Por último, “Comerciantes” e “Empresários” são classificados como “pequenos proprietários e empregadores”, na categoria “IVa+b”.

Embora não se possa estabelecer uma relação causal entre pertencer à categoria “I+II: profissionais e administradores” e o sucesso eleitoral, talvez o alerta de Costa-Ribeiro, aliado à já citada conclusão de Farias Filho (2001) sobre o Pará, sirva também para se refletir sobre a

consolidação das mesmas elites e das mesmas famílias - ou, no mínimo, do “mesmo ‘tipo’ de pessoas e/ou grupos”, como diz também Farias Filho (2001, p. 185).

Os resultados indicam que, para se manter ou chegar à classe de profissionais e administradores (I+II), é fundamental alcançar níveis educacionais mais altos, mas que, **mesmo assim, indivíduos com origens nas classes mais altas continuam tendo vantagens em relação aos indivíduos com origens em classes mais baixas. A forma mais eficiente de transpor as barreiras de classe é adquirir mais escolaridade, embora filhos de profissionais e administradores (I+II) permaneçam tendo vantagens, ou seja, as barreiras à mobilidade intergeracional continuam presentes mesmo quando se leva em conta a escolaridade dos indivíduos.** (COSTA RIBEIRO, 2014, p. 212 - grifo nosso)

A análise da distribuição dos eleitos para a vereança em 2012 de acordo com o partido político, na Tabela 4, fecha a descrição do perfil dos vereadores das Câmaras Municipais no país. O número de 28 partidos com representação local, com apenas 3 deles possuindo menos de 100 vereadores eleitos, aponta para uma ampla fragmentação partidária. Para a Câmara dos Deputados, na eleição de 2014, 2 anos depois daquela que analisamos, 28 partidos também garantiram representatividade. Apesar da coincidência numérica, os partidos presentes na Câmara dos Deputados não são exatamente os mesmos presentes nas câmaras municipais.

Entre os 10 partidos com mais vereadores eleitos, de acordo com a Tabela 4, nove também estão presentes entre os 10 com maior presença na Câmara dos Deputados - a exceção sendo o PDT, que vai de 8º na lista acima para 11º em bancada na Câmara dos Deputados. O PMDB, que esteve em todos os governos desde a redemocratização e assumiu três vezes a presidência por vias indiretas, foi o partido que mais elegeu vereadores na última eleição municipal, fato que tem sido recorrente (KERBAUY, 2005). Em seguida, PSDB e PT, os partidos que polarizaram todas as eleições presidenciais nos últimos 20 anos, na segunda e terceira posições, cada um com pouco mais de 9% das cadeiras da vereança no país e um pouco mais de sucesso em Minas Gerais. A força política do PMDB, seja no Congresso, seja nas câmaras, é reflexo tanto de sua estrutura partidária e de suas heranças institucionais e culturais, vindas do MDB e do PSD, quanto de sua moderação, heterogeneidade e federalização (MACIEL, 2014). O papel dos partidos continua relevante, mesmo em tempos de migrações partidárias flexibilizadas, e o motivo mais destacado é que sequer se pode concorrer a um mandato sem seu aval. Eles também estarão presentes enquanto variáveis mediadoras em algumas das hipóteses, ajudando na compreensão da relação entre os valores e o mundo da política.

Tabela 4 - Tamanho dos partidos nas eleições municipais de 2012

Ordenado por porcentagem partidária em Minas Gerais

| Partido | Minas Gerais | | Demais estados | |
|-------------|--------------|------------|----------------|------------|
| | % do total | Vereadores | % do total | Vereadores |
| PMDB | 11,70% | 987 | 14,26% | 6.978 |
| PSDB | 11,61% | 979 | 8,73% | 4.273 |
| PT | 9,66% | 815 | 8,92% | 4.365 |
| DEM | 8,78% | 741 | 5,18% | 2.537 |
| PP | 7,71% | 650 | 8,75% | 4.284 |
| PR | 7,68% | 648 | 5,19% | 2.540 |
| PTB | 6,51% | 549 | 6,19% | 3.028 |
| PDT | 6,37% | 537 | 6,38% | 3.124 |
| PSB | 4,26% | 359 | 6,52% | 3.192 |
| PV | 4,15% | 350 | 2,52% | 1.232 |
| PSD | 3,89% | 328 | 8,86% | 4.336 |
| PPS | 2,98% | 251 | 3,29% | 1.611 |
| PRB | 2,25% | 190 | 2,08% | 1.016 |
| PSC | 2,22% | 187 | 2,61% | 1.279 |
| PSL | 1,83% | 154 | 1,23% | 603 |
| PHS | 1,41% | 119 | 0,88% | 429 |
| PTC | 1,20% | 101 | 0,78% | 380 |
| PRTB | 1,14% | 96 | 0,66% | 325 |
| PMN | 1,09% | 92 | 1,05% | 515 |
| PT do B | 0,89% | 75 | 0,94% | 460 |
| PC do B | 0,71% | 60 | 1,87% | 915 |
| PSDC | 0,68% | 57 | 0,79% | 389 |
| PRP | 0,46% | 39 | 1,10% | 540 |
| PTN | 0,44% | 37 | 0,80% | 390 |
| PPL | 0,32% | 27 | 0,31% | 150 |
| PSOL | 0,08% | 7 | 0,09% | 42 |
| PCB | | | 0,01% | 5 |
| PSTU | | | 0,00% | 2 |
| Total geral | 100,00% | 8.435 | 100,00% | 48.940 |

Fonte: TSE. O autor, 2017.

1.2 A ciência dos valores e o mundo da política

1.2.1 Valores pessoais: teoria e empiria

No momento em que o conceito de *valor* aparece nos textos mais acadêmicos, já no século XVIII, ele conforma-se de forma direta à origem latina do termo, *valere*, que significava “ser valioso, ser útil, ter importância”. Em “A Riqueza das Nações”, Adam Smith argumenta

que o trabalho é o padrão último e real com base no qual se pode determinar o valor de todas as mercadorias (1776, p. 90). Já no século seguinte, o alemão Karl Marx desenvolveria a sua Teoria do Valor-trabalho. O uso do termo em uma forma sociológica, no entanto, apareceria em Thomas & Znaniecki, que definiram *valor* como “qualquer dado que possui um conteúdo empírico acessível aos membros de algum grupo social e um significado sobre o qual ele pode ser ou vir a ser objeto de atividade” (apud SPATES, 1983, p. 29). Spates (1983) também aponta a preocupação da antropologia para o tema, com Franz Boas publicando já em 1911 sobre a mente do homem primitivo.

Talcott Parsons, um dos principais nomes dos estudos sobre valores no século XX, entretanto, rejeitou de um lado as definições objetivas dos séculos XVIII e XIX, como as de Smith e Marx, bem como ignorou os escritos que lhe eram anteriores para se inspirar em uma tradição europeia que lhe era mais próxima. Parsons foi responsável por “deslocar a interpretação [do conceito de valor] para o reino da cultura”, diz Spates (1983, p. 29), para continuar: “[Parsons] reconhecia que valores eram culturais; eram ideias, nunca objetos; [...] [eles] influenciavam a escolha humana”.

Na teoria de Parsons, acordos normativos estavam no cerne da experiência humana, e entre eles o mais importante eram os *valores*:

The most important of these normative agreements were what Parsons called values—those moral beliefs to which people appealed for the ultimate rationales of action. Values had power in social life because of (a) their element of moral suasion (to do x was good; not to do x was not so good, even bad), (b) the sanctions that would or could be visited on transgressors of them, and (c) their transmission to new generations via socialization. Given such centrality, it was possible, even likely, that particular values could exist unchanged for decades, even centuries. Hence, societies did not inevitably progress (i.e. Spencer was wrong); hence, the true calling of the sociologist was the study of such ideals and how they controlled “the structure of social action.” (SPATES, 1983, p. 28)

Os estudos funcionalistas de Parsons e seus colegas sobre *valores* acabaram recebendo muitas críticas já em fins da década de 1950. Havia uma desconexão entre o suporte empírico e a consistência lógica da teoria de valor funcionalista: enquanto uma elegância lógica perpassava os pressupostos, quase nenhum dado sistematicamente coletado os corroborava. (SPATES, 1983, p. 33) Uma discussão de Blake & Davis (1964) argumenta que a relação de causalidade entre normas, valores e comportamentos enfrentavam o dilema da “roupa do rei”, ou a impossibilidade de ser testada: o nível de abstração é tamanho quando a teoria funcionalista fala de valor que o conceito se tornaria praticamente impossível de verificar.

A retirada em grupo dos funcionalistas da temática dos valores foi procedida de uma sofisticação e sistematização dos estudos sobre valor, em autores como Rokeach (1973), Inkeles & Smith (2013, orig. 1974), McCready & Greeley (1977), Inglehart (2015, orig. 1977) e Hyman

& Wright (1979). O rompimento com os estudos anteriores, entretanto, soa como uma ironia intelectual: da mesma forma que Parsons ignorara um contingente de pensadores e focara-se na tradição europeia, os pesquisadores acima não citaram Parsons em nenhum momento de suas pesquisas.

Utilizando-se de uma divisão feira por Hitlin e Piliavin (2004) em uma revisão da literatura sobre *valores*, focaremos em responder quatro perguntas: (a) O que os valores não são? (b) O que os valores são? (c) De onde os valores vêm? (d) O que os valores fazem?

1.2.1.1 O que os valores não são?

Há quatro termos (atitudes, traços, normas e necessidades) que estão no mesmo campo semântico de *valor*; por isso, dialogam com esse conceito e lhe fazem fronteira, tornando-se ao mesmo tempo uma possível fonte de confusão e uma oportunidade de definição. *Valores* são mais abstratos que *atitudes*; estas são aplicadas a objetos sociais concretos enquanto aqueles focam-se em ideais). *Valores* são também mais duráveis que *atitudes*, com ambos “mostrando marcada diferença de mutabilidade ao longo do curso da vida” (HITLIN, PILIAVIN, 2004, p. 361).

Traços são aspectos fixos de personalidade. São

considerados disposições duradouras, enquanto valores são metas duradouras. Traços descrevem como as pessoas se parecem; valores se referem a o que as pessoas consideram importante. Traços variam na frequência e na intensidade com que ocorrem; valores variam na sua prioridade como padrões para julgar comportamento, eventos e pessoas. As pessoas consideram que seus valores são desejáveis, enquanto traços podem ser positivos ou negativos. Pessoas podem explicar comportamento ao se referirem a valores ou a traços, mas falam dos valores quanto querem justificar suas escolhas ou ações como legítimas ou valorosas (CAPRARA et al, 2006, p. 3).

Normas dependem da situação, enquanto *valores* transcendem a situação. *Valores*, assim como *normas*, são um fenômeno de grupo que dependem de um acordo compartilhado. Apesar disso,

valores tipicamente são medidos como um construto de nível individual. Normas são capturadas com um sentido de ‘dever’; valores são capturados como um ideal pessoal ou cultural. Pessoas agindo em concordância com valores não se sentem pressionadas como se sentiriam quando agem sob pressões normativas. (HITLIN, PILIAVIN, 2004, p. 361)

Como o próprio nome sugere, as *necessidades* influenciam o comportamento das pessoas a partir de um viés biologicista. Vale atentar que a expressão e satisfação de necessidades, muitas vezes, veste a roupagem socialmente aceita de um valor, reconstituindo, por exemplo, uma necessidade por sexo como um valor sobre amor (ROKEACH, 1973).

1.2.1.2 O que os valores são? A abordagem de Schwartz.

Após delimitar o que *valores* não são, fica a pergunta do que eles são. Influenciado pelo trabalho original e empírico de Milton Rokeach (1973), o professor Shalom H. Schwartz (2012) produziu na década de 1990 o que hoje conhecemos como a Teoria dos Valores Básicos de Schwartz. Embora ambos sejam pesquisadores paradigmáticos na área, as diferenças entre as abordagens são significativas (HITLIN, PILIAVIN, 2004). Rokeach distingue valores em instrumentais e terminais; Schwartz, contudo, não encontra evidência empírica dessa distinção, além de não a considerar útil. Os dois também diferem na forma de medirem os *valores*. Rokeach solicitava que os respondentes ranqueassem os *valores*, enquanto Schwartz defendia um método de classificação aberta, cujos índices eram posteriormente centralizados na média.

Embora tenham havido diversas teorias que tentavam classificar e instrumentalizar a temática dos *valores*, nenhuma delas encontrava aceitação majoritária ou cumpria esse papel de forma adequada e sistemática. Uma das motivações de Schwartz foi justamente o estado da arte das pesquisas sobre *valores* na década de 90: “meu trabalho sobre valores começou como um esforço para resolver a questão de classificar os conteúdos dos valores” (1994, p. 21).

A tese se utiliza de um conceito simples, mas relevante para *valores pessoais básicos*, desenvolvido dentro dessa proposta de Schwartz, que são entendidos como “metas transituacionais desejáveis, que variam em importância, e servem como princípios orientadores na vida de uma pessoa ou entidade social” (SCHWARTZ, 1994, p. 22). Deriva desse conceito que valores compreendidos como metas servem a interesses, podem motivar ação (dando a ela direção e intensidade emocional), funcionam como padrões para julgar e justificar ações e podem ser adquiridos tanto pela socialização quanto pela experiência de aprendizado única de cada indivíduo.

1.2.1.3 De onde os valores vêm?

Dentro da teoria de Schwartz, as definições acima não servem para distinguir os valores entre si. Com esse papel diferenciador, ficam o que Schwartz denominou de “metas motivacionais”: cada tipo de meta motivacional expressa um *valor* específico. Dessa forma,

para responder à terceira pergunta (de onde vêm os *valores?*), é necessário entender a lógica por trás da derivação das dez metas motivacionais de Schwartz. Para ele,

a fim de lidar com a realidade no contexto social, grupos e indivíduos transformam cognitivamente as necessidades inerentes da existência humana e as expressam na linguagem específica dos valores, sobre os quais eles podem então se comunicar. Especificamente, valores representam, na forma de metas conscientes, respostas a três requisitos universais, com os quais todos os indivíduos e sociedades devem lidar: necessidades dos indivíduos enquanto organismos biológicos, interação social coordenada e funcionamento eficiente de grupos. (SCHWARTZ, 1994, p. 21).

Quadro 1 - Tipos motivacionais de valores

| Definition | Exemplary values | Sources |
|---|---|----------------------------------|
| Power: Social status and prestige, control or dominance over people and resources | Social power authority, wealth | Interaction Group |
| Achievement: Personal success through demonstrating competence according to social standards. | Successful capable ambitious | Interaction Group |
| Hedonism: Pleasure and sensuous gratification for oneself. | Pleasure Enjoying life | Organism |
| Stimulation: Excitement, novelty, and challenge in life. | Daring, varied life, exciting life | Organism |
| Self-direction: Independent thought and action—choosing, creating, exploring. | Creativity, curious Freedom | Organism Interaction |
| Universalism: Understanding, appreciation, tolerance, and protection for the welfare of <i>all</i> people and for nature. | Broad-minded, social justice, equality Protecting the environment | Group* Organism |
| Benevolence: Preservation and enhancement of the welfare of people with whom one is in frequent personal contact. | Helpful Honest Forgiving | Organism Interaction Group |
| Tradition: Respect, commitment, and acceptance of the customs and ideas that traditional culture or religion provide. | Humble, devout Accepting my portion in life | Group |
| Conformity: Restraint of actions, inclinations, and impulses likely to upset or harm others and violate social expectations or norms. | Politeness, obedient Honoring parents and elders | Interaction Group |
| Security: Safety, harmony, and stability of society, of relationships, and of self. | National security Social order, clean | Organism Interaction Group |

Note. Organism: universal needs of individuals as biological organisms; Interaction: universal requisites of coordinated social interaction; Group: universal requirements for smooth functioning and survival of groups.

Fonte: Schwartz, 1994.

Como exemplo, Schwartz explica que o tipo motivacional *conformidade* foi derivado da necessidade de interação eficiente e sobrevivência de grupo, que “prescreve que indivíduos refreiem impulsos e inibam ações que podem machucar outros” (1994, p. 21). O Quadro 1 ajuda a explicar os dez valores e metas motivacionais. Na primeira coluna as metas motivacionais estão nomeadas e definidas. A segunda coluna lista valores específicos que servem de exemplo

para representar cada tipo motivacional. Por fim, a coluna 3 elenca os requisitos universais da existência humana a partir dos quais se derivou o tipo de valor específico.

1.2.1.4 Os 10 tipos motivacionais de valor de Schwartz

Além de delimitar os dez tipos básicos de valores, Schwartz teve como objetivo secundário estabelecer um todo coerente na teoria, com o estabelecimento de relações dinâmicas entre os valores. Para identificar essa relação, o pesquisador partiu do pressuposto de que a ação derivada de um desses valores possui consequências específicas (social, prática e psicologicamente), que podem entrar em conflito com as ações derivadas dos outros valores. Um foco em valores relacionados à *realização* pode entrar em conflito com ações relacionadas aos *valores de benevolência*: “buscar sucesso pessoal para si mesmo provavelmente se torna obstáculo a ações que objetivam melhorar o bem-estar social dos que precisam de ajuda. Da mesma forma, a busca de valores de tradição entra em conflito com a busca de valores de estimulação” (SCHWARTZ, 1994, p. 23).

O primeiro dos tipos de valores, *poder*, apresenta como meta definidora o status social e o prestígio, o controle a dominação sobre pessoas e recursos. Não apenas *poder*, mas também *realização* conecta-se com estima social. A diferença encontra-se no fato de que o segundo envolve uma demonstração pública de sucesso em uma interação concreta, enquanto o primeiro se relaciona a posições de destaque e dominação no sistema social como um todo (SCHWARTZ, 1994; 2006; 2012).

Valores de *realização* têm por meta definidora o sucesso pessoal, ao demonstrar-se a própria competência de acordo com padrões sociais (SCHWARTZ, 1994; 2006; 2012). A sobrevivência do grupo e do indivíduo estão ambas relacionadas aos valores de *realização*. Indivíduos capazes de uma performance competente são fundamentais para permitir a sobrevivência de grupos e de indivíduos, bem como para fazer com que grupos ou instituições cumpram seus objetivos.

A seguir vêm os valores de *hedonismo*, que se conectam a prazeres e a gratificações sensuais (SCHWARTZ, 1994; 2006; 2012). Esses valores derivam de necessidades orgânicas e das sensações de prazer a elas associados. Curtir a vida e prazeres são alguns dos valores associados.

Já os valores de *universalismo* têm por meta definidora o entendimento, a apreciação, a tolerância, a proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza. Valores *universais* derivam tanto de necessidades de sobrevivência individuais como de grupo. Preocupações como justiça social, igualdade, paz, unidade com a natureza, sabedoria, proteção do meio ambiente são relacionadas a esse tipo de valor (SCHWARTZ, 2006; 2012).

A seguir há os valores de *benevolência*, cuja meta definidora é preservar e aumentar o bem estar daqueles com os quais temos contato pessoal e frequente (nosso grupo). Eles derivam do requerimento básico de funcionamento eficiente do grupo e do componente orgânico de necessidade de afiliação, sendo as relações mais relevantes aquelas dentro da família ou demais grupos primários. “Valores de *benevolência* enfatizam preocupação voluntária com o bem estar alheio. [Está no campo semântico de] prestativo, honesto, compreensivo, responsável, leal, amizade verdadeira, amor maduro” (SCHWARTZ, 2006, p. 9).

Já a meta definidora dos valores de *estimulação* são o excitação, a novidade e os desafios na vida, que derivam da necessidade orgânica de variedade e estimulação (SCHWARTZ, 1994; 2006; 2012).

Os valores de *autodeterminação* têm por meta definidora o pensamento independente e a ação autônoma. Esses valores derivam nas necessidades orgânicas de controle e maestria e de requerimentos interacionais de autonomia e independência (SCHWARTZ, 1994; 2006; 2012).

A meta definidora dos valores de *tradição* são respeito, compromisso, aceitação dos costumes e ideias providas pela cultura ou religião. Esse tipo deriva das necessidades de grupo, que usualmente e em todo lugar “desenvolvem práticas, símbolos, ideias e crenças que representam a experiência compartilhada e fé. (...) Esses normalmente tomam a forma de ritos religiosos, crenças e normas de comportamento (respeito pela tradição, humildade, devoção, aceitar meu quinhão na vida)” (SCHWARTZ, 2006, p. 8).

Conformidade tem por meta definidora a contenção nas ações, inclinações e impulsos, que possam incomodar ou prejudicar os outros ou que violem expectativas e normas sociais. Eles derivam do requerimento de que os indivíduos evitem perturbar a interação eficiente dos grupos e seu funcionamento adequado. Schwartz o define como enfatizando “o comedimento nas interações cotidianas, usualmente com aqueles que nos são próximos (obediência, disciplina, educação, honra aos pais e aos idosos).” (SCHWARTZ, 2006, p. 8).

Os valores de *tradição* e *conformidade* são especialmente próximos motivacionalmente: “eles compartilham a meta de subordinar-se em favor de expectativas socialmente impostas. Eles diferem principalmente nos objetos aos quais as pessoas se subordinam. Conformidade

engloba a subordinação a pessoas com as quais se interage frequentemente - pais, professores, chefes. Tradição é a subordinação a objetos abstratos - ideias e costumes culturais e religiosos” (SCHWARTZ, 2006; p. 8 e 9).

O décimo tipo de valor é a *segurança*, cuja meta definidora é a estabilidade, a harmonia e a segurança da sociedade, das relações e de si mesmo. Valores exemplares são a segurança nacional, a ordem social e a limpeza. Esses valores derivam de requerimentos básicos do indivíduo e do grupo.

1.2.1.5 O modelo teórico e suas dinâmicas internas

Os dez tipos de valores da tabela, portanto, organizam-se de uma forma dinâmica e relacional, formando um *continuum* de motivações relacionadas:

poder e realização enfatizam superioridade social e estima; realização e hedonismo focam em satisfação pessoal; hedonismo e estimulação indicam um desejo de excitação prazerosa das emoções; estimulação e autodirecionamento envolvem interesse intrínseco em novidade e maestria; autodirecionamento e universalismo expressam dependência no próprio julgamento e conforto dentro da diversidade; universalismo e benevolência se preocupam em melhoramento para os outros e transcender interesses egoístas; benevolência e conformidade pedem um comportamento normativo que promove relações próximas; benevolência e tradição incentiva a devoção ao grupo de pertencimento; conformidade e tradição envolvem subordinação de si em favor de expectativas impostas socialmente; tradição e segurança reclamam pela preservação de acordos sociais existentes que dão certeza/segurança ao cotidiano; conformidade e segurança demandam que se evite ou se supere as ameaças das incertezas, ao controlar relações e recursos. (SCHWARTZ, 1993, p. 24 e 25)

A partir dessa dinâmica relacional proposta, Schwartz apresentou um círculo matricial (Figura 1) para o modelo teórico. Nele, os 10 tipos de valores se organizam a partir de relações de proximidade e oposição. Ao mesmo tempo, 4 tipos de segunda ordem são apresentados, agregando internamente alguns tipos de valores de primeira ordem. Embora essa divisão de valores individuais em dez tipos de valores sugira a aparência uma variável discreta, tal divisão é apenas uma necessidade conceitual e analítica. As diferenças motivacionais existentes entre os dez tipos são contínuas em vez de discretas, com sobreposição de sentidos cada vez maior quanto mais se aproxima das fronteiras entre os tipos motivacionais. Tipos que são vizinhos têm essa fronteira mais difusa; tipos que se opõem nesse círculo matricial tendem a possuir medições com um delta mais significativo.

Esses 10 tipos de valores podem ser divididos em quatro categorias mais amplas, que ao mesmo tempo se opõem em dois eixos bipolares: Conservação *versus* Abertura à mudança e Autopromoção *versus* Autotranscendência.

Figura 1 - Modelo teórico das relações entre os tipos motivacionais de valor, valores de segunda ordem e dimensões bipolares de valores

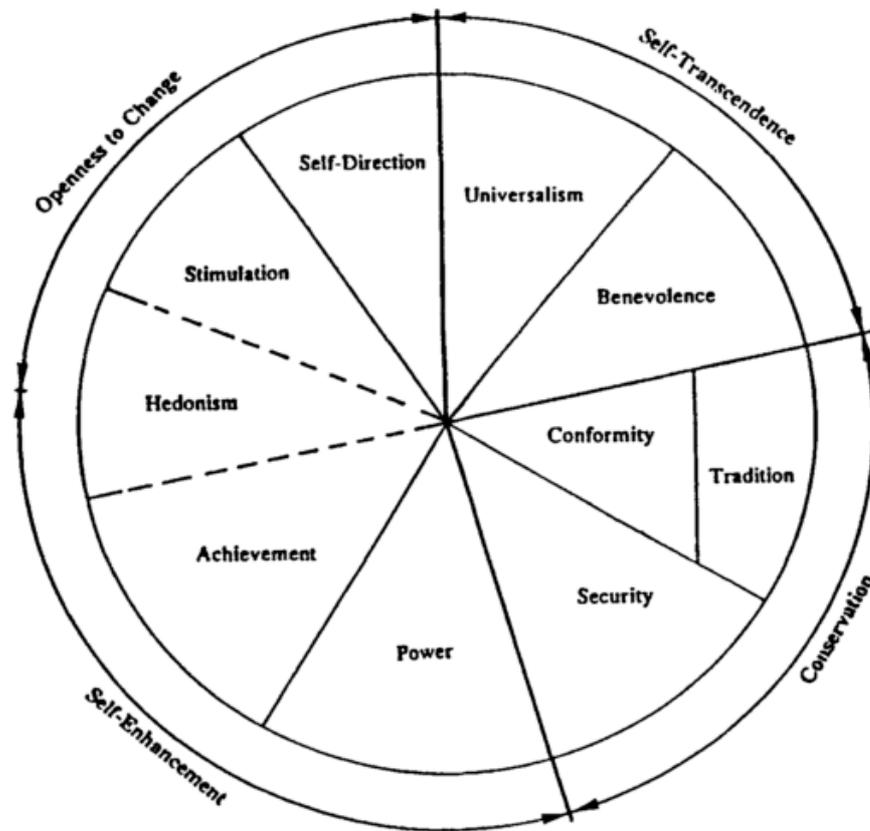


Fig. 1. Theoretical model of relations among motivational types of values, higher order value types, and bipolar value dimensions (adapted, with permission, from Schwartz, 1992).

Fonte: Schwartz, 1994.

A união dos três tipos de valores descritos acima (*poder, realização e hedonismo*) forma um dos quatro tipos de segunda ordem, a *autopromoção*, que se contrapõe à *autotranscendência*: essa, reúne valores de *universalismo e benevolência*, e enfatiza a aceitação dos outros como iguais e a preocupação com o bem-estar coletivo; a *autopromoção*, por outro lado, destaca a busca individual pelo sucesso relativo e pela dominação dos outros. (SCHWARTZ, 1994; 2006; 2012).

O outro eixo é composto pelo par *abertura à mudança e conservação*. Essa dimensão captura o conflito entre “valores que enfatizam independência de pensamento, ação e sentimento, bem como abertura para a mudança” e “valores que enfatizam a ordem, autocontrole, preservação do passado e resistência à mudança” (SCHWARTZ, 2006, p. 11).

Schwartz encontrou grande quantidade de suporte empírico para seu esquema e, embora ele tenha estudado primordialmente países desenvolvidos (HITLIN, PILIAVIN, 2004, p. 363), diversos outros autores pesquisaram dezenas de outros países. Ao todo, um trabalho de 2006

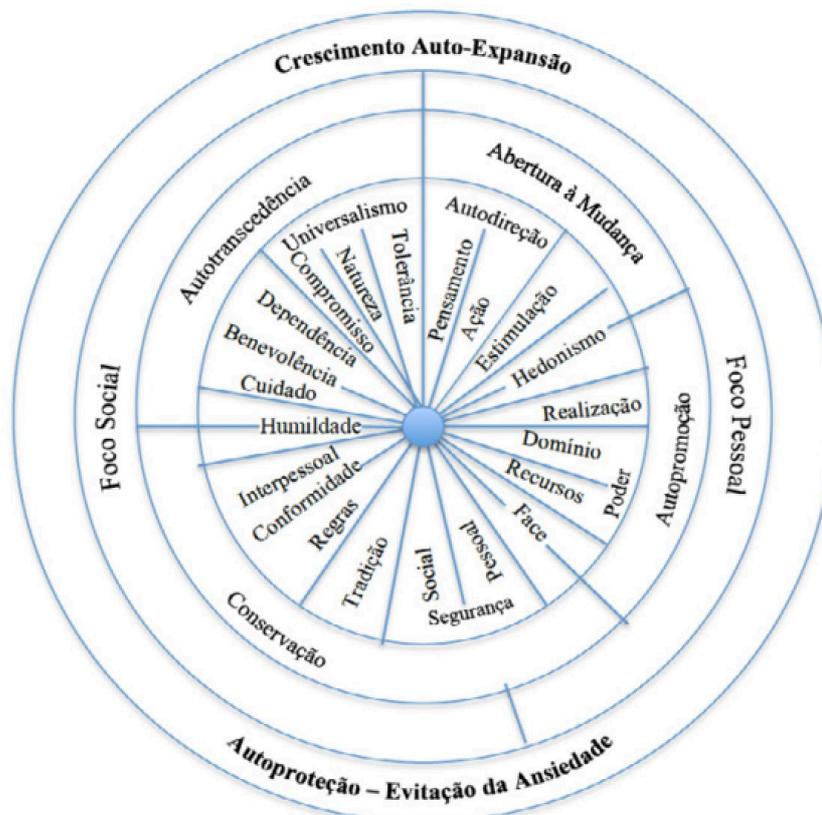
apontou que a teoria havia sido testada em mais de 200 amostras de 67 países (CAPRARA et al., 2006, p. 8).

1.2.1.6 A teoria refinada de valores de Schwartz

Em 2012, Schwartz (et al. 2012) apresentou a teoria refinada dos valores humanos básicos, propondo uma nova divisão do contínuo de valores. Enquanto a formulação anterior identificava 10 valores básicos, descritos no item anterior deste capítulo, a teoria refinada apresenta 19 valores básicos definidos de formas mais específicas.

Alguns dos existentes no modelo anterior foram subdivididos, e a teoria como um todo se sofisticou. Elementos que antes se reuniam indistintamente dentro do valor autodireção, na teoria refinada passam a ser medidos como dois valores diferentes: autodireção de pensamento e autodireção de ação.

Figura 2 - Círculo matricial dos 19 valores da teoria refinada



Fonte: Torres, Schwartz, Nascimento, 2016.

A teoria refinada foi avaliada em 15 amostras distintas, coletadas em 10 países, com posterior análise de escalonamento multidimensional (MDS) e análise fatorial confirmatória (AFC). Essa nova abordagem teórica construiu-se sobre os pressupostos da teoria original, e manteve a noção de que os valores se organizam em um continuum motivacional circular. Os 19 valores da teoria refinada particionam este círculo a exemplo do que foi demonstrado no item anterior, e as 15 amostras confirmaram tanto a discriminação entre os valores quanto o ordenamento deles no continuum.

Quadro 2 - Os 19 valores da teoria refinada e suas metas motivacionais

| Valor | Definições Conceituais em Metas Motivacionais |
|---------------------------|---|
| Autodireção de Pensamento | Liberdade para cultivar suas próprias ideias e habilidades |
| Autodireção de Ação | Liberdade para determinar suas próprias ações |
| Estimulação | Excitação, novidade e mudança |
| Hedonismo | Prazer e gratificação sensual para si mesmo |
| Realização | Sucesso de acordo com os padrões sociais |
| Poder de Domínio | Poder pelo exercício de controle sobre outras pessoas |
| Poder sobre Recursos | Poder pelo controle sobre materiais e recursos sociais |
| Face | Manutenção da sua imagem pública e evitar humilhações |
| Segurança Pessoal | Segurança em seu ambiente imediato |
| Segurança Social | Segurança e estabilidade da sociedade (mais ampla) |
| Tradição | Manutenção e preservação da cultura, família ou religião |
| Conformidade com Regras | Conformar-se com regras, leis e obrigações formais |
| Conformidade Interpessoal | Evitar chatear ou machucar outras pessoas |
| Humildade | Reconhecimento da própria insignificância em um contexto amplo |
| Benevolência Dependência | Ser um membro confiável e fidedigno do endogrupo |
| Benevolência Cuidado | Devoção ao bem-estar dos membros do endogrupo |
| Universalismo Compromisso | Comprometimento com igualdade, justiça e proteção de todas as pessoas |

| | |
|--------------------------|---|
| Universalismo Natureza | Preservação do ambiente natural |
| Universalismo Tolerância | Aceitação e compreensão daqueles que são diferentes de si mesmo |

Fonte: Torres, Schwartz, Nascimento, 2016.

É interessante observar que uma comparação entre o valor preditivo da teoria original e da refinada demonstrou um potencial de análise maior e mais preciso para atitudes e crenças na segunda (SCHWARTZ et al., 2012). Já a relação entre a teoria refinada e comportamento foi testada apenas posteriormente (BUTENKO; SCWHARTZ, 2013), mas também empiricamente estabelecida.

Os 19 valores da teoria refinada, organizados no círculo motivacional conforme a Figura 2, mantém as definições para realização, hedonismo e estimulação, conforme a explicação de Schwartz e Cieciuch (2016) e Quadro 2.

Já *benevolência* passa a se subdividir em *dependência* e *cuidado*. O valor *benevolência-dependência* valoriza ser um membro fidedigno e confiável do grupo, enquanto *benevolência-cuidado* enfatizam a devoção ao bem-estar dos membros desse grupo.

O valor básico *universalismo* se divide em 3 outros. O *universalismo-tolerância* foca-se na aceitação e na compreensão daqueles que diferem de si mesmo; o *universalismo-compromisso* enfatiza o compromisso com a igualdade, a justiça e a proteção de todas as pessoas; por fim, o *universalismo-natureza* se manifesta na preservação do ambiente natural.

Alguns valores não existiam na configuração anterior, como é o caso dos valores de *humildade* e *face*. Para *humildade*, a teoria aponta o reconhecimento da própria insignificância no esquema geral das coisas. O valor de *face* enfatiza a segurança e o poder que advém da manutenção da imagem pública e na evitação de humilhações. O valor básico da *tradição*, embora não tenha sido dividido, transformou-se para significar a manutenção e a preservação das tradições culturais, familiares ou religiosas.

O valor anterior de *conformidade*, na teoria refinada se torna *conformidade-interpessoal*, que evita chatear ou causar mal a outras pessoas, e *conformidade-regras*, que foca em seguir as regras, leis e obrigações formais.

O antigo valor de *segurança* passou a especializar-se em *segurança-social*, com foco na segurança e estabilidade da sociedade como um todo, e *segurança-pessoal*, enfatizando a segurança no meio imediato do sujeito.

As mudanças propostas no valor básico de *poder* são interessantes para o mundo da política. Agora, a teoria define dois valores distintos: um, denominado *poder-recursos*, que foca

no poder conseguido pelo controle de recursos materiais e sociais; outro, chamado de *poderdominação*, que envolve o poder alcançado no exercício de controle sobre as pessoas.

Os dois últimos valores entre os 19 são a derivação do valor básico da *autodireção*. A *autodireção-ação* é a liberdade de determinar as próprias ações, enquanto a *autodireção-pensamento* é a liberdade de cultivar as próprias ideias e habilidades.

Dessa forma, conforme a Figura 1 demonstra, há um círculo mais externo que agrupa os valores em dois polos: “aqueles relacionados a lidar com a ansiedade e a proteção do *self* (parte inferior) e os que têm seu foco relacionado ao autodesenvolvimento e são relativamente livres de ansiedade (metade superior)”. (TORRES, SCHWARTZ, NASCIMENTO, 2016, p. 3).

O círculo circunscrito ao anterior distingue os valores com foco pessoal (à direita) daqueles com foco social (à esquerda). O círculo seguinte evidencia os quatro tipos motivacionais de segunda ordem (*autotranscendência*, *abertura à mudança*, *autopromoção* e *conservação*), presentes na teoria original e conceituados da mesma forma na teoria refinada. Internamente, os 19 valores estão organizados espacialmente a partir da teoria também descrita anteriormente, levando em conta a relação dinâmica que eles estabelecem de complementação ou oposição. Essa localização espacial foi também confirmada na análise do material empírico. (TORRES, SCHWARTZ, NASCIMENTO, 2016, p. 10).

Apesar das similaridades da teoria refinada com a original, foi necessário o desenvolvimento de um novo arsenal de perguntas para substituir o PVQ-21 e o PVQ-40, que eram os questionários existentes.

1.2.2 Estudos de valores no domínio da política

São muitos os temas relacionados na literatura científica aos estudos de valores. Há os que utilizam valores para entender melhor o ambiente de trabalho (ROS, SCHWARTZ, SUSKISS, 1999), os estudos de marketing (ZASUWA, 2015), as motivações e os comportamentos no esporte (WHITEHEAD, TELFER, LAMBERT, 2013), a violência urbana e o medo do crime (BARNI et al., 2015), as atitudes pessoais após eventos traumáticos, como os atentados de 11 de setembro de 2001 (COHRS et al., 2005), etc. Além dessas, uma área se conecta intimamente a valores e conseqüentemente a esta pesquisa, é o mundo da política.

Gianvittorio Caprara, do departamento de psicologia da Universidade de Roma “La Sapienza”, é um dos principais pesquisadores dessa interface entre valores básicos e política.

Em parceria com Michele Vecchione e outros pesquisadores, Caprara publicou em 2006 um artigo sobre a influência de traços e valores nas escolhas políticas (CAPRARA et al., 2006). Com uma amostra de 3044 eleitores italianos, a pesquisa conseguiu demonstrar haver uma diferença estatisticamente significativa entre eleitores da centro-direita e da centro-esquerda - estes últimos, com mais universalismo, benevolência, autodireção e com menos segurança, poder, realização, conformidade e tradição em relação aos primeiros.

A possibilidade da utilização dos estudos de valores na política é realçada já no início do *paper*, quando os autores sugerem que

nós vemos os valores pessoais básicos como base crucial para a ideologia. Se eles explicarem padrões de votação, líderes políticos poderiam utilizá-los, indo além da esquerda-direita ou dimensões ideológicas similares para leituras mais complexas do espectro de valores básicos prioritários do público (CAPRARA, et al., 2006*).

E não é apenas para a importante questão do comportamento do eleitor que o estudo de valores pode contribuir, mas também em tópicos caros à Ciência Política contemporânea, como a conexão eleitoral, o comportamento político de legisladores, as relações estabelecidas entre integrantes do executivo e as casas legislativas, os custos das campanhas eleitorais, etc.

Essa pesquisa, apesar de olhar para a relação entre políticos já eleitos e outras variáveis do sistema político, como fidelidade partidária e pertencimento a base do prefeito (ver a hipóteses ao fim do capítulo), tem muito a receber das pesquisas já realizadas e publicadas na área da psicologia política. Em sua tese de doutoramento, concluída em 2003, Barnea (2003) apud Caprara (et al., 2006) testou os valores prioritários enquanto preditores em 14 países democráticos representantes de regiões distintas do planeta. Em todos os países testados, valores discriminaram significativamente entre partidos políticos distintos. Essa relação, adaptada às condições da política no Brasil, aos interesses da pesquisa e à amostra, é explorada na pesquisa nas hipóteses H3a, H3b, H3c e H3d. Uma das distinções é que este trabalho testa a diferença de valores não entre os apoiadores dos partidos políticos, mas entre seus membros eleitos para cargos eletivos.

Outra discussão recorrente na literatura de comportamento eleitoral e partidos, iniciada na Academia americana com os estudos sobre *incumbency advantage*, destinou grande interesse ao que ficou conhecido por “voto pessoal”. Os próprios estudiosos americanos questionaram se essa vantagem relativa de políticos no cargo ao buscarem a reeleição também estaria presente na dinâmica política de outros países (CAIN, FERREJOHN & FIORINA, 1984). A literatura sobre *incumbency advantage* desencadeou-se em um grande debate sobre voto personalizado, inclusive com participação dos autores que estudam política e valores pessoais. Em certo

sentido, o tema do voto centrado na pessoa do candidato constitui um campo à parte (e bastante relevante). Esse conceito de *personal vote* pode ser resumido da seguinte forma:

Por “voto personalizado” nós queremos dizer aquela porção do apoio eleitoral de um candidato que se origina de suas qualidades pessoais, qualificações, atividades e histórico. Especialmente em eleições legislativas, pesquisas de ciência política enfatizam aquela parte do voto que não é pessoal - apoio baseado em filiação partidária, características fixas do eleitorado como classe, religião e etnia, reações a condições nacionais como o estado da economia e a avaliação da performance do partido do governo. (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1984, p. 111*)

Levando em conta o cenário eleitoral americano, com a personalização do voto sendo apenas um de seus atributos, Leal (2002) propõe um conjunto de processos que funcionaram como uma “americanização” das disputas eleitorais ao redor do planeta, os quais sumariza em elementos como a crescente importância do candidato, a racionalidade autocentrada do eleitor mediano e o impacto relativo da campanha (sendo que estas variáveis podem ser mais ou menos intensas, a depender dos incentivos institucionais dados pelos distintos sistemas eleitorais). O autor propõe então a formação de uma nova ambiência eleitoral, marcada pela tendência à personalização das campanhas, pela visão de que o eleitor mediano não tem especial interesse ou acúmulo informativo sobre política, e pela constatação de que os discursos das campanhas não são as únicas variáveis relevantes – seria preciso levar em conta a construção das imagens previamente dadas, a longo prazo, pela mídia.

A preocupação sobre como os eleitores “apreendem, processam e utilizam as informações que recebem no correr de uma campanha” (LEAL, 2002, p. 1) é fundamental para compreender a questão. A importância crescente do voto personalizado, o declínio da identificação partidária e o processo de desalinhamento do eleitorado sinalizam para a prevalência dos fatores de curto prazo como determinantes do voto. Martin Wattenberg (1991, p. 3) designa o fenômeno como a “ascensão da política centrada nos candidatos”. Em resumo, ele sustenta que quando a opinião pública tende à neutralidade sobre os partidos é o candidato quem polariza o debate.

Dentro desse contexto, os meios de comunicação tornam-se fortes instrumentos para a construção das imagens dos candidatos, ganhando espaço o marketing político. Roger-Gérard Schwardzenberg afirma que a personalização do poder acabou favorecida pelo que se denomina política-espetáculo:

é a superestrutura da sociedade, é o próprio Estado que se transforma em empresa teatral, em Estado-espetáculo. De uma forma sistemática e organizada. Para melhor divertir e iludir o público de cidadãos. Para melhor distrair e desviar. E mais facilmente transformar a esfera política em cena lúdica, em teatro de ilusão. (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 9)

Essa forma de se fazer política é resultado de diversos fatores, que incluem o desenvolvimento dos meios de comunicação - que afetou os modos de interação social -,

mudanças da estrutura social, da economia etc. Um processo eleitoral configurado, entre outros fatores, por uma personalização mais intensa das campanhas, está intimamente relacionado à presença da mídia de massa como lugar preferencial onde se travam as disputas eleitorais contemporâneas.

Como relembra Gomes (2004), é cada vez mais consensual que parte considerável da disputa política tenha sido convertida em luta pela imposição da imagem pública dos atores políticos – bem como em competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões que se apresentam na cena política (GOMES, 2004, p. 239). Tanto a imposição da imagem pública, quanto a competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões são catalisadas – e por que não dizer, viabilizadas – pela utilização da mídia: “Há mesmo quem sustente que a importância crescente das atividades políticas associadas à criação e à circulação de imagens constitua, ao lado do poder definidor da comunicação de massa, a novidade mais interessante da arena política contemporânea” (GOMES, 2004, p. 239).

Nessa nova arena política constituída pelos meios de comunicação de massa, os conflitos seriam resolvidos – ou intensificados –, a sociedade seria organizada e/ou mobilizada, a opinião pública seria tranquilizada ou excitada, credibilidades seriam conquistadas ou perdidas (GOMES, 2004, p. 240) por meio do aparato midiático. A imagem pública⁹ seria formada com grande contribuição da mídia de massa, visto que ela propicia na contemporaneidade o alcance necessário para uma corrida eleitoral. Há de se relativizar o papel da comunicação de massa na política local, dado que a proximidade espacial garante uma importância diferenciada ao corpo a corpo e às tradicionais formas de fazer campanha. Mas já é comum, nas cidades de médio porte, o uso de novas tecnologias de informação e comunicação para mobilização dos já eleitores e conquista de novos corações e mentes.

O terceiro ponto levantado na teorização sobre a nova ambiência eleitoral é o impacto das campanhas enquanto fenômenos em mutação nas democracias contemporâneas. Leal (2002) traz para o debate a tese de Thomas Holbrook (1996) de que existe um “ponto de equilíbrio entre as forças políticas na disputa” e de que “a campanha, em essência, serve para ajustar eventuais disparidades, ajudando o resultado a direcionar-se a este ponto de equilíbrio

⁹ O conceito de imagem pública para Wilson Gomes é resumido na seguinte passagem: “A imagem pública não é um tipo de imagem em sentido próprio, nem guarda qualquer relação com a imagem plástica ou configuração visual exceto por analogia com o fato da representação”. (2004, p. 246). Para Gomes, a imagem pública é formada enquanto uma “entidade conceitual, decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos linguísticos”. (2004, p. 242). Portanto, a analogia que se pode fazer entre imagem pública e o termo imagem (enquanto plasticidade) é uma importante propriedade de seu significado: “a capacidade de representar algo, de fazer algo presente (aos olhos, em um caso, à mente, em outro).” (2004, p. 246). O autor pondera que reservar o termo imagem pública para um fato cognitivo/conceitual, não implica que atributos visuais não caracterizem ou simbolizem um ator político. Mas esses atributos – como o bigode de Sarney, o topete de Itamar Franco, a barba de Fidel - não fazem parte da imagem pública, mas sim da iconografia pública desses personagens.

predeterminado por fatores exógenos” (LEAL, 2002, p. 4). Uma comunicação política eficiente seria “aquela que ajuda os eleitores a identificarem os candidatos ou partidos como agentes efetivamente capazes de oferecerem respostas para os problemas que realmente os preocupam” (LEAL, 2002, p.4).

Nas palavras de Caprara a relação acima também se estabelece: “as pessoas tendem a votar em partidos cujas plataformas ou imagens sugeriram que os eleger promoveria a concretização ou preservação dos seus próprios e comemorados valores pessoais” (2006, p. 9). Em geral, as pessoas não votavam para partidos e ou políticos cujo sucesso eleitoral poderia ameaçar esses valores. Em outro artigo, de 2007 (p. 158), Caprara relata um estudo sobre as eleições presidenciais americanas de 2004 e de eleições italianas recentes, os quais demonstraram que eleitores votam em candidatos que eles julgam serem os mais parecidos com eles mesmos.

O sistema eleitoral é também crucial para se compreender a dinâmica pela qual se dá a disputa eleitoral em um país. No Brasil, um sistema proporcional de lista aberta encontra-se em vigor desde 1945. Nesse sistema os eleitores podem votar em um nome (voto nominal) ou em partido (voto de legenda). As cadeiras obtidas pelos partidos (ou pelas coligações entre partidos) são posteriormente ocupadas pelos nomes que mais receberam voto naquela lista única – compartilhada entre os partidos em caso de coligação. Jairo Marconi Nicolau diz que já na década de 50 o sistema brasileiro passou a receber críticas de políticos e estudiosos:

Dois pontos apareceram com mais frequência nestas críticas. O primeiro é que durante a campanha eleitoral, ao invés de cooperarem entre si, os candidatos seriam estimulados a competirem pelas possíveis cadeiras obtidas pelos partidos. O segundo é que os candidatos teriam fortes incentivos para pedir voto para si, mas poucos incentivos para enfatizar a campanha partidária, o que contribuiria para promover a “personalização” e enfraquecer os partidos. (NICOLAU, 2007, p. 134).

Essa discussão pode ser complementada com a tese de Barry Ames de que, sob sistemas proporcionais de lista aberta, os candidatos têm “poucos incentivos para utilizar apelos ideológicos (pois estes, no lugar de distingui-los dos outros nomes da lista, os aproxima deles)” (LEAL, 2002, p. 5). Juntando-se este estímulo institucional a um ambiente centrado na mídia, produz-se um modelo especialmente incentivador do personalismo.

Todas essas variáveis confluíram para minar também a crença na existência de um cidadão cívico, cômico de suas responsabilidades frente ao bem comum, para o qual ele contribui desinteressadamente. Segundo Popkin (1991), a racionalidade do eleitor médio é profundamente autocentrada e econômica – ele busca atalhos para a tomada de decisão. Como buscar informações é um processo que apresenta custos, que não são viáveis frente à ausência

de estímulos e incentivos, o eleitor trabalha com subprodutos de informações que adquire em outras atividades (pessoais, por exemplo).

Entre esses atalhos, há alguns citados na literatura que se utilizam de valores prioritários como variáveis independentes do comportamento do eleitor na hora do voto. Embora com variações contextuais, “eleitores que dão mais prioridade para autotranscendência, tendem a votar para partidos que enfatizavam a solidariedade e o pluralismo, em vez da ordem e da segurança” (CAPRARA, 2007, p. 156). Essa ideia liga-se às hipóteses H3a, H3b, H3c e H3d, que investigam justamente as similaridades dos valores de vereadores pertencentes aos partidos políticos. É necessário, entretanto, adaptar a discussão para trabalhar com políticos eleitos para cargos eletivos, especificamente vereadores em Minas Gerais. Como a amostra é pequena, foi necessário agregar os partidos de esquerda mais centro-esquerda e de direita mais centro-direita, conforme ficará mais claro no capítulo sobre o método.

Continua o pesquisador: “em adição, eleitores da direita pontuaram mais alto em valores de autopromoção e **conservação** como poder e segurança, e mais baixo em valores de **autotranscendência** como benevolência e universalismo do que aqueles de esquerda” (CAPRARA, 2007, p. 156 - grifo nosso). Esse último ponto também se conecta diretamente às hipóteses H4a e H4b, que investigam os valores de foco social (dos grupos **conservação** e **autotranscendência**) como preditores de pertencimento a partidos de esquerda ou direita. (BARNEA, SCHWARTZ, 2008).

A literatura, a partir do olhar da ciência política, mira muito na personalização das campanhas da parte dos candidatos. Caprara (2007, p. 153) amplia a tese, defendendo que nesse ambiente há dois aspectos da personalização da política: não apenas o perfil do político é relevante, mas também “a personalidade dos eleitores e sua relação com suas próprias decisões”. Mais especificamente, “os padrões distintivos dos eleitores em termos de hábitos, atitudes e valores, servem como bússola que garante coerência a suas próprias preferências e que os ajuda a construir sentido dos comportamentos dos políticos” (CAPRARA, 2007, p. 151). Barnea e Schwartz concordam, e afirmam, a partir de análises empíricas, que “todos os tipos de valores identificados na teoria geral de valores podem ser relevantes, a depender apenas das circunstâncias”. (2008, p. 36).

Diversos estudos têm demonstrado, portanto, a influência de valores para a escolha dos eleitores. Autores como Mulligan (2008) estudam essa influência a partir de outra escala, focando especificamente na influência de valores morais no voto. Schwartz, Caprara e Vechione (2010), utilizando a mesma teoria desta pesquisa, também detectaram predição significativa de votos a partir dos valores básicos dos eleitores e confirmaram a hipótese de que

valores básicos explicam substancialmente a variância de oito valores políticos fundamentais. Em outro estudo empírico realizado em 15 países, Schwartz (et al., 2014, p. 900) afirma que as análises de regressão e correlação sustentam que “valores básicos respondem por substancialmente mais variância em valores políticos do que idade, gênero, educação ou renda. (...) Esse estudo fortalece a suposição de que diferenças individuais nos valores básicos têm papel crítico no pensamento político”.

Nessa linha, as hipóteses H1a, H1b, H2a e H2b tentam identificar dois comportamentos dos políticos eleitos que poderiam ser explicados a partir dos valores básicos desses políticos, em consonância com a já demonstrada relação entre valores e comportamento: “suas influências em avaliação política, julgamentos e processos decisórios é ampla e profunda” (KINDER, 1998, apud GOREN, 2005, p. 893). Da mesma forma que uma parte grande da variância dos valores políticos é explicada pelos valores básicos, a hipótese defende que esses mesmos valores podem decantar em atitudes políticas como a adesão ou não à base do prefeito e a fidelidade partidária.

Conforme já se mencionou, não foram encontradas pesquisas publicadas em revistas indexadas e com avaliação por pares acerca de valores básicos serem preditores de pertencimento partidário para políticos eleitos. A hipótese, entretanto, foi derivada da literatura em Ciência Política e da literatura de valores, ao imaginar que é possível que os mesmos valores que levam eleitores a escolherem partidos de direita ou esquerda talvez guiem políticos a se filiarem a partidos. A teoria dos valores de Schwartz não exige que as escolhas sejam feitas conscientemente para que sejam vinculadas às motivações inscritas em cada um dos valores. Apesar disso, é possível verificar esse conjunto imenso de pesquisas já descrito sobre a eleitores e valores básicos. A ausência de pesquisas que abraçam a temática ora proposta deve servir como um incentivo, embora cobre um preço.

Um estudo que também tangencia as hipóteses H3 e H4 foi publicado por Kirmanoğlu e Başlevent (2012), que confirmaram estatisticamente que alguns valores básicos estão intimamente relacionados com o pertencimento sindical na Europa, fornecendo mais um indício de que pode ser possível entender o processo decisório de pertencimento partidário sob a lente dos valores básicos.

O mais recente estudo relacionando valores básicos e voto, aceito para publicação para o volume 51 de 2017 da revista *Cross-Cultural Research*, foi escrito em uma parceria internacional com os principais pesquisadores da área: Schwartz, Caprara, Vecchione, Torres, Schoen, Bain, Silvester, Cieciuch e outros. O artigo é um estudo transcultural realizado em 16 países espalhados por 5 continentes (Europa, América do Norte, América do Sul, Ásia e Oceania). Entre os resultados, confirmou-se a hipótese de que valores básicos exerceram um

efeito significativo na previsão da ideologia na maioria dos países, com destaque para as democracias estabelecidas como Austrália, Finlândia, Itália, Reino Unido e Alemanha (CAPRARA, et. al., 2017).

Um grande número de pesquisadores

atribuiu um papel central dos valores como organizadores de preferências e julgamentos políticos (Knutsen, 1995; Rokeach, 1973, 1979; Schwartz, 1994, Schwartz, Caprara, Vecchione, 2010) (...). Utilizando dados da terceira rodada do Questionário Social Europeu (ESS 2006-2007), Piurko et al. (2011) descobriram que valores de autopromoção e conservação explicavam uma orientação à direita, enquanto autotranscendência e abertura à mudança explicavam uma orientação à esquerda. (CAPRARA et al., 2017*).

A pesquisa de Piurko et al. (2011), citada acima, também corrobora a investigação das hipóteses H4a e H4b. O fato de a estrutura de valores ser circular (com suas contraposições e proximidades tendo significado claro e já expostos para a teoria de Schwartz) implica que as duas hipóteses acima, focadas nos grupos de foco social (autotranscendência e conservação) carregam em si mesmas a correlação negativa nos opostos abertura à mudança e autopromoção. É com base nessa literatura, bastante desenvolvida quando se foca em eleitores e valores e bem incipiente ao trabalhar com políticos eleitos, que a pesquisa se assenta. É a partir dessa revisão do estado da arte da literatura que se estende o olhar para os políticos eleitos e os valores enquanto organizadores de preferências e processos decisórios no âmbito da vida política.

1.3 Hipóteses

O principal objetivo desta pesquisa é investigar a relação entre valores pessoais e comportamento de políticos eleitos, partindo do pressuposto de que valores pessoais são um componente relevante para o comportamento político, embora na maior parte das vezes seja ignorado nas pesquisas. Embora a relação entre política e valores seja um objeto com uma boa literatura, nenhum estudo investigou diretamente as relações entre valores e comportamento de políticos eleitos. Essa pesquisa tem por objetivo identificar e analisar instâncias nas quais os valores ajudam a explicar o comportamento dos atores em questão. Para tanto, propõe-se quatro temas, com ao todo 10 hipóteses:

a) BASE DO PREFEITO

H1a: Vereadores que endossam valores de face, poder-recursos e poder-domínio aderirão mais à base do prefeito de seus respectivos municípios, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

H1b: Vereadores que endossam valores de autodireção-pensamento e estimulação aderirão menos à base do prefeito de seus respectivos municípios, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

b) FIDELIDADE PARTIDÁRIA

H2a: Vereadores que endossam valores de segurança (pessoal e social), de conformidade (regras e interpessoal) e de tradição terão maior fidelidade partidária, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

H2b: Vereadores que endossam valores de autodireção-ação e estimulação terão menor fidelidade partidária, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

c) DIFERENÇA DE VALORES ENTRE PARTIDOS

H3a: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Abertura a mudança* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

H3b: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Conservação* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

H3c: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Autotranscendência* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

H3d: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Autopromoção* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

d) VALORES DE FOCO SOCIAL COMO PREDITORES DE PERTENCIMENTO PARTIDÁRIO

H4a: Valores do tipo motivacional de segunda ordem Conservação (Conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-social e segurança-pessoal) ajudam a aumentar a capacidade preditiva do pertencimento a partidos mais à esquerda ou à direita.

H4b: Valores do tipo motivacional de segunda ordem Autotranscendência (Universalismo-natureza, universalismo-tolerância, universalismo-compromisso, benevolência-dependência e benevolência-cuidado) ajudam a aumentar a capacidade preditiva do pertencimento a partidos mais à esquerda ou à direita.

2 MÉTODO

2.1 Considerações

O método quantitativo desenhado para investigar se o comportamento na arena política de vereadores eleitos pode também ser explicado pelos valores básicos pessoais é o foco deste capítulo, que apresenta as três fases pelas quais passou a investigação empírica. Na primeira delas, a elaboração do questionário é trabalhada, com as escolhas metodológicas realizadas, inclusive sobre a melhor ferramenta para capturar as prioridades valorativas dos sujeitos, o PVQ-RR.

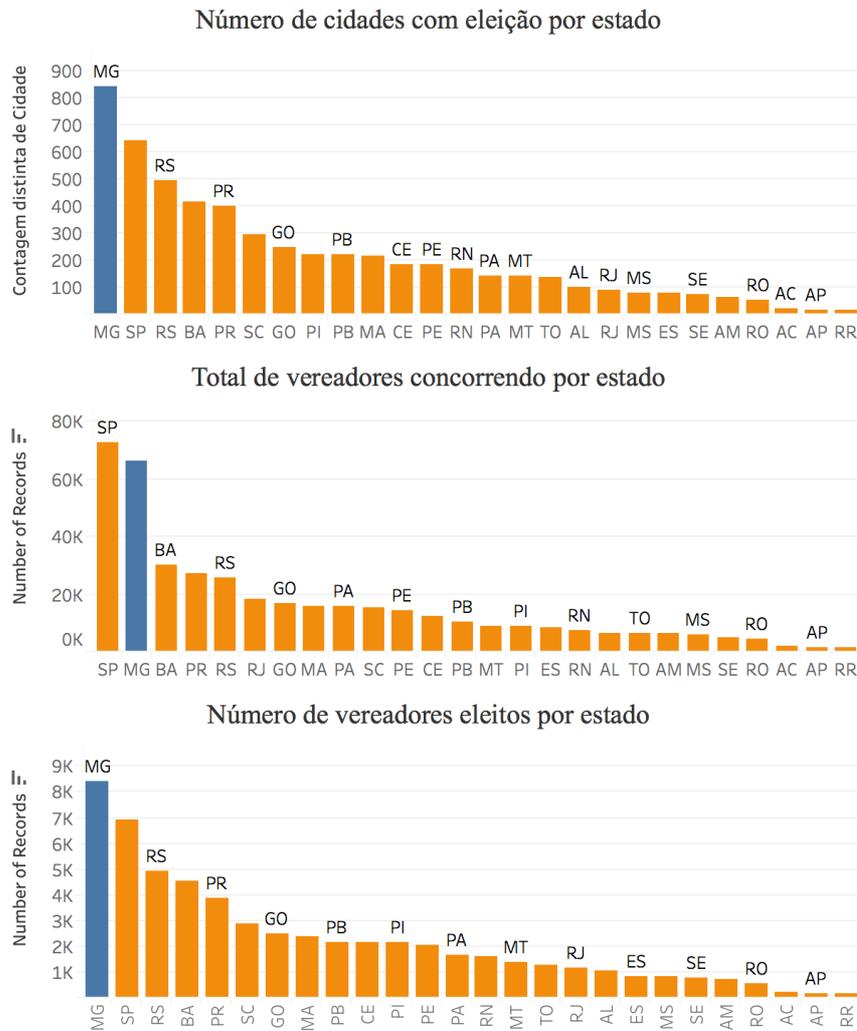
Na segunda fase a pesquisa aborda a seleção dos participantes e a coleta dos dados. O estudo empírico consistiu na aplicação de questionários junto a 201 vereadores eleitos em 2012 por Minas Gerais. Esses questionários aliam as escalas existentes no *Portrait Values Questionnaire* (PVQ-RR), traduzido e com evidência de validação no Brasil por Torres, Schwartz e Nascimento (2016), com perguntas adicionais necessárias para realizar a análise das hipóteses (Cap. 2). A escolha pelo PVQ-RR, uma ferramenta de pesquisa cuja tradução foi validada em dezenas de países bastante diversos (SCHWARTZ, 2016), permite que a pesquisa se abra à frutífera possibilidade de uma metodologia comparada, em que casas legislativas de outros países possam ser futuramente estudadas nos mesmos moldes.

Na terceira fase, é apresentada a forma de tratamento estatístico dos dados do PVQ-RR, bem como análises de poder estatístico (que ajudam a evitar erros do Tipo I e do Tipo II) e análises fatoriais confirmatórias (AFCs). Ainda há comentários sobre as duas técnicas estatísticas escolhidas para abordar os dados, a regressão múltipla linear e o teste-t de amostras independentes.

Minas Gerais foi o estado escolhido para a análise por diversos motivos, como possuir território de dimensões pátrias e grande diversidade cultural, econômica e social; ter o maior número de municípios do país (853 de 5.570) e, conseqüentemente, o maior número de câmaras municipais e de vereadores eleitos (8.435 vereadores eleitos em 2012); e ter, conforme demonstrou-se no Capítulo 2, suficiente similaridade com o perfil dos demais estados brasileiros. O Gráfico 4 ajuda a visualizar esse aspecto único de Minas Gerais frente aos demais estados da federação. Para completar, a população de Minas, 21 milhões em 2015, compreende a soma populacional da Irlanda, da Noruega, da Dinamarca e da Finlândia. Em termos de

território, o estado de Minas é um pouco maior do que a França (IBGE, 2016). Com a exceção de estudos com mais de um estado ou nacionais (em todas as 26 unidades federativas em que há câmaras municipais), não há uma escolha mais adequada do que Minas Gerais.

Gráfico 4 - Informações das eleições para vereadores de 2012 segundo os estados



Fonte: TSE. O autor, 2017.

2.2 Nível de análise

Miller (1978, p. 25 apud ROUSSEAU, 1985, p. 4) recomenda uma regra procedimental em pesquisas sobre comportamentos: que toda discussão deveria começar com a identificação dos níveis de referência. Por níveis de referência, de acordo com definição de Rousseau (1985) e de Klein et al. (1994), temos os níveis da teoria, da medição e da análise estatística.

O “*nível da teoria* descreve o alvo (por exemplo: o indivíduo, o grupo, a organização) que um teorista ou pesquisador quer descrever ou explicar” (KLEIN, DANSEREAU, HALL, 1994, p. 198). É o nível em que se fazem as generalizações. Já o *nível de medição* conceitua-se como “a unidade à qual os dados estão diretamente ligados (por exemplo, dados autoreportados são geralmente no nível individual e o número de integrantes de um grupo é do nível grupal)” (ROUSSEAU, 1985, p. 4). Por sua vez, “o *nível de análise estatística* descreve o tratamento dos dados durante os procedimentos estatísticos”, explica Klein et. Al. (1994, p. 198), completando com um exemplo: “se o nível de medição é o indivíduo, mas os resultados individuais são agregados usando a média do grupo na análise dos dados, o nível de análise estatística é o grupo”.

A importância metodológica desse debate é explicada como um desafio inerente de alguns formatos de pesquisa: “não há qualquer razão lógica para a relação entre duas variáveis em um nível de análise ser a mesma em outro nível de análise” (SMITH, 2002, p. 4). Por exemplo, “um pesquisador pode inferir dos achados de Hofstede de que nações latino-americanas pontuam mais alto em *distância em relação ao poder* para prever em uma amostra de empregados que aqueles indivíduos com atitudes autoritárias seriam os mais satisfeitos.” (SMITH, 2002, p. 5). No exemplo acima, uma grande variedade de falácias ecológicas poderia explicar as conclusões alcançadas. Embora correlações espúrias não sejam uma novidade, pesquisas que misturam diferentes níveis de análise abrem-se a problemas nessa área.

Seguindo a sugestão de Miller e os conceitos esboçados acima, esta pesquisa tem por nível da teoria, da medição e de análise o indivíduo. O nível de medição utiliza-se de dados individuais (questionário contendo escala respondido pelos vereadores, informações pessoais como nascimento, partido de filiação, etc.). Alguns dados são colhidos sobre a cidade e a região de origem dos vereadores, no nível macro, o que não modifica o nível de análise.

2.3 Fase 1: elaboração do questionário

2.3.1 Os instrumentos de medição (SoV, RVS, SVS, PVQ-21, PVQ-40, PVQ-RR)

Allport e Vernon estão entre os primeiros cientistas sociais a estudarem valores enquanto um conceito com uma base material (DEBATS, BARTELD, 1996). Em 1931, os

dois pesquisadores publicaram o chamado “Study of Values” (SoV), que refinaram em parceria de Lindzey 30 anos depois, em 1951. O SoV foi um teste desenhado para medir a força relativa de seis valores básicos identificados pelo psicólogo e filósofo alemão Eduard Spranger (ALLPORT-VERNON-LINDZEY STUDY OF VALUES, 2008). O teste consiste em uma série de perguntas de múltipla-escolha que se referem a atividades ou ocupações, entre as quais os respondentes escolhem as mais atrativas.

Ao todo são 45 itens, divididos em duas partes, para as quais os respondentes podem distribuir pontos entre as opções de cada item. A primeira, com 30 cenários breves com duas opções cada; a segunda, com 15 cenários com 4 opções. É a partir dessas respostas que o pesquisador identifica o perfil dominante para cada indivíduo. (SCHWARTZ, CIECIUCH, 2016, p. 111).

A principal ferramenta após o SoV foi desenvolvida por Milton Rokeach no clássico “The Nature of Human Values”. A abordagem de Rokeach causou um aumento expressivo das pesquisas empíricas sobre valores, e, por conta disso, o questionário Rokeach Value Survey (RVS) foi avaliado e testado extensivamente. (DEBATS, BARTELD, 1996, p. 48).

O RVS foi desenhado tendo em mente a necessidade de identificar e separar hierarquicamente valores instrumentais (considerados os tipos preferíveis de comportamento) e terminais (que são considerados os mais importantes e desejáveis). Uma das críticas ao RVS reside no fato de o questionário pedir que os respondentes atribuíssem uma lista de valores a frases curtas. Esse formato é problemático, pois o valor denominado “honestidade”, por exemplo, ou “liberdade”, pode significar coisas distintas para cada indivíduo. Outro problema é o uso de apenas um item para medir cada um dos valores, enquanto ferramentas como o PVQ-RR, a ser trabalhado posteriormente, utilizam três itens por valor. (SCHWARTZ, CIECIUCH, 2016, p. 113).

Além de ter permitido uma quantidade de pesquisa empírica respeitável, o RVS foi base para a construção do primeiro questionário produzido a partir da teoria de Simon Schwartz. O Schwartz Values Survey, ou SVS, apresenta duas listas de valores, e ambas acompanhadas de listas com frases explicativas. Amostras de 27 países foram utilizadas, com os testes de análise fatorial confirmatória apontando que os respondentes discriminavam adequadamente entre os 10 valores.

Outra vantagem do SVS é que ele respondia a diversos criticismos levantados anteriormente para o RVS. Uma das respostas é a existência de mais de um item para medir cada valor básico; outra, é a criação de um sistema de classificação e não de ranqueamento, considerado limitador por Schwartz (2016, p. 113).

A vantagem do instrumento posterior, o *Portrait Values Questionnaire* (PVQ), é a utilização de um sistema de medição indireto dos valores básicos da teoria de Schwartz. Em vez de nomear os valores para os respondentes, que classificariam diretamente a relevância de cada um deles, o PVQ apresentava diversos perfis de pessoas em termos de metas, aspirações e desejos que consideravam importante na vida. Para cada pessoa descrita o entrevistado deve responder à seguinte questão: “Quanto esta pessoa se parece com você?”. As repostas variam de 1 a 6, sendo 1 = Não se parece nada comigo, 2 = Não se parece comigo, 3 = Se parece pouco comigo, 4 = Se parece mais ou menos comigo, 5 = Se parece comigo e 6 = Se parece muito comigo.

Esse instrumento foi desenvolvido em uma versão inicial com 21 itens denominada consequentemente de PVQ-21, com a capacidade de medir os 10 valores descritos na teoria original. Entre os exemplos de questão, há o item 7, que é utilizado para medir o valor Conformidade da teoria original: “Ela acredita que as pessoas deveriam fazer o que lhes é ordenado. Ela acredita que as pessoas deveriam sempre seguir as regras, mesmo quando ninguém está observando”.

Conforme pode ser observado na Tabela 5, construída originalmente por Schwartz (2016), o PVQ-21 possui 2 períodos por item e leva de 2 a 5 minutos para ser preenchido. Para a escolha de qual instrumento seria utilizado, todas essas variáveis foram levadas em consideração. Uma das principais vantagens desse instrumento é o curto tempo necessário para preenchimento, o que é importante para esta pesquisa, visto que seu preenchimento seria por telefone, com sujeitos cujo tempo é de difícil acesso - políticos em mandato. Entretanto, o custo a se pagar por essa vantagem é uma baixa confiabilidade dos dados, dificuldade de discriminar entre os 10 valores básicos da teoria original e problemas advindos do fato de os itens terem dois períodos.

Já o PVQ-40, embora tenha a capacidade de medir os mesmos 10 valores da teoria original, conta com 40 itens, o que aumenta a confiabilidade das respostas. Um dos exemplos de itens adicionados é o 36, que também mede conformidade: “É importante para ela ser sempre educada com os outros. Ela tenta nunca incomodar ou irritar os outros”. Diferentemente do instrumento anterior, este é capaz de discriminar dois níveis de valores: os 10 da teoria original e 4 tipos motivacionais de segunda ordem. Os itens continuam com 2 períodos cada, mantendo os problemas que isso ocasionava no PVQ-21. Schwartz considera também que as escalas não eram satisfatórias. O tempo de preenchimento vai de 4 a 8 minutos, embora seja importante fazer uma ressalva de que Schwartz não estima esse tempo com base em entrevistas telefônicas,

que por sua própria natureza são mais demoradas do que o respondente ler por conta própria e preencher.

Uma outra vantagem do PVQ-40 reside no fato de que há uma ampla utilização deste questionário tanto temporalmente quanto geograficamente. A utilização do PVQ-40 foi aventada, em contraposição ao instrumento mais recente, o PVQ-RR, justamente pela possibilidade de que a aparente extensão deste diminuísse muito a taxa de resposta. Como as vantagens do PVQ-RR são imensas, e as entrevistas foram feitas por telefone, resolveu-se desconsiderar esse possível problema; afinal, os respondentes não sabiam de antemão quantos itens seriam respondidos, sendo avisados apenas da extensão temporal da entrevista.

Tabela 5 - Comparação entre as três versões do PVQ

| TABLE 8.2 COMPARISON OF THREE PVQ VERSIONS | | | |
|--|---|---|---|
| | PVQ-21 | PVQ-40 | PVQ-RR |
| Number of basic values measured | 10 | 10 | 19 |
| Number of items | 21 | 40 | 57 |
| Sentences per item | 2 | 2 | 1 |
| Item phrasing | Importance plus a goal, wish, or aspiration | Importance plus a goal, wish, or aspiration | Importance only |
| Completion time 90% respondents | 2–5 minutes | 4–8 minutes | 4–8 minutes |
| Languages currently available | 30 | 37 | 27 |
| Advantages | Open-access data from 30+ representative national samples in the European Social Survey | Widest past use; discriminates two value levels: 10 original basic, 4 higher order | Discriminates three value levels: 19 refined basic, 10 plus 4 highest reliability for 10 values |
| Disadvantages | Low reliability; discriminating all 10 values problematic; potentially double-barreled 2-sentence items | Reliability of some scales not satisfactory; potentially double-barreled 2-sentence items | Apparent length |

Fonte: Schwartz, 2016

O terceiro PVQ e último instrumento analisado na tese, o PVQ-RR, foi justamente o escolhido. Ajudou bastante uma troca de correspondência eletrônica com Schwartz, em que o pesquisador incentivava de forma enfática que a pesquisa não utilizasse o PVQ-21, que é o questionário em uso na European Values Survey. De preferência, Schwartz recomendava utilizar o PVQ-RR, e, como segunda opção, o PVQ-40. Após realizarmos um pré-teste com o PVQ-RR o questionário foi atualizado para refletir essa modificação do instrumento.

As vantagens são muitas e começam com a existência de mais granularidade: o instrumento permite a medição de 19 valores básicos da teoria refinada, além dos 10 valores da teoria original e dos quatro tipos motivacionais de segunda ordem, discriminando, portanto, três níveis de valores, contra dois dos instrumentos anteriores. O tempo para preenchimento estimado por Schwartz é igual ao do PVQ-40, entre 4 e 8 minutos. Na prática, as pesquisas por telefone demoraram entre 10 e 50 minutos, a depender do estilo do vereador. Alguns comentavam cada item, mesmo sem que isso houvesse sido solicitado. Em média, no entanto, as respostas consumiam entre 14 e 17 minutos para serem coletadas, já incluindo nessa conta todas as questões da entrevista e não apenas o PVQ.

Embora conte com 57 itens, quase 3 vezes mais do que o PVQ-21, todos são compostos por apenas um período. O nível de atenção necessário para responder cada item do PVQ-RR é significativamente menor, bem como a exigência de interpretação dos itens por parte dos entrevistados, vários deles sem muitos anos de estudo, conforme pode ser visto nos dados do Capítulo 2. Itens de apenas um período do instrumento refinado como “É importante para ela evitar chatear as pessoas”, “É importante para ela tomar conta da natureza” ou “É importante para ela formar suas visões de maneira independente”, são muito mais palatáveis do que os itens de dois períodos dos instrumentos anteriores, como “É importante para ela se adaptar à natureza e se encaixar nela. Ela acredita que as pessoas não deveriam modificar a natureza” ou “Ser muito bem-sucedida é importante para ela. Ela espera que as pessoas reconheçam suas realizações”. Esse último exemplo, constante do PVQ-40, explicita um dos problemas evitados no PVQ-RR:

O novo instrumento foi desenhado para operacionalizar a teoria refinada e foi validado em diversas amostras em dez países. Esse instrumento, ao contrário de seu predecessor, o PVQ-40, consiste em um período por item. Isso elimina o problema que respondentes algumas vezes reportavam, de querer dar uma resposta diferentes para cada um dos dois períodos do mesmo item. Respondentes também demoravam menos tempo para completar cada. (SCHWARTZ, 2012, p. 47).

Alguns pressupostos são compartilhados pela teoria que subjaz a construção dos três Questionários e são listados a seguir (SCHWARTZ, CIECIUCH, 2016, p. 114): 1) Eles medem valores indiretamente, sem mencionar o termo *valor*; 2) Eles não assumem que as pessoas tenham valores articulados, mas assumem que elas os tenham de forma latente, e que eles podem ser inferidos das respostas que dão; 3) Eles pedem aos respondentes que façam julgamentos comparativos, o que é considerado mais fácil do que reportar os próprios valores abstratos – pessoas raramente pensam sobre os valores básicos, mas frequentemente participam de comparações sociais na vida cotidiana; 4) Eles pedem aos respondentes que comparem pessoas descritas consigo mesmos, e não o inverso. Comparar o outro consigo direciona a

atenção aos aspectos restritos do outro que foram reportados e não às muitas percepções que o indivíduo tem sobre si mesmo; 5) Eles descrevem as pessoas em termos do que é importante para elas (seus valores, não traços). Isso evita problemas potenciais que o RVS e o SVS encontravam; 6) Eles se utilizam de uma escala de resposta assimétrica. Mais sobre esse último item será debatido no capítulo metodológico, quando o assunto da desejabilidade nas respostas e das correções por aquiescência estará em foco.

2.3.2 O questionário final

O questionário, incluindo toda a escala do PVQ-RR, foi construído de forma a diminuir ao máximo o tempo necessário para preenchimento, que seria feito por telefone. Em conversas com vereadores selecionados aleatoriamente e que não estavam na amostra de Minas Gerais, foi questionado como eles prefeririam participar de uma pesquisa acadêmica. Por conta dessas conversas, algumas questões ficaram claras: uma parte razoável deles enfrentava dificuldade com o uso da tecnologia ou sequer tinham endereço de e-mail. A possibilidade de responder por carta foi aventada por alguns, mas descartada por diminuir ainda mais qualquer controle que pudéssemos ter acerca de quem estava respondendo a pesquisa.

Como o PVQ-RR atende aos propósitos de um preenchimento via telefone, acrescentou-se após a escala um conjunto de seis perguntas de conteúdo geral e uma sétima que perguntava se o vereador preferia permanecer anônimo ou abria mão do sigilo das respostas. O número de questões adicionadas foi propositalmente pequeno, a fim de diminuir o tempo de resposta e aumentar a probabilidade de conclusão de cada pesquisa iniciada. Cada variável que poderia ser preenchida através da consulta a bancos de dados era uma questão a menos para fazer ao entrevistado. Como o PVQ-RR conta com 57 itens, o total de formulações respondidas por cada vereador somou 64. As seis questões adicionadas perguntavam (I) o partido atual do vereador, (II) quanto ele se considerava parte da base do prefeito da cidade, (III) sua autodeclaração de cor de pele, (IV) sua filiação religiosa, (V) sua frequência religiosa e (VI) seu nível de apoio a um eventual governo militar.

2.4 Fase 2: Seleção dos participantes e coleta dos dados

Foram separados do banco de dados nacional das eleições de 2012 apenas os candidatos a vereador em Minas Gerais, e destes os eleitos. Após esse processo, ligações começaram a ser efetuadas pelo autor da pesquisa e uma assistente de pesquisa (que assinou um termo de confidencialidade) para os telefones fixos dos gabinetes, embora encontrar os vereadores presentes e com disponibilidade para responder tornou-se um desafio gigantesco. Após perceber que esse esquema não estava em um ritmo factível, iniciou-se uma busca que permaneceu até o fim da pesquisa, pelo número de celular pessoal dos vereadores, com utilização de amigos em comum, outros pesquisadores, contato formal com a secretaria de câmaras municipais, solicitação a deputados estaduais, etc. Com esse empreendimento a pesquisa acumulou mais de 1000 números de celulares de vereadores em Minas Gerais.

A primeira resposta colhida ocorreu em 13 de setembro de 2016 e a última, de número 201, foi registrada no dia 1 de novembro de 2016. Com 1/4 da coleta concluído, foi necessária a inclusão de uma segunda assistente de pesquisa, visto que o processo se revelou bastante demorado. A média da duração das ligações telefônicas foi de 14 a 17 minutos, com algumas durando 45, mas o tempo mais extenso era despendido no processo de encontrar os vereadores disponíveis, retornar ligações, agendar horários, etc. O autor da pesquisa e as duas assistentes seguiram um protocolo para as ligações, falando o mesmo texto para todos os respondentes, seguindo a mesma ordem e explicando o mínimo possível o significado dos itens. Algumas vezes foi necessário maior detalhamento, como, por exemplo, explicar que “se entreter” significa “se distrair, se divertir”. Em grande parte dos casos, entretanto, a coleta ocorreu sem pedido de explicações após o respondente entender a lógica do processo.

Os itens eram lidos e as respostas dadas pelos respondentes eram registradas na plataforma online *SurveyGizmo*. Ao todo foram coletadas respostas de 79 cidades mineiras com todos os 201 respondentes da amostra com 100% de itens respondidos, sem *missings*. Esse número grande de cidades permite que variáveis para estudos futuros como IDH ou Índice de Pobreza tenham uma boa variabilidade entre os casos.

2.5 Fase 3: Análises

2.5.1 Comentários metodológicos sobre o PVQ-RR

O PVQ-RR é a ferramenta escolhida para medir os 19 valores básicos da teoria refinada de Schwartz et al. (2012), com cada um dos valores sendo medido por três itens, chegando, portanto, ao total de 57 itens constantes na escala. Os itens que medem o mesmo valor são distribuídos na escala de forma que eles não fiquem muito próximos uns dos outros. O valor autodireção-pensamento, por exemplo, é medido pelos itens 1, 23 e 39; já o valor universalismo-cuidado é medido pelos itens 11, 25 e 47, e assim por diante. Os 10 valores originais da teoria de Schwartz (1999) também podem ser medidos, mas possuem quantidade diferente de itens, por conta de alguns terem sido reorganizados em dois ou três valores (estimulação, que permaneceu igual, possui três itens para medição; universalismo, que se dividiu em três valores, tem, conseqüentemente nove itens para medição nessa escala).

Ao responder o PVQ-RR os vereadores se comparavam a cada um dos perfis descritos, com questionários específicos para homens e mulheres, que mudavam apenas o gênero no texto. Nessa comparação, precisavam responder a uma escala tipo Likert, de 1 a 6 para cada item, sendo 1 "Não se parece nada comigo", 2 "Não se parece comigo", 3 "Se parece pouco comigo", 4 "Se parece mais ou menos comigo", 5 "Se parece comigo" e 6 "Se parece muito comigo." Ou seja, suas respostas devem ficar entre 1, "Não se parece nada comigo" e 6, "Se parece muito comigo". Conforme Schwartz (2006, p. 16), os respondentes diferem muito no seu uso da escala de respostas, tanto no antigo SVS quanto nos PVQs. Esse fenômeno é considerado uma consequência tanto da desejabilidade social de algumas respostas - não pode ser ignorado o fato de os respondentes serem pessoas públicas - quanto do que se chama de viés ou aquiescência. Como a escala foi criada para medir as prioridades em termos de valores, o foco é medir a importância relativa de um valor em relação aos outros (SCHWARTZ, 2006). Um exemplo também compartilhado por Schwartz diz respeito a dois respondentes que escolhessem a resposta quatro para todos os itens do valor tradição. Apesar disso, tradição seria um valor mais importante para alguém que tivesse todos os outros valores pontuados abaixo de quatro e menos importante para alguém que pontuasse todos os demais valores acima de quatro. O número absoluto pode ser o mesmo, mas o que importa é a prioridade que se dá e a quais valores, pois

a própria teoria de Schwartz defende que a relação entre os valores é sempre dinâmica e deve criar um todo coerente. (SCHWARTZ, 1994, p. 23)

Segundo Schwartz (2007, p. 172), para medir adequadamente as prioridades dos valores básicos de cada respondente, as respostas são centralizadas em torno da média das respostas de cada indivíduo, obedecendo a seguinte sequência:

1. Calcular a pontuação de cada um dos 19 valores tirando a média dos itens que os compõem. Se, para tradição as respostas foram 3, 4 e 3, o valor tradição teria uma pontuação de $(3+4+3)/3=3,33$. Imaginemos que, para benevolência-cuidado, os valores tenham sido 6, 5 e 6, gerando uma média de 5,66.

2. Calcular a média das respostas aos 57 itens para cada indivíduo. Vamos supor que a média do indivíduo acima é 4,26.

3. Subtrair a média acima (no caso desse indivíduo hipotético 4,26) de cada um dos 19 valores, centralizando, portanto, todos os valores ao redor da média. Esse indivíduo teria, portanto, valor tradição em $3,33 - 4,26 = -0,93$ e o de benevolência-cuidado em $5,66 - 4,26 = 1,40$.

Ao realizar essa operação com todos os respondentes, é possível verificar as prioridades de valores de cada um deles e compará-las às dos demais, visto que o uso enviesado da escala já está corrigido. Schwartz, Verkasalo, Antonovsky e Sagiv (1997) estudaram esse fenômeno com mais profundidade.

2.5.2 Análise Fatorial Confirmatória

A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) é uma forma de análise fatorial muito utilizada nas ciências sociais e de comportamento. Ela serve para identificar a qualidade com que algumas variáveis representam um número menor de construtos. A diferença principal em relação a outra análise fatorial, denominada de Análise Fatorial Exploratória (AFE), é que esta deriva dos dados, enquanto a Confirmatória deriva da teoria (HAIR et al., 2010, p. 664). No Capítulo 4, será apresentado o ajuste do modelo para cada um dos tipos motivacionais de segunda ordem (Conservação, Abertura à mudança, Autotranscendência e Autopromoção).

2.5.3 Análise de Poder (Power)

Há dois erros comuns em testes estatísticos de hipóteses, denominados de Erro Tipo I e Erro Tipo II. O erro do primeiro tipo, ou Erro do Tipo I, ocorre quando se rejeita incorretamente uma hipótese nula verdadeira, enquanto o erro do segundo tipo, ou Erro do Tipo II, acontece quando se aceita uma hipótese nula que é falsa. Este último é análogo a um falso negativo, enquanto o primeiro pode ser comparado a um falso positivo.

Uma das formas de diminuir os riscos do erro de Tipo II (β) e do Tipo I (α) a níveis aceitáveis é utilizando-se do cálculo de poder estatístico, que explora

as relações entre as quatro variáveis envolvidas na inferência estatística: tamanho da amostra (N), critério de significância (α), tamanho do efeito populacional (ES) e poder estatístico. Para qualquer modelo estatístico, essas relações são tais que cada um destes é uma função dos outros três (COHEN, 1992*).

Dessa forma, a partir dos cálculos de poder estatístico pelo aplicativo G*Power 3.1, descobre-se qual o tamanho amostral necessário para empregar análises específicas, como o teste t de amostras independentes e a regressão linear múltipla.

Para verificar a probabilidade de erro do Tipo II, chamado de β , empregou-se uma análise *post hoc*, que não deve ser confundida com análise retrospectiva de poder. Na análise *post hoc*, $1 - \beta$ é computado como a função de α , do parâmetro de efeito populacional e do tamanho da amostra do estudo (FAUL, ERDFELDER & LANG et al., 2007, p. 176). Para o teste das hipóteses H3a, H3b, H3c e H3d, que se utilizam de teste-t de amostras independentes, os valores de $1 - \beta$ encontrados foram respectivamente 0,19, 0,89, 0,09 e 0,75. A literatura recomenda um valor de poder estatístico igual ou maior a 0,80 (COHEN, 1992), mas isso nem chegaria a influenciar as hipóteses H3a e H3c, que já teriam sido descartadas por conta de não serem significativas (α) a um nível de 0,05. Esse valor de α representa a tolerância máxima para erros do Tipo I. A hipótese H3b atende com margem a recomendação de 0,80, enquanto a H3d fica ligeiramente aquém da recomendação de Cohen. Não descartaremos de pronto essa última hipótese, mas esse poder estatístico será enfatizado novamente no capítulo dos resultados.

Já em relação às hipóteses dos grupos H1 e H2, que se utilizam de regressões múltiplas lineares, os valores de $1 - \beta$ encontrados foram de H1a = 1, H1b = 1, H2a = 1 e H2b = 1. Isso significa que o poder estatístico nessas equações é bastante superior ao recomendado na literatura, de 0,80, aproximando-se inclusive do máximo hipotético de 1. Os números foram arredondados para 1,00, visto que o menor deles era 0,9987308 e o maior 0,9999991 – o usual

é o valor de $1 - \beta$ ser apresentado com duas casas decimais após a vírgula. As hipóteses H4a e H4b apresentaram poder estatístico de 0,97 e 0,78.

Tabela 6 - Análises de poder e significância

| Índices | Hipóteses | | | | | | | | | | Parâmetros |
|-------------|-----------|----------|----------|----------|-------|---------|-------|---------|----------|--------|-------------|
| | H1a | H1b | H2a | H2b | H3a | H3b | H3c | H3d | H4a | H4b | |
| $1 - \beta$ | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,19 | 0,89 | 0,09 | 0,75 | 0,97 | 0,78 | $\geq 0,80$ |
| α | 0,000*** | 0,000*** | 0,000*** | 0,000*** | 0,265 | 0,002** | 0,562 | 0,010** | 0,001*** | 0,036* | $\leq 0,05$ |

Fonte: O autor, 2017.

2.5.4 Regressão linear múltipla

A regressão linear múltipla foi utilizada para três dos temas das hipóteses: base do prefeito, fidelidade partidária e valores com foco social como preditores de pertencimento partidário. Em estatística, uma regressão múltipla é utilizada para fornecer previsões melhores de y , podendo incluir múltiplas variáveis explicativas enquanto também controla outras variáveis. Isso é importante porque “após controlar uma variável, uma associação pode parecer bem diferente do que quando a variável é ignorada” (AGRESTI, FINLAY, 2012, p. 361). O objetivo da regressão múltipla é “usar variáveis independentes conhecidas para prever o valor de uma única variável dependente escolhida pelo pesquisador” (HAIR et al., 2010, p. 158). Cada uma das variáveis independentes recebe um peso otimizado para o melhor resultado final da regressão, que corresponde à contribuição dessa variável para a predição em curso.

A regressão múltipla foi escolhida por permitir grande flexibilidade para a análise, como no caso da hipótese H4a e H4b. Para a análise de pertencimento partidário, cada um dos 28 partidos da amostra foi transformado em um valor que varia de -2, para o partido mais à esquerda, a +2, para o partido mais à direita. Essa transformação foi realizada com a consulta individual e confidencial de 10 cientistas políticos brasileiros que classificaram cada partido em uma de cinco categorias: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Esses termos foram pontuados entre -2 a +2, nessa ordem. Dessa forma, pudemos transformar uma análise com variável dependente binária, onde teria sido necessário utilizar por exemplo uma regressão logística binária que lida bem com variáveis categóricas, em uma variável dependente com bastante variação.

Para testar as hipóteses H4a e H4b com a regressão múltipla, foi possível utilizar todos os 201 casos da amostra. Um plano inicial previa a utilização de uma regressão logística binária, mas, como apenas 38 dos 201 vereadores da amostra foram classificados dentro da esquerda ou centro-esquerda, o n seria insuficiente para alcançar níveis satisfatórios de poder estatístico. O *continuum* de -2 a +2 permite capturar mais detalhes ao invés de supor uma homogeneidade para os partidos de esquerda e para os de direita.

2.5.5 Teste t de amostras independentes

O teste-t de amostras independentes é um teste de hipóteses paramétrico que compara as médias de dois grupos independentes com o objetivo de determinar se há uma diferença estatisticamente significativa entre elas ou se tal diferença pode ser atribuída ao acaso. Ele também é conhecido por teste t ou teste t de Student. Conforme comentário de Lowry (2015), esse “é provavelmente o mais amplamente utilizado teste estatístico de todos os tempos, e certamente é o mais conhecido. Ele é simples, direto, fácil de utilizar e adaptável a um grande espectro de situações. Nenhuma caixa de ferramentas estatísticas pode ficar sem ele”. O teste-t de amostras independentes será aplicado para as hipóteses H3a, H3b, H3c e H3d, comparando dois grupos distintos: de um lado, vereadores de esquerda e centro esquerda; de outro, vereadores de direita e centro-direita.

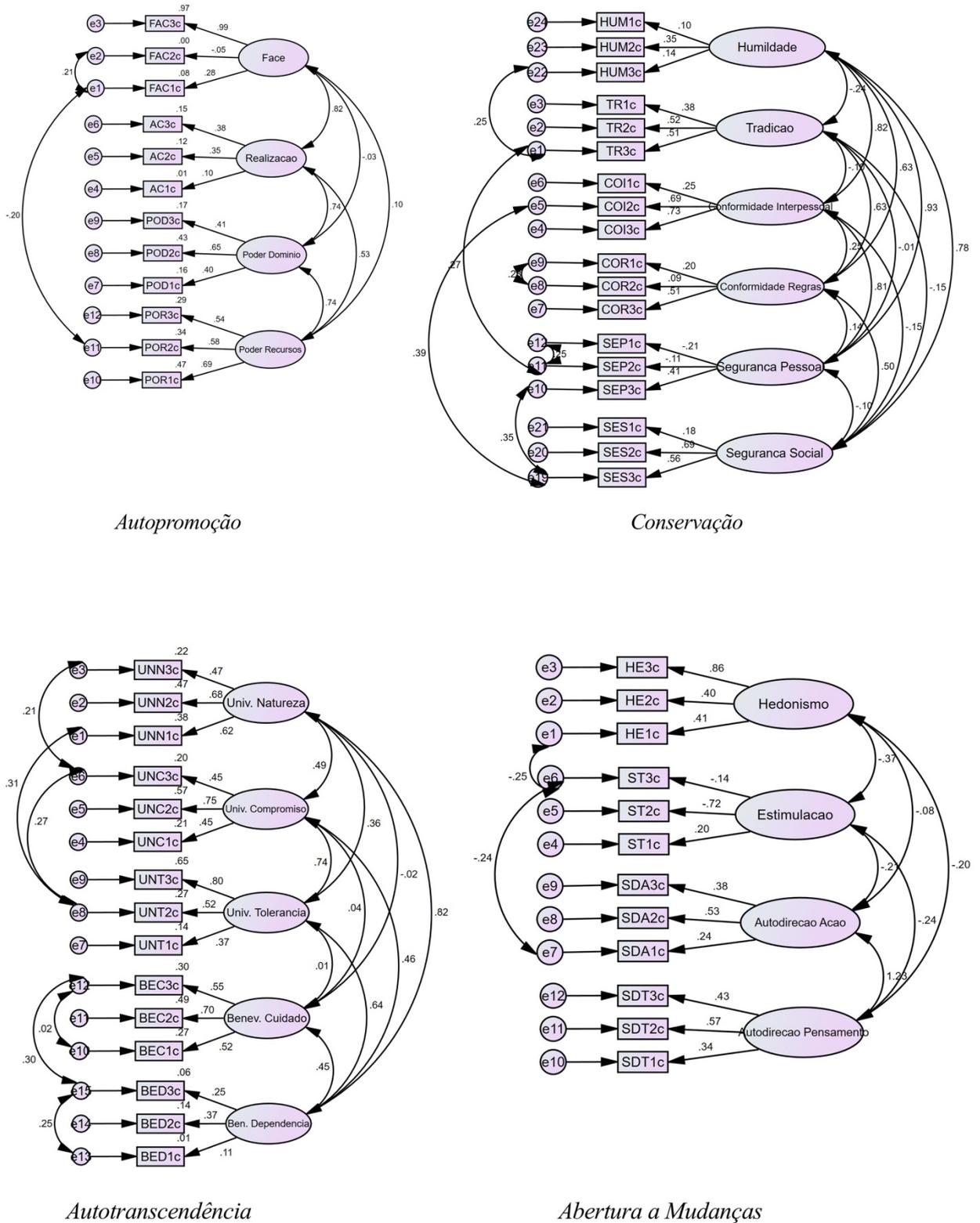
3 RESULTADOS

Os resultados são apresentados a partir da divisão temática já utilizada na tese, começando com as duas hipóteses sobre o apoio ao prefeito, passando pelas duas de fidelidade partidária, pelas quatro sobre as diferenças de valores entre partidos de esquerda e direita e terminando com as duas que estimam a capacidade preditiva e valores sociais para pertencimento partidário. Todas as análises estatísticas foram rodadas no aplicativo IBM-SPSS 23 e AMOS 21.

3.1 AFC: ajuste do modelo

Utilizam-se na tese, conforme a Figura 3, de quatro Análises Fatoriais Confirmatórias, uma para cada grupo de valores de segunda ordem (Conservação, Abertura a Mudança, Autodireção e Autotranscendência), a fim de confirmar o grau de ajuste entre a medição captada em nossa amostra e a teoria refinada de Schwartz (2012).

Figura 3 - Análises fatoriais confirmatórias da estrutura proposta do PVQ-R por tipos de segunda ordem



Fonte: O autor, 2017.

O procedimento de realizar quatro AFCs, uma para cada um dos tipos de segunda ordem, foi preconizada por Cieciuch e Schwartz (2012, p. 325) e seguida pela literatura

(TORRES, SCHWARTZ & NASCIMENTO, 2016, p. 5). Também em consonância com a literatura citada nesse parágrafo e com Hair e seus coautores (2010, p. 698), foram utilizados índices para avaliação do ajuste dos modelos, como o índice de comparação de ajuste (CFI), o resíduo padronizado do valor médio quadrático (SRMS) e a raiz do erro de aproximação do valor médio quadrático (RMSEA).

Tabela 7 - Medidas de ajuste global para as análises fatoriais confirmatórias em relação ao PVQ-RR

| | df | RMSEA | RMSEA | | SRMR | CFI |
|------------------------------|-----|--------|-------|-------|--------|--------|
| | | | LO 90 | HI 90 | | |
| <i>Indicadores de ajuste</i> | - | < 0,08 | - | - | < 0,08 | > 0,90 |
| Conservação | 116 | 0,05 | 0,034 | 0,065 | 0,07 | 0,82 |
| Abertura a mudança | 46 | 0,04 | 0,000 | 0,066 | 0,06 | 0,92 |
| Autotranscendência | 74 | 0,04 | 0,012 | 0,060 | 0,05 | 0,95 |
| Autopromoção | 46 | 0,05 | 0,017 | 0,071 | 0,06 | 0,92 |

Fonte: O autor, 2017.

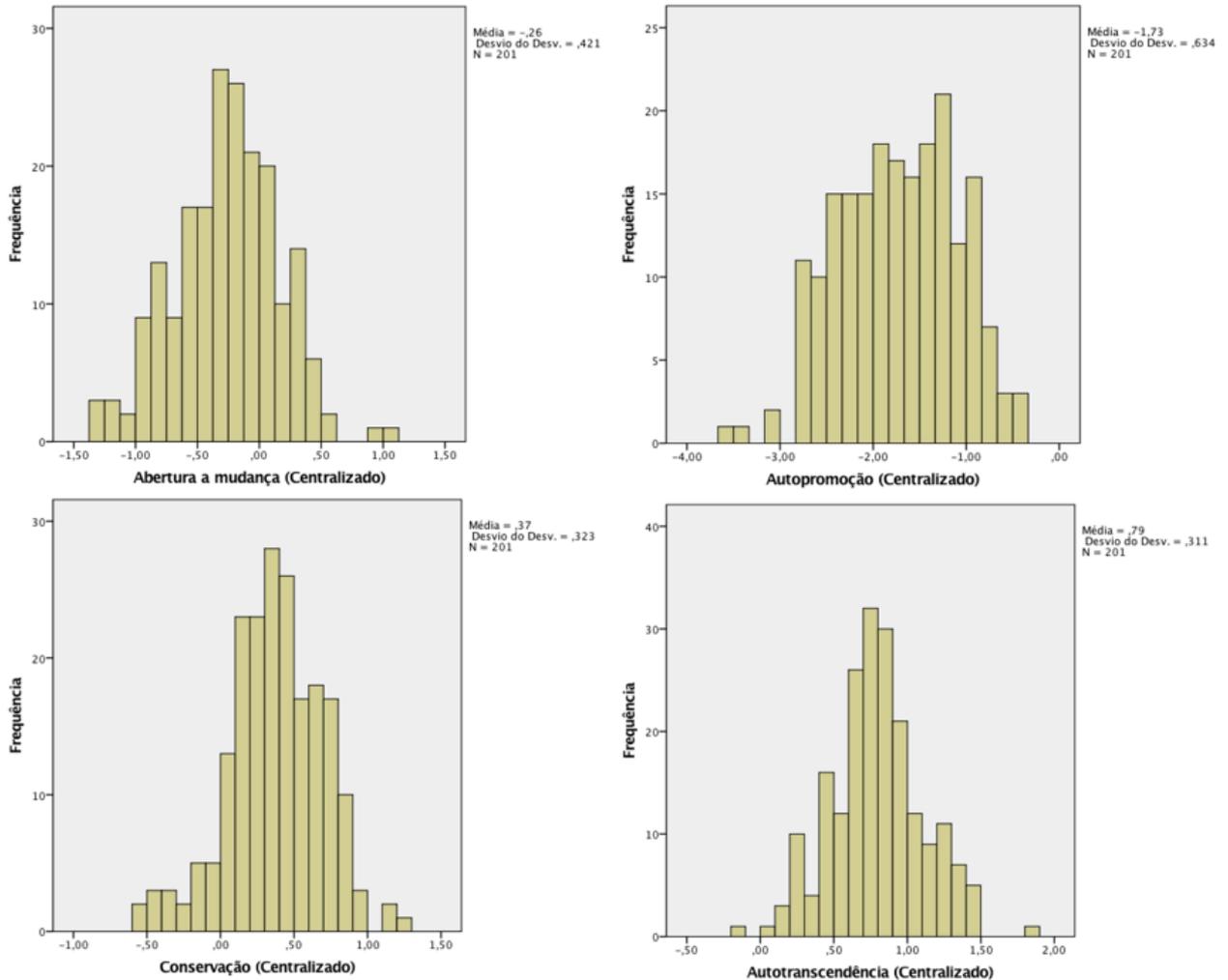
Como demonstrado na Tabela 7, o modelo para cada tipo de segunda ordem pode ser aceito, com base nos valores indicados por Torres, Schwartz e Nascimento (2016, p. 5): CFI $\geq 0,90$, RMSEA $\leq 0,08$ e SRMR $\leq 0,08$. Apesar de o tipo de segunda ordem Conservação não ter atingido o índice mínimo de 0,90 para CFI, ele alcançou 0,82. Além disso, obteve excelentes índices de RMSEA e SRMR, e também de outros que não apresentamos na tabela acima, como GFI = 0,913, maior que o parâmetro 0,9; CMIN = 1,508, bem menor que o limite máximo de 5,00; PCLOSE = 0,468, bem acima do limite mínimo de 0,05.

3.2 Histogramas e distribuições

Após verificar-se o ajuste do modelo, na sessão anterior, apresenta-se agora um conjunto de informações descritivas dos resultados finais, para demonstrar a variabilidade encontrada entre os valores dos 201 vereadores da amostra. Conforme pode ser observado no Gráfico 5, as distribuições das frequências dos tipos motivacionais de segunda ordem são próximas à normal,

e a Lei dos Grandes Números sugere que com mais vereadores provavelmente o ajuste seria maior.

Gráfico 5 - Quadrantes com distribuições de frequência dos quatro tipos motivacionais de segunda ordem



Fonte: O autor, 2017.

Para acompanhar o Gráfico 5, a Tabela 8 apresenta os valores mínimos e máximos de cada um dos tipos motivacionais de segunda ordem, acompanhados da média e do desvio padrão. Tanto pela tabela quanto pelos gráficos, é possível perceber que o tipo motivacional Autopromoção localiza-se todo à esquerda do zero, apenas com valores negativos (máximo = $-0,33$) e com a média mais baixa ($M = -1,73$); consequentemente, autotranscendência, que lhe faz oposição, é o tipo motivacional mais à direita, começando em $-0,11$ e com a média mais alta ($M = 0,79$).

Tabela 8 - Estatísticas descritivas dos tipos motivacionais de segunda ordem e das duas dimensões

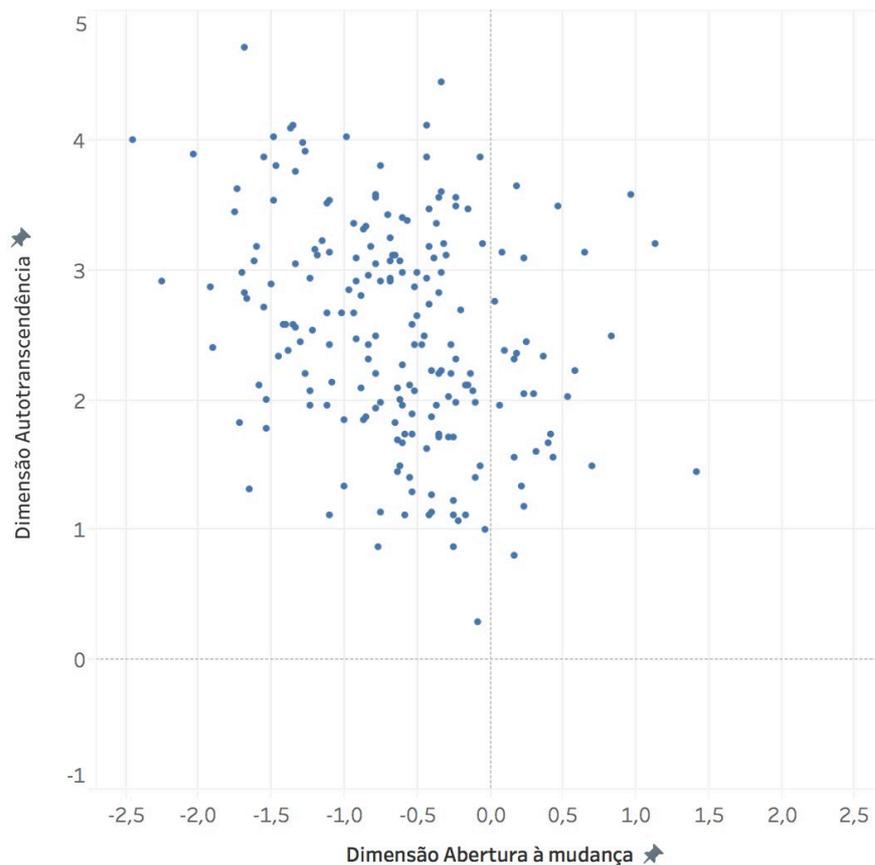
Estatísticas Descritivas

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|--|-----|--------|--------|---------|---------------|
| Abertura a mudança (Centralizado) | 201 | -1,37 | 1,00 | -,2600 | ,42074 |
| Conservação (Centralizado) | 201 | -,55 | 1,26 | ,3725 | ,32269 |
| Autopromoção (Centralizado) | 201 | -3,53 | -,33 | -1,7302 | ,63395 |
| Autotranscendência (Centralizado) | 201 | -,11 | 1,81 | ,7930 | ,31143 |
| Dimensão Abertura à mudança (Centralizado) | 201 | -2,45 | 1,42 | -,6324 | ,64987 |
| Dimensão Autotranscendência (Centralizado) | 201 | ,29 | 4,71 | 2,5233 | ,84971 |
| N válido (listwise) | 201 | | | | |

Fonte: O autor, 2017.

A dimensão Abertura à mudança, presente na Tabela 8, é construída com o cálculo *Abertura à mudança (Centralizado) - Conservação (Centralizado)*, enquanto a dimensão Autotranscendência é calculada com *Autotranscendência (Centralizado) - Autopromoção (Centralizado)*. Com essas duas dimensões, é possível verificar o posicionamento dos vereadores em um gráfico de dispersão (Gráfico 6), com a nuvem de pontos se concentrando no quadrante II, onde há foco em conservação e autotranscendência.

Gráfico 6 - Gráfico de dispersão com a Dimensão Autotranscendência e a Dimensão Abertura à Mudança



Fonte: O autor, 2017.

3.3 Base do prefeito

3.3.1 Hipótese H1a

Hipótese H1a: Vereadores que endossam valores de face, poder-recursos e poder-domínio aderirão mais à base do prefeito de seus respectivos municípios, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

Uma regressão linear múltipla (Tabela 9) foi calculada para prever a variável dependente *apoio à base do prefeito* por parte dos vereadores baseado nas variáveis independentes representadas pelos valores de face, poder-recursos e poder domínio. Uma equação de regressão significativa foi encontrada ($F(19,181) = 2,830, p \leq 0,000$), com um R^2 de 0,229. A regressão foi controlada pela variável *dummy* partido político e pela variável binária de pertencimento ou não ao partido do prefeito. A adesão predita dos vereadores à base do prefeito, variando de 1 (totalmente oposição) a 6 (totalmente da base), é igual a $2,521 + 0,596*(face) - 0,053*(poder-recursos) + 0,021*(poder-domínio) + 1,848*(ser\ partido\ do\ prefeito) + B*(partido\ do\ vereador)$.

Tabela 9 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H1a
Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,479 ^a | ,229 | ,148 | 1,7846 |

a. Preditores: (Constante), PMDB versus Nanicos, Poder-domínio (Centralizado), PMDB versus PV, PMDB versus PTC, PMDB versus PSD, PMDB versus PSC, PMDB versus PSB, PMDB versus PR, PMDB versus PTB, Face (Centralizado), PMDB versus DEM, PMDB versus PDT, PMDB versus PP, É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Poder-recursos (Centralizado), PMDB versus PPS, PMDB versus PCdoB, PMDB versus PSDB, PMDB versus PT

ANOVA^a

| Modelo | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. | |
|--------|--------------------|---------|----------------|-------|-------|-------------------|
| 1 | Regressão | 171,238 | 19 | 9,013 | 2,830 | ,000 ^b |
| | Resíduo | 576,464 | 181 | 3,185 | | |
| | Total | 747,701 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

b. Preditores: (Constante), PMDB versus Nanicos, Poder-domínio (Centralizado), PMDB versus PV, PMDB versus PTC, PMDB versus PSD, PMDB versus PSC, PMDB versus PSB, PMDB versus PR, PMDB versus PTB, Face (Centralizado), PMDB versus DEM, PMDB versus PDT, PMDB versus PP, É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Poder-recursos (Centralizado), PMDB versus PPS, PMDB versus PCdoB, PMDB versus PSDB, PMDB versus PT

Coeficientes^a

| Modelo | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados | t | Sig. | |
|--------|--|-------------|---------------------------|-------|--------|------|
| | B | Erro Padrão | Beta | | | |
| | (Constante) | 2,521 | ,627 | | | |
| | Face (Centralizado) | ,596 | ,179 | ,226 | 3,325 | ,001 |
| | Poder-recursos (Centralizado) | -,053 | ,166 | -,024 | -,321 | ,748 |
| | Poder-domínio (Centralizado) | ,021 | ,150 | ,010 | ,142 | ,887 |
| | É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012 | 1,848 | ,393 | ,337 | 4,704 | ,000 |
| | PMDB versus DEM | ,050 | ,644 | ,007 | ,078 | ,938 |
| | PMDB versus PCdoB | -2,023 | 1,012 | -,147 | -1,999 | ,047 |
| | PMDB versus PDT | ,841 | ,695 | ,099 | 1,209 | ,228 |
| | PMDB versus PV | -,094 | 1,005 | -,007 | -,094 | ,925 |
| 1 | PMDB versus PP | ,830 | ,588 | ,126 | 1,410 | ,160 |
| | PMDB versus PPS | ,531 | ,567 | ,088 | ,936 | ,350 |
| | PMDB versus PTC | ,871 | 1,001 | ,063 | ,870 | ,385 |
| | PMDB versus PR | 1,573 | ,732 | ,169 | 2,149 | ,033 |
| | PMDB versus PSB | ,454 | ,740 | ,049 | ,613 | ,540 |
| | PMDB versus PSC | -,170 | ,908 | -,014 | -,187 | ,852 |
| | PMDB versus PSD | ,661 | ,994 | ,048 | ,665 | ,507 |
| | PMDB versus PSDB | 1,198 | ,575 | ,190 | 2,083 | ,039 |
| | PMDB versus PT | -,104 | ,571 | -,017 | -,182 | ,856 |
| | PMDB versus PTB | ,116 | ,656 | ,015 | ,176 | ,860 |
| | PMDB versus Nanicos | 1,468 | ,589 | ,247 | 2,492 | ,014 |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

Fonte: O autor, 2017.

Para essa regressão face, poder-recursos e poder-domínio estão tratados conforme explicação do capítulo metodológico e foram utilizados em sua forma centralizada; pertencimento ao partido do prefeito está codificado como 1 = sim e 0 = não. Já a variável *dummy* partido foi codificada com o PMDB ausente. A adesão ao prefeito, objeto da análise, aumentou em 0,60 para cada aumento de unidade do valor face, diminuiu -0,05 para cada

aumento de unidade do valor poder-recursos e aumentou em 0,02 para cada aumento de unidade do valor poder-domínio, mantendo todas as outras variáveis constantes. Integrantes do partido do prefeito tiveram 1,85 a mais de pontuação no apoio ao prefeito quando comparados aos não integrantes, mantidas as outras variáveis constantes.

Ao observar os coeficientes das variáveis independentes do modelo acima, a direção de influência está coerente com a literatura para as duas únicas variáveis dependentes (excluindo os partidos) que são significativas, o valor face e o pertencimento ao partido do prefeito. De maneira geral, é provável que a imensa fragmentação partidária, responsável pela existência de 27 partidos na amostra, enfraqueça o poder preditivo dos partidos para o modelo. O partido com mais vereadores eleitos na amostra é o PT, com 25, seguido de PPS com 23, PSDB com 22 e PMDB com 17. Há 14 partidos com menos de 5 vereadores, e só 7 têm mais de 10 vereadores.

3.3.1.1 Modelo alternativo

Quando rodamos novamente o modelo (Tabela 10) mas sem utilizar o controle por partidos políticos, é possível perceber que o valor do R2 ajustado (0,122) é próximo ao existente no modelo original (0,148), visto que o R2 ajustado penaliza a inclusão de muitas variáveis. Seria interessante testar novamente a hipótese original em uma amostra maior, que permita um número mínimo de casos para cada partido.

Esse modelo alternativo sem o controle por partidos políticos continua passando pelos critérios que diminuem a chance de Erro Tipo I e de Erro Tipo II, com valores de poder em 0,95 (acima do parâmetro 0,80) e de $p = 0,000$ (bem abaixo do limite de 0,05). A direção da influência das variáveis dependentes continua similar à existente no modelo anterior, e os coeficientes padronizados mudaram pouco. Agora, o aumento em 1 unidade do valor Face gera um aumento de 0,531 no apoio ao prefeito. Já o vereador que pertence ao partido do prefeito tem 1,852 unidades a mais de apoio ao prefeito do que os que não pertencem, mantidas todas as outras variáveis constantes.

Dessa forma, tanto no modelo controlando por partidos quando no alternativo, a principal variável que influencia o autoposicionamento do vereador em relação ao prefeito da cidade é se eles compartilham o mesmo partido político, com beta padronizado de 0,337. É interessante observar, entretanto, que o valor Face possui beta padronizado de 0,201, não muito distante daquele existente para ser do partido do prefeito. O valor face, que enfatiza a segurança e o

poder que advém da manutenção da imagem pública e a evitação de humilhações, tem bastante influência na escolha de ser situação ou oposição, quando ela existe. Por ambos os modelos, um pouco menos de 2 unidades no valor face (por exemplo, de 0 para 2,0), mantidas todas as variáveis constantes, já são suficientes para um vereador mudar de categoria de apoio dentro da escala (que vai de 1 a 6).

Tabela 10 - Regressão linear múltipla para Modelo Alternativo à H1a

Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,374 ^a | ,140 | ,122 | 1,8118 |

a. Preditores: (Constante), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Face (Centralizado), Poder-domínio (Centralizado), Poder-recursos (Centralizado)

ANOVA^a

| Modelo | | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. |
|--------|-----------|--------------------|-----|----------------|-------|-------------------|
| 1 | Regressão | 104,328 | 4 | 26,082 | 7,946 | ,000 ^b |
| | Resíduo | 643,373 | 196 | 3,283 | | |
| | Total | 747,701 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

b. Preditores: (Constante), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Face (Centralizado), Poder-domínio (Centralizado), Poder-recursos (Centralizado)

Coefficientes^d

| Modelo | | Coefficientes não padronizados | | Coefficiente s padronizados | t | Sig. |
|--------|--|--------------------------------|-------------|-----------------------------|-------|------|
| | | B | Erro Padrão | Beta | | |
| 1 | (Constante) | 2,893 | ,470 | | 6,159 | ,000 |
| | Face (Centralizado) | ,531 | ,176 | ,201 | 3,015 | ,003 |
| | Poder-recursos (Centralizado) | -,146 | ,161 | -,065 | -,908 | ,365 |
| | Poder-domínio (Centralizado) | ,056 | ,143 | ,028 | ,394 | ,694 |
| | É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012 | 1,852 | ,373 | ,337 | 4,964 | ,000 |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

Fonte: O autor, 2017.

3.3.2 Hipótese H1b

Hipótese H1b: Vereadores que endossam valores de autodireção-pensamento e estimulação aderirão menos à base do prefeito de seus respectivos municípios, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

Tabela 11 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H1b

Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,491 ^a | ,241 | ,166 | 1,7656 |

a. Preditores: (Constante), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, PMDB versus Naticos, Autodireção-pensamento (Centralizado), Estimulação (Centralizado), PMDB versus PDT, PMDB versus PV, PMDB versus PSD, PMDB versus PSB, PMDB versus PSC, PMDB versus PTB, PMDB versus PTC, PMDB versus PR, PMDB versus DEM, PMDB versus PP, PMDB versus PSDB, PMDB versus PCdoB, PMDB versus PT, PMDB versus PPS

ANOVA^a

| Modelo | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. | |
|--------|--------------------|---------|----------------|--------|-------|-------------------|
| 1 | Regressão | 180,324 | 18 | 10,018 | 3,214 | ,000 ^b |
| | Resíduo | 567,377 | 182 | 3,117 | | |
| | Total | 747,701 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

b. Preditores: (Constante), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, PMDB versus Naticos, Autodireção-pensamento (Centralizado), Estimulação (Centralizado), PMDB versus PDT, PMDB versus PV, PMDB versus PSD, PMDB versus PSB, PMDB versus PSC, PMDB versus PTB, PMDB versus PTC, PMDB versus PR, PMDB versus DEM, PMDB versus PP, PMDB versus PSDB, PMDB versus PCdoB, PMDB versus PT, PMDB versus PPS

Coeficientes^a

| Modelo | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados | t | Sig. |
|--|-------------------------------|-------------|---------------------------|--------|------|
| | B | Erro Padrão | Beta | | |
| (Constante) | 2,691 | ,424 | | 6,340 | ,000 |
| Autodireção-pensamento (Centralizado) | -,471 | ,158 | -,195 | -2,978 | ,003 |
| Estimulação (Centralizado) | -,423 | ,186 | -,156 | -2,271 | ,024 |
| PMDB versus DEM | ,009 | ,633 | ,001 | ,014 | ,988 |
| PMDB versus PCdoB | -1,254 | ,989 | -,091 | -1,268 | ,206 |
| PMDB versus PDT | ,594 | ,679 | ,070 | ,875 | ,383 |
| PMDB versus PV | -,441 | ,980 | -,032 | -,450 | ,653 |
| PMDB versus PP | ,673 | ,586 | ,102 | 1,148 | ,252 |
| PMDB versus PPS | ,145 | ,567 | ,024 | ,257 | ,798 |
| PMDB versus PTC | ,663 | ,993 | ,048 | ,668 | ,505 |
| PMDB versus PR | 1,367 | ,727 | ,147 | 1,881 | ,062 |
| PMDB versus PSB | ,205 | ,723 | ,022 | ,283 | ,778 |
| PMDB versus PSC | -,280 | ,902 | -,023 | -,310 | ,757 |
| PMDB versus PSD | ,449 | ,988 | ,032 | ,454 | ,650 |
| PMDB versus PSDB | 1,044 | ,568 | ,166 | 1,837 | ,068 |
| PMDB versus PT | -,163 | ,560 | -,027 | -,290 | ,772 |
| PMDB versus PTB | ,038 | ,643 | ,005 | ,060 | ,952 |
| PMDB versus Naticos | 1,039 | ,580 | ,175 | 1,792 | ,075 |
| É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012 | 1,697 | ,379 | ,309 | 4,478 | ,000 |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

Fonte: O autor, 2017.

Uma regressão linear múltipla (Tabela 11) foi calculada para prever a variável dependente *apoio à base do prefeito* por parte dos vereadores, baseado nas variáveis independentes representadas pelos valores de autodireção-pensamento e estimulação. Foi encontrada uma equação de regressão significativa ($F(18,182) = 3,214, p = 0,000$), com um R² de 0,241. A regressão foi controlada pela variável *dummy* partido político e pela variável binária de pertencimento ou não ao partido do prefeito. A adesão predita dos vereadores à base do prefeito, variando de 1 (totalmente oposição) a 6 (totalmente da base), é igual a $2,691 - 0,471*(\text{autodireção-pensamento}) - 0,423*(\text{estimulação}) + 1,697*(\text{ser partido do prefeito}) +$

B*(partido do vereador). Os valores autodireção-pensamento e estimulação foram tratados conforme explicação do capítulo metodológico e foram incluídos de forma centralizada; pertencimento ao partido do prefeito está codificado como 1 = sim e 0 = não. Já a variável *dummy* partido foi codificada com o PMDB ausente.

A adesão ao prefeito, objeto da análise, diminuiu em 0,47 para cada aumento de uma unidade do valor autodireção-pensamento e em 0,42 para cada unidade no valor estimulação, mantendo todas as outras variáveis constantes. Integrantes do partido do prefeito tiveram 1,70 a mais de pontuação no apoio ao prefeito quando comparados aos não integrantes, mantidas as outras variáveis constantes.

Ao observar os coeficientes das variáveis independentes do modelo acima, a direção de influência está coerente com a literatura para ambas as variáveis independentes de valor, que são significativas. As variáveis independentes do modelo explicam mais de 24% da variância na variável dependente. A mesma discussão realizada para a hipótese H1a serve, aqui, com a dificuldade de utilizar os partidos políticos para controlar a regressão.

Conforme é possível verificar na Tabela 11, os betas padronizados dos dois valores somados é mais de 13% maior do que a da variável sobre ser ou não do partido do prefeito. Se dois vereadores são do partido do prefeito, conseqüentemente do mesmo partido, e um possui resultados para autodireção-pensamento e estimulação em 1 e 1, respectivamente, e o outro possui 2 e 2, o primeiro teria 1,8 menos de apoio ao prefeito e o outro teria 3,6 menos de apoio ao prefeito. Visto serem seis as categorias de apoio ao prefeito (de 1 a 6), esses resultados são fortes o bastante para sugerir uma explicação do motivo pelo qual alguns vereadores bancam o custo de ser oposição ou têm atitude preferencial pela situação.

3.3.2.1 Modelo alternativo

Quando rodamos novamente o modelo (Tabela 12) mas sem utilizar o controle por partidos políticos, é possível perceber que o valor do R2 diminuiu para 0,164, o que era previsível pela retirada de variáveis independentes. Uma vantagem, no entanto, é que esse modelo é muito mais simples que o anterior, com apenas 3 variáveis independentes, com apenas uma delas tradicionalmente utilizada para explicar apoio ao executivo. Todas as variáveis do modelo são bastante significativas e o beta padronizado aponta novamente o grande peso dos valores para a explicação do modelo.

Tabela 12 - Regressão linear múltipla para Modelo Alternativo
Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,420 ^a | ,176 | ,164 | 1,7682 |

a. Preditores: (Constante), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Autodireção-pensamento (Centralizado), Estimulação (Centralizado)

ANOVA^a

| Modelo | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. | |
|--------|--------------------|---------|----------------|--------|--------|-------------------|
| 1 | Regressão | 131,762 | 3 | 43,921 | 14,047 | ,000 ^b |
| | Resíduo | 615,939 | 197 | 3,127 | | |
| | Total | 747,701 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

b. Preditores: (Constante), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Autodireção-pensamento (Centralizado), Estimulação (Centralizado)

Coefficientes^a

| Modelo | | Coefficientes não padronizados | | Coefficientes padronizados | | t | Sig. |
|--------|--|--------------------------------|-------------|----------------------------|--|--------|------|
| | | B | Erro Padrão | Beta | | | |
| 1 | (Constante) | 3,006 | ,165 | | | 18,268 | ,000 |
| | Autodireção-pensamento (Centralizado) | -,492 | ,156 | -,204 | | -3,155 | ,002 |
| | Estimulação (Centralizado) | -,526 | ,176 | -,194 | | -2,995 | ,003 |
| | É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012 | 1,783 | ,356 | ,325 | | 5,013 | ,000 |

a. Variável Dependente: Base do Prefeito

Fonte: O autor, 2017.

Esse modelo alternativo sem o controle por partidos políticos continua passando pelos critérios que diminuem a chance de Erro Tipo I e de Erro Tipo II, com valores de poder em 0,95 (acima do parâmetro 0,80) e de $p = 0,000$ (bem abaixo do limite de 0,05). A direção da influência das variáveis dependentes continua similar à existente no modelo anterior, e os coeficientes padronizados mudaram pouco. O aumento em 1 unidade do valor autodireção-pensamento gera uma diminuição de 0,49 no apoio ao prefeito enquanto a mesma 1 unidade de aumento no valor estimulação diminui 0,53 no apoio ao executivo local. Já o vereador que pertence ao partido do prefeito tem 1,78 unidades a mais de apoio ao prefeito do que os que não pertencem, mantidas todas as outras variáveis constantes.

3.4 Fidelidade partidária

3.4.1 Hipótese H2a

Hipótese H2a: Vereadores que endossam valores de segurança (pessoal e social), de conformidade (regras e interpessoal) e de tradição terão maior fidelidade partidária, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

Uma regressão linear múltipla (Tabela 13) foi realizada para prever a mudança ou não de partido durante os primeiros três anos e seis meses de mandato. As variáveis independentes foram os valores de segurança (pessoal e social), de conformidade (regras e interpessoal) e de tradição. Foi encontrada uma equação de regressão significativa ($F(21,179) = 2,215, p = 0,000$), com um R^2 de 0,206. A regressão foi controlada pela variável *dummy* partido político e pela variável binária de pertencimento ou não ao partido do prefeito. A variável de fidelidade partidária foi codificada como 1 = migrou de partido e 0 = não migrou de partido. Nenhum dos valores básicos foi significativo e a mesma regressão rodada sem eles diminuiu a variação explicada de 20,6% para 18,8%. Os valores pessoais foram tratados conforme explicação do capítulo metodológico e foram incluídos de forma centralizada. A variável *dummy* partido foi codificada com o PMDB ausente.

Tabela 13 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H2a
Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,454 ^a | ,206 | ,113 | ,450 |

a. Preditores: (Constante), Segurança-pessoal (Centralizado), PMDB versus PCdoB, PMDB versus PSD, PMDB versus PV, PMDB versus PTC, PMDB versus PDT, Conformidade-regras (Centralizado), PMDB versus DEM, PMDB versus PSB, PMDB versus PTB, PMDB versus PSC, PMDB versus PR, PMDB versus PP, Segurança-social (Centralizado), Conformidade-interpessoal (Centralizado), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Tradição (Centralizado), PMDB versus PSDB, PMDB versus PPS, PMDB versus PT, PMDB versus ...

ANOVA^a

| Modelo | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. | |
|--------|--------------------|--------|----------------|------|-------|-------------------|
| 1 | Regressão | 9,409 | 21 | ,448 | 2,215 | ,003 ^b |
| | Resíduo | 36,213 | 179 | ,202 | | |
| | Total | 45,622 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Mudou de partido durante os primeiros 3 anos e meio de mandato

b. Preditores: (Constante), Segurança-pessoal (Centralizado), PMDB versus PCdoB, PMDB versus PSD, PMDB versus PV, PMDB versus PTC, PMDB versus PDT, Conformidade-regras (Centralizado), PMDB versus DEM, PMDB versus PSB, PMDB versus PTB, PMDB versus PSC, PMDB versus PR, PMDB versus PP, Segurança-social (Centralizado), Conformidade-interpessoal (Centralizado), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, Tradição (Centralizado), PMDB versus PSDB, PMDB versus PPS, PMDB versus PT, PMDB versus ...

Coeficientes^a

| Modelo | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados | t | Sig. |
|--------|--|-------------|---------------------------|-------|--------|
| | B | Erro Padrão | Beta | | |
| | (Constante) | ,211 | ,126 | | |
| | PMDB versus DEM | -,109 | ,161 | -,058 | -,675 |
| | PMDB versus PCdoB | -,485 | ,253 | -,142 | -1,915 |
| | PMDB versus PDT | ,437 | ,174 | ,208 | 2,516 |
| | PMDB versus PV | -,313 | ,250 | -,092 | -1,252 |
| | PMDB versus PP | ,126 | ,149 | ,078 | ,846 |
| | PMDB versus PPS | -,049 | ,145 | -,033 | -,340 |
| | PMDB versus PTC | -,133 | ,253 | -,039 | -,524 |
| | PMDB versus PR | ,056 | ,186 | ,024 | ,302 |
| | PMDB versus PSB | ,255 | ,186 | ,111 | 1,374 |
| | PMDB versus PSC | -,236 | ,231 | -,077 | -1,022 |
| 1 | PMDB versus PSD | ,435 | ,253 | ,127 | 1,720 |
| | PMDB versus PSDB | ,012 | ,145 | ,008 | ,082 |
| | PMDB versus PT | -,133 | ,150 | -,089 | -,889 |
| | PMDB versus PTB | ,270 | ,166 | ,139 | 1,625 |
| | PMDB versus Nanicos | ,307 | ,148 | ,209 | 2,071 |
| | É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012 | -,203 | ,097 | -,149 | -2,086 |
| | Conformidade-interpessoal (Centralizado) | -,038 | ,037 | -,074 | -1,028 |
| | Conformidade-regras (Centralizado) | ,000 | ,057 | ,000 | ,006 |
| | Tradição (Centralizado) | ,031 | ,044 | ,051 | ,690 |
| | Segurança-social (Centralizado) | ,111 | ,073 | ,107 | 1,520 |
| | Segurança-pessoal (Centralizado) | ,016 | ,065 | ,018 | ,254 |

a. Variável Dependente: Mudou de partido durante os primeiros 3 anos e meio de mandato

Fonte: O autor, 2017.

Além disso, ao se observar a direção da influência das variáveis do modelo, apenas o valor conformidade-interpessoal coincidiu com o previsto pela teoria (valor negativo que significa no caso uma maior fidelidade partidária). O modelo alternativo não foi apresentado

visto que sem os partidos políticos a hipótese nula sequer pode ser descartada ($F(6,194) = 2,003$, $p = 0,067$).

3.4.2 Hipótese H2b

Hipótese H2b: Vereadores que endossam valores de autodireção-ação e estimulação terão menor fidelidade partidária, controlando por partido político e pela variável de pertencimento ou não ao partido do prefeito eleito.

Uma regressão linear múltipla (Tabela 14) foi realizada para prever a mudança ou não de partido durante os primeiros três anos e seis meses de mandato. As variáveis independentes foram os valores de autodireção-pensamento e estimulação. Os números indicam uma equação de regressão significativa ($F(18,182) = 2,874$, $p = 0,000$), com um R^2 de 0,221. A regressão foi controlada pela variável *dummy* partido político e pela variável binária de pertencimento ou não ao partido do prefeito. A variável de fidelidade partidária foi codificada como 1 = migrou de partido e 0 = não migrou de partido. O valor básico autodireção-ação foi significativo, com $p = 0,023$ e um beta padronizado cuja influência no modelo praticamente empata com a de ser do partido do prefeito. Para cada aumento de unidade para o valor autodireção-ação, o modelo prevê uma alteração de 0,103 positiva para a variável de migração partidária. A direção da influência de ambas as variáveis de valor está coerente com a hipótese e com a teoria apresentada. O pertencimento ao partido do prefeito também é significativo, $p = 0,024$, e a direção da influência também é coerente com a teoria, visto que o beta do modelo indica que ser do partido do prefeito diminui em 0,159 o resultado da regressão.

Tabela 14 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese
Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,470 ^a | ,221 | ,144 | ,442 |

a. Preditores: (Constante), Estimulação (Centralizado), PMDB versus DEM, PMDB versus PV, PMDB versus PR, PMDB versus PSC, PMDB versus PSB, PMDB versus PSD, PMDB versus PCdoB, PMDB versus PDT, PMDB versus PTC, PMDB versus PTB, PMDB versus PP, Autodireção-ação (Centralizado), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, PMDB versus PSDB, PMDB versus PPS, PMDB versus PT, PMDB versus ...

ANOVA^a

| Modelo | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. | |
|--------|--------------------|--------|----------------|------|-------|-------------------|
| 1 | Regressão | 10,098 | 18 | ,561 | 2,874 | ,000 ^b |
| | Resíduo | 35,524 | 182 | ,195 | | |
| | Total | 45,622 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Mudou de partido durante os primeiros 3 anos e meio de mandato

b. Preditores: (Constante), Estimulação (Centralizado), PMDB versus DEM, PMDB versus PV, PMDB versus PR, PMDB versus PSC, PMDB versus PSB, PMDB versus PSD, PMDB versus PCdoB, PMDB versus PDT, PMDB versus PTC, PMDB versus PTB, PMDB versus PP, Autodireção-ação (Centralizado), É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012, PMDB versus PSDB, PMDB versus PPS, PMDB versus PT, PMDB versus ...

Coeficientes^a

| Modelo | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados | t | Sig. | |
|--------|--|-------------|---------------------------|-------|--------|------|
| | B | Erro Padrão | Beta | | | |
| 1 | (Constante) | ,332 | ,106 | ,062 | 3,131 | ,002 |
| | PMDB versus DEM | -,116 | ,159 | -,062 | -,729 | ,467 |
| | PMDB versus PCdoB | -,622 | ,248 | -,182 | -2,506 | ,013 |
| | PMDB versus PDT | ,464 | ,170 | ,221 | 2,729 | ,007 |
| | PMDB versus PV | -,360 | ,246 | -,106 | -1,466 | ,144 |
| | PMDB versus PP | ,159 | ,147 | ,098 | 1,084 | ,280 |
| | PMDB versus PPS | -,011 | ,142 | -,007 | -,076 | ,939 |
| | PMDB versus PTC | -,012 | ,248 | -,004 | -,050 | ,960 |
| | PMDB versus PR | ,102 | ,182 | ,044 | ,559 | ,577 |
| | PMDB versus PSB | ,255 | ,182 | ,111 | 1,403 | ,162 |
| | PMDB versus PSC | -,135 | ,227 | -,044 | -,596 | ,552 |
| | PMDB versus PSD | ,541 | ,248 | ,159 | 2,182 | ,030 |
| | PMDB versus PSDB | ,056 | ,143 | ,036 | ,392 | ,695 |
| | PMDB versus PT | -,144 | ,140 | -,097 | -1,032 | ,304 |
| | PMDB versus PTB | ,278 | ,161 | ,144 | 1,728 | ,086 |
| | PMDB versus Nanicos | ,364 | ,145 | ,248 | 2,505 | ,013 |
| | É atualmente do partido do prefeito eleito em 2012 | -,216 | ,095 | -,159 | -2,276 | ,024 |
| | Autodireção-ação (Centralizado) | ,103 | ,045 | ,157 | 2,291 | ,023 |
| | Estimulação (Centralizado) | ,086 | ,047 | ,128 | 1,831 | ,069 |

a. Variável Dependente: Mudou de partido durante os primeiros 3 anos e meio de mandato

Fonte: O autor, 2017.

3.5 Diferença de valores entre os partidos

3.5.1 Hipótese H3a

Hipótese H3a: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Abertura a mudança* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

A hipótese H3a não foi significativa, com $p = 0,265$, o que aumenta significativamente a chance do Erro Tipo I. Ao mesmo tempo, o poder com as características que seriam rodadas é de apenas 0,19, muito abaixo do 0,80 recomendados. Esses dois fatos invalidam a possibilidade da realização do teste-t de amostras independentes para a hipótese H3a. A hipótese nula não pode ser rejeitada.

3.5.2 Hipótese H3b

Hipótese H3b: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Conservação* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

Tabela 15 - Test-t de amostras independentes - Conservação

Estadísticas de grupo

| | Esquerda x Direita de acordo com CPolíticos | N | Média | Desvio Padrão | Erro Padrão da Média |
|-----------------------------------|---|----|-------|------------------|-------------------------|
| Conservação (Segunda Ordem) | Esquerda/ Centro- Esquerda | 38 | ,2137 | ,32626 | ,05293 |
| | Direita/Ce ntro- Direita | 58 | ,4301 | ,32118 | ,04217 |

Teste de amostras independentes

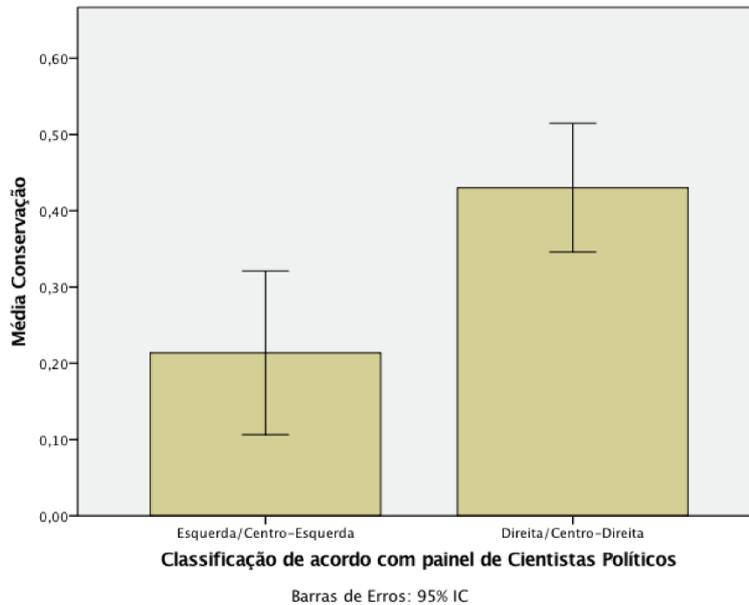
| | | Teste de Levene para igualdade de variâncias | | teste-t para Igualdade de Médias | | | | | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|---|-------|----------------------------------|--------|---------------------|--------------------|-----------------------------|--|----------|
| | | F | Sig. | t | gl | Sig. (bilateral) | Diferença média | Erro padrão da diferença | 95% Intervalo de Confiança da Diferença | |
| | | | | | | | | | Inferior | Superior |
| Conservação (Segunda Ordem) | Variâncias iguais assumidas | ,000 | 1,000 | -3,209 | 94 | ,002 | -,21646 | ,06745 | -,35039 | -,08254 |
| | Variâncias iguais não assumidas | | | -3,199 | 78,389 | ,002 | -,21646 | ,06767 | -,35118 | -,08174 |

Fonte: O autor, 2017.

O grupo de vereadores de partidos de esquerda e centro-esquerda ($N = 38$) foi associado a um valor de *Conservação* $M = 0,21$ ($SD = 0,33$). Em comparação, o grupo de vereadores de partidos de direita e centro-direita ($N = 58$) foi associado com um valor de *Conservação* numericamente maior $M = 0,43$ ($SD = 0,32$). Para testar a hipótese de que os vereadores de esquerda e centro esquerda, de um lado, e os de direita e centro-direita, de outro, foram associados a médias estatisticamente diferentes do valor *Conservação*, um teste-t de amostras independentes foi realizado.

As distribuições de ambos os grupos foram suficientemente normais para os propósitos de condução de um teste-t (assimetria $<|2.0|$ e curtose $<|9.0|$; Schmider, Ziegler, Danay, Beyer, & Bühner, 2010). Adicionalmente, a condição de homogeneidade das variâncias foi testada e satisfeita por um teste de Levene para igualdade de variâncias, $F(94) = 0,000$, $p = 1,000$. O teste-t de amostras independentes foi associado a um efeito estatisticamente significativo, $t(94) = -3,209$, $p = 0,002$. Assim, o grupo de vereadores de direita e centro-direita foi associado a uma média maior estatisticamente significativa do valor *Conservação*. O efeito d de Cohen foi estimado em 0,67, o que é considerado um efeito entre médio (0,50) e grande (0,80) ao se basear nas diretrizes de Cohen (1992). Uma representação gráfica das médias e do intervalo de confiança de 95% encontra-se na Gráfico 7.

Gráfico 7 - Representação gráfica das médias e do intervalo de confiança - Conservação



Fonte: O autor, 2017.

3.5.3 Hipótese H3c

Hipótese H3c: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Autotranscendência* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

A hipótese H3c não foi significativa, com $p = 0,562$, o que aumenta significativamente a chance do Erro Tipo I. Ao mesmo tempo, o poder com as características que seriam rodadas é de apenas 0,09, o mais baixo entre as quatro hipóteses desse grupo, fora dos 0,80 recomendados. Esses dois fatos impossibilitam a realização do teste-t de amostras independentes para a hipótese H3c.

3.5.4 Hipótese H3d

Hipótese H3d: Vereadores pertencentes a partidos políticos de esquerda ou centro-esquerda terão um valor médio da dimensão *Autopromoção* significativamente distinto daquele dos partidos de direita e centro-direita, realizado o teste-t de amostras independentes.

O grupo de vereadores de partidos de esquerda e centro-esquerda ($N = 38$) foi associado a um valor de *Autopromoção* $M = -1,53$ ($SD = 0,58$), enquanto o grupo de vereadores de partidos de direita e centro-direita ($N = 58$) foi associado com um valor de *Autopromoção* numericamente menor $M = -1,88$ ($SD = 0,67$). A fim de testar a hipótese de que os vereadores de esquerda e centro esquerda foram associados a médias estatisticamente diferentes dos vereadores de direita e centro-direita para o valor *Autopromoção*, foi realizado um teste-t de amostras independentes.

Tabela 16 - Test-t de amostras independentes - Autopromoção

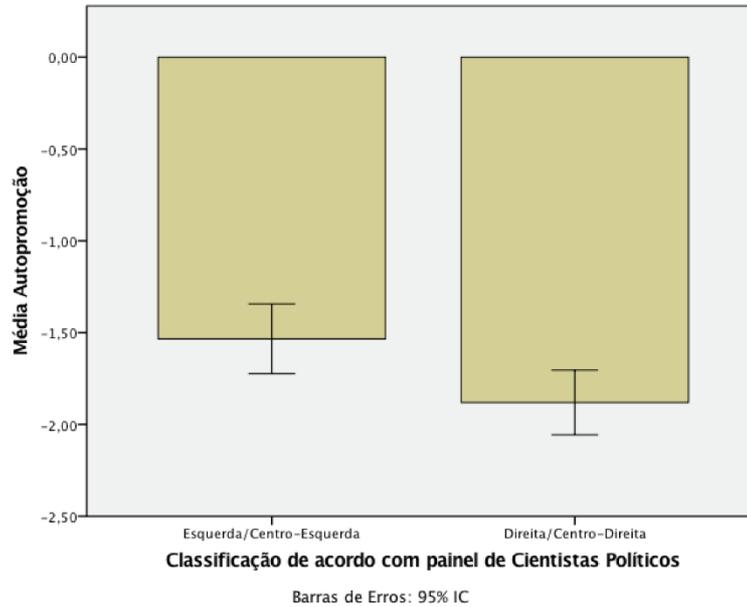
| <i>Estadísticas de grupo</i> | | | | | |
|------------------------------|--|----|---------|---------------|----------------------|
| | Classificação de acordo com painel de Cientistas Políticos | N | Média | Desvio Padrão | Erro Padrão da Média |
| Autopromoção | Esquerda/Centro-Esquerda | 38 | -1,5337 | ,57695 | ,09359 |
| | Direita/Centro-Direita | 58 | -1,8802 | ,66980 | ,08795 |

| <i>Teste de amostras independentes</i> | | | | | | | | | | |
|--|---------------------------------|--|------|-------|----------------------------------|------------------|-----------------|--------------------------|---|----------|
| | | Teste de Levene para igualdade de variâncias | | | teste-t para Igualdade de Médias | | | | | |
| | | F | Sig. | t | gl | Sig. (bilateral) | Diferença média | Erro padrão da diferença | 95% Intervalo de Confiança da Diferença | |
| | | | | | | | | | Inferior | Superior |
| Autopromoção | Variâncias iguais assumidas | 1,176 | ,281 | 2,615 | 94 | ,010 | ,34652 | ,13250 | ,08343 | ,60960 |
| | Variâncias iguais não assumidas | | | 2,698 | 87,106 | ,008 | ,34652 | ,12843 | ,09125 | ,60178 |

Fonte: O autor, 2017.

As distribuições de ambos os grupos foram suficientemente normais para os propósitos de condução de um teste-t (assimetria $<|2.0|$ e curtose $<|9.0|$; SCHIMDER et al., 2010) e a condição de homogeneidade das variâncias foi testada e satisfeita por um teste de Levene para igualdade de variâncias, $F(94) = 1,176$, $p = 0,281$. O teste-t de amostras independentes foi associado a um efeito estatisticamente significativo, $t(94) = 2,615$, $p = 0,010$. Dessa forma, o grupo de vereadores de esquerda e centro-esquerda foi associado a uma média maior estatisticamente significativa do valor *Autopromoção*. O efeito d de Cohen foi estimado em 0,55, o que é considerado um efeito um pouco acima de médio (0,50) ao se basear nas diretrizes de Cohen (1992). Uma representação gráfica das médias e do intervalo de confiança de 95% encontra-se no Gráfico 8. Apesar disso, o valor da análise de poder gerou um resultado de 0,75, abaixo, portanto, do parâmetro recomendado de 0,80.

Gráfico 8 - Representação gráfica das médias e do intervalo de confiança - Autopromoção



Fonte: O autor, 2017.

3.6 Valores como preditores de pertencimento partidário

3.6.1 Hipótese H4a

Hipótese H4a: Valores do tipo motivacional de segunda ordem Conservação (conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-social e segurança-pessoal) ajudam a aumentar a capacidade preditiva do pertencimento a partidos mais à esquerda ou à direita.

Tabela 17 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H4a
Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,323 ^a | ,105 | ,082 | ,87937 |

a. Preditores: (Constante), Segurança-pessoal (Centralizado), Conformidade-interpessoal (Centralizado), Segurança-social (Centralizado), Tradição (Centralizado), Conformidade-regras (Centralizado)

ANOVA^a

| Modelo | | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. |
|--------|-----------|--------------------|-----|----------------|-------|-------------------|
| 1 | Regressão | 17,606 | 5 | 3,521 | 4,553 | ,001 ^b |
| | Resíduo | 150,793 | 195 | ,773 | | |
| | Total | 168,399 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Espectro ideológico (2012)

b. Preditores: (Constante), Segurança-pessoal (Centralizado), Conformidade-interpessoal (Centralizado), Segurança-social (Centralizado), Tradição (Centralizado), Conformidade-regras (Centralizado)

Coefficientes^a

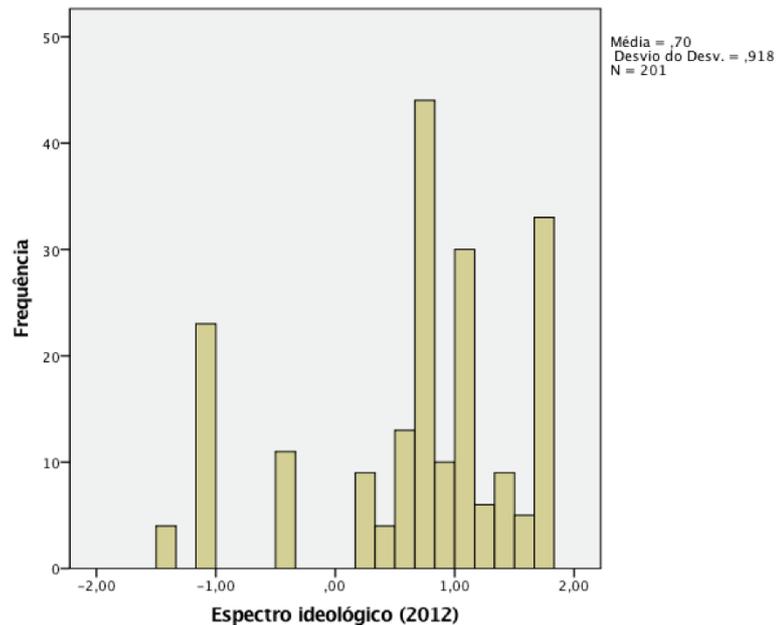
| Modelo | | Coefficientes não padronizados | | Coefficientes padronizados | t | Sig. |
|--------|--|--------------------------------|-------------|----------------------------|-------|------|
| | | B | Erro Padrão | Beta | | |
| 1 | (Constante) | ,566 | ,148 | | 3,829 | ,000 |
| | Conformidade-interpessoal (Centralizado) | ,053 | ,068 | ,054 | ,784 | ,434 |
| | Conformidade-regras (Centralizado) | ,123 | ,109 | ,080 | 1,128 | ,261 |
| | Tradição (Centralizado) | ,283 | ,080 | ,246 | 3,543 | ,000 |
| | Segurança-social (Centralizado) | -,062 | ,140 | -,031 | -,439 | ,661 |
| | Segurança-pessoal (Centralizado) | ,269 | ,119 | ,153 | 2,251 | ,026 |

a. Variável Dependente: Espectro ideológico (2012)

Fonte: O autor, 2017.

A especificidade da hipótese H4a é que ela se utiliza apenas de valores do tipo motivacional de segunda ordem Conservação enquanto variáveis independentes (conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-social e segurança-pessoal), e não há variáveis de controle. A partir deles, rodou-se uma regressão linear múltipla (Tabela 17) para prever a variável dependente *posicionamento ideológico do partido do vereador*. Uma equação de regressão significativa foi encontrada ($F(5,195) = 4,553, p \leq 0,001$), com um R^2 de 0,105. A variável dependente está codificada a partir da avaliação de posicionamento partidário dos 28 partidos da amostra por parte de um painel de cientistas políticos. O histograma apresentado no Gráfico 9 ajuda a entender a distribuição dos vereadores da amostra na escala de -2 (mais à esquerda) a +2 (mais à direita).

Gráfico 9 - Frequência de vereadores ao longo da escala esquerda-direita



Fonte: O autor, 2017.

A predição do posicionamento ideológico do vereador, variando portanto de -2 a +2, é igual a $0,566 + 0,053*(\text{conformidade-interpessoal}) + 0,123*(\text{conformidade-regras}) + 0,283*(\text{tradição}) - 0,062*(\text{segurança-social}) + 0,269 (\text{segurança-pessoal})$. Entre as variáveis independentes, são significativas tradição e segurança-pessoal, ambas com a direção da influência de acordo com a teoria. No geral, o aumento no grupo de valores conservação explica 10,5% da variância no pertencimento partidário do vereador. Com os dois maiores betas padronizados do modelo, as duas variáveis significativas tradição e segurança-pessoal aumentam a probabilidade de um vereador pertencer a um partido de direita.

3.6.2 Hipótese H4b

Hipótese H4a: Valores do tipo motivacional de segunda ordem Autotranscendência (universalismo-natureza, universalismo-tolerância, universalismo-compromisso, benevolência-dependência e benevolência-cuidado) ajudam a aumentar a capacidade preditiva do pertencimento a partidos mais à esquerda ou à direita.

Tabela 18 - Regressão linear múltipla do modelo da hipótese H4b
Sumarização do modelo

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa |
|--------|-------------------|------------|---------------------|---------------------------|
| 1 | ,243 ^a | ,059 | ,035 | ,90150 |

a. Preditores: (Constante), Benevolência-cuidado (Centralizado), Universalismo-tolerância (Centralizado), Benevolência-dependência (Centralizado), Universalismo-natureza (Centralizado), Universalismo-compromisso (Centralizado)

ANOVA^a

| Modelo | | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. |
|--------|-----------|--------------------|-----|----------------|-------|-------------------|
| 1 | Regressão | 9,920 | 5 | 1,984 | 2,441 | ,036 ^b |
| | Resíduo | 158,478 | 195 | ,813 | | |
| | Total | 168,399 | 200 | | | |

a. Variável Dependente: Espectro ideológico (2012)

b. Preditores: (Constante), Benevolência-cuidado (Centralizado), Universalismo-tolerância (Centralizado), Benevolência-dependência (Centralizado), Universalismo-natureza (Centralizado), Universalismo-compromisso (Centralizado)

Coefficientes^a

| Modelo | | Coefficientes não padronizados | | Coefficientes padronizados | t | Sig. |
|--------|--|--------------------------------|-------------|----------------------------|--------|------|
| | | B | Erro Padrão | Beta | | |
| 1 | (Constante) | ,893 | ,193 | | 4,635 | ,000 |
| | Universalismo-natureza (Centralizado) | ,001 | ,133 | ,000 | ,006 | ,996 |
| | Universalismo-tolerância (Centralizado) | ,086 | ,119 | ,057 | ,721 | ,472 |
| | Universalismo-compromisso (Centralizado) | -,481 | ,163 | -,245 | -2,957 | ,003 |
| | Benevolência-dependência (Centralizado) | ,268 | ,159 | ,123 | 1,682 | ,094 |
| | Benevolência-cuidado (Centralizado) | ,001 | ,104 | ,001 | ,008 | ,994 |

a. Variável Dependente: Espectro ideológico (2012)

Fonte: O autor, 2017.

A especificidade da hipótese H4b, assim como da anterior, é que ela se utiliza apenas de valores como variáveis independentes. Nessa hipótese, os valores utilizados são aqueles do tipo motivacional de segunda ordem Autotranscendência (universalismo-natureza, universalismo-tolerância, universalismo-compromisso, benevolência-dependência e benevolência-cuidado) do tipo motivacional de segunda ordem Conservação enquanto variáveis independentes (conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-social e segurança-pessoal). A partir deles, rodou-se uma regressão linear múltipla (Tabela 18) para prever a variável dependente *posicionamento ideológico do partido do vereador*. Uma equação de regressão significativa foi encontrada ($F(5,195) = 2,441, p = 0,036$),

com um R2 de 0,059. A variável dependente está codificada a partir da avaliação de posicionamento partidário dos 27 partidos da amostra por parte de um painel de cientistas políticos, conforme explicado na sessão anterior (Gráfico 9). A hipótese nula de que não há influência dos valores do tipo motivacional de segunda ordem Autotranscendência no pertencimento a partidos mais à esquerda ou mais à direita não pode ser rejeitada, visto que o valor do poder ficou em 0,78, ligeiramente abaixo do parâmetro de 0,80. Por conta dessa pequena diferença estamos apresentando os resultados obtidos, que não serão incluídos na discussão.

A equação de regressão indica que o posicionamento ideológico do partido do vereador, variando, portanto, de -2 a +2, é igual a $0,893 + 0,001*(\text{universalismo-natureza}) + 0,086*(\text{universalismo-tolerância}) - 0,481*(\text{universalismo-compromisso}) + 0,268*(\text{benevolência-dependência}) + 0,001 (\text{benevolência-cuidado})$. Entre as variáveis independentes, apenas universalismo-compromisso é significativa ($p = 0,003$), sendo também a única que possui a direção da associação de acordo com a literatura e com a expectativa do modelo. Para cada aumento de 1 unidade no valor universalismo-compromisso, diminui-se em 0,481 o resultado da equação, indicando o pertencimento a um partido 12,5% mais a esquerda na escala. Com um R2 de apenas 0,059, o modelo explica, portanto, apenas 5,9% da variância no pertencimento partidário do vereador.

4 DISCUSSÃO

4.1 Considerações

Apesar de essa pesquisa ter uma ampla literatura sobre deputados e senadores para se inspirar e, ao mesmo tempo, um conjunto de artigos de altíssima qualidade sobre valores e política, em grande parte ela navega por um caminho não estudado: valores pessoais de políticos eleitos em nível local. Estudar vereadores no Brasil, um contingente de quase 60 mil políticos eleitos a cada quatro anos e em proximidade espacial única em relação aos eleitores, é relevante tanto na teoria quanto na prática. Já estudar valores e política, uma interface usualmente estudada pela Psicologia e raramente acessada do ponto de vista da Ciência Política, traz um novo conjunto de temáticas, questões e possibilidades de pesquisa. A tese une ambas: as infrequentes pesquisas sobre vereadores e sobre valores no Brasil.

Por conta desse desafio, a pesquisa preocupou-se desde o início em atender aos parâmetros estatísticos e metodológicos necessários, a fim de evitar principalmente que descartássemos uma hipótese correta ou aceitássemos uma que fosse falsa (erros Tipo I ou Tipo II). O poder estatístico (COHEN, 1992) foi fartamente atendido por seis das dez hipóteses, com um valor mínimo de 0,89, acima portanto do mínimo de 0,80 proposto por Cohen (1992). Em quatro dessas seis hipóteses, os valores de significância foram de $p = 0,000$. Ao verificar as demais casas decimais, isso significa dizer que as relações encontradas em H1a e H2a aconteceriam, apenas por conta do acaso, 2 vezes a cada 10.000 casos; já as relações encontradas em H1b e H2b aconteceriam por fruto do acaso apenas 3 vezes a cada 100 mil e 1 vez a cada 100 mil, respectivamente. A sexta hipótese entre essas é significativa em um nível $\leq 0,002$ (o acaso geraria esse resultado em somente 0,2% dos casos, ou 2 a cada 1000). Para a hipótese H3b, que passou nos parâmetros e para a qual foi realizado o testes-t de amostras independentes, o valor do efeito d de Cohen ficou acima de 0,50 e abaixo de 0,80, um efeito considerado entre médio e grande. O Quadro 3 ajuda a consolidar as informações dos testes de significância, dos efeitos do d de Cohen, do f^2 e dos coeficientes de determinação (R^2 e R^2 ajustado).

Quadro 3 - Valores consolidados de testes de significância, coeficiente de determinação e tamanho do efeito

| Índices | Hipóteses | | | | | | | | | | Parâmetros |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------------------|-----------|------------------------|------------------------|-----------|------------------------|---|
| | H1a | H1b | H2a | H2b | H3a | H3b | H3c | H3d | H4a | H4b | |
| 1 - β | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 0,19 | 0,89 | 0,09 | 0,75 | 0,97 | 0,78 | $\geq 0,80$ |
| α | 0,000*** | 0,000*** | 0,000*** | 0,000*** | 0,265 | 0,002** | 0,562 | 0,010** | 0,001*** | 0,036* | $\leq 0,05$ |
| R ² | 0,229 | 0,241 | 0,240 | 0,253 | - | - | - | - | 0,105 | 0,059 | pequeno = 0,01 médio = 0,09 grande = 0,25 |
| R ² ajust. | 0,148 | 0,166 | 0,151 | 0,179 | - | - | - | - | 0,082 | 0,035 | x |
| d de Cohen | - | - | - | - | - | 0,67 | - | - | - | - | pequeno = 0,20 médio = 0,50 grande = 0,80 |
| f ² | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,12 | - | pequeno = 0,02 médio = 0,15 grande = 0,35 |
| H ₀ | Rejeitada | Rejeitada | Rejeitada | Rejeitada | Não pode ser rejeitada | Rejeitada | Não pode ser rejeitada | Não pode ser rejeitada | Rejeitada | Não pode ser rejeitada | x |

Nota: Os estimadores de tamanho de efeito foram utilizados da seguinte forma: d de Cohen para as hipóteses que utilizaram teste-t de amostras independentes; F², por sua vez, foi utilizado para regressões em que todas as variáveis eram contínuas. Os parâmetros são de Cohen (1992 e 1988).

Fonte: O autor, 2017.

As hipóteses são todas centradas na unidade de análise individual, representada pelo vereador. Nesse sentido, mesmo quando se analisa a diferença entre os partidos políticos, faz-se a partir dos valores pessoais dos vereadores que os integram (hipóteses H3); e quando se verifica se valores de foco social ajudam a explicar o pertencimento mais a partidos de esquerda ou de direita, a unidade de análise permanece o vereador (hipóteses H4). Será que os vereadores com valores mais de conservação tenderão mais a procurar partidos de direita? E será que o inverso acontece com vereadores com pontuações maiores nos valores do tipo Autotranscendência? Os resultados, portanto, são promissores e serão trabalhados novamente divididos por tema, a fim de comparar de forma mais clara as hipóteses que dialogam entre si.

4.2 Entendendo o comportamento político

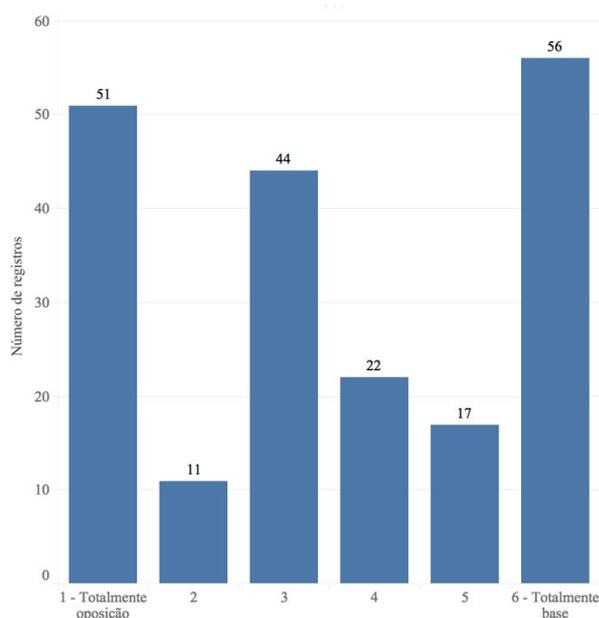
4.2.1 Apoio ao prefeito

Segundo o Basômetro, ferramenta do Estadão Dados que analisa de forma dinâmica a base do governo federal na Câmara dos Deputados, Temer iniciou seu período à frente da presidência com 85% de apoio, que chegou a subir a quase 95% após um mês no cargo e voltou a se estabilizar no valor inicial. Essa ferramenta, presente apenas no âmbito federal, acompanha

todas as votações realizadas na Câmara e no Senado e apresenta uma visualização interativa e aberta aos usuários (ESTADÃO, 2016). Cheibub et al. (2009) também acompanharam votações nominais, 1774 delas, como parte da análise que realizaram sobre governismo e influência dos governos estaduais e dos partidos.

Esta pesquisa diferencia-se da anterior ao criar um índice de apoio ao prefeito com base na percepção do próprio político eleito, que em nosso caso são vereadores. Ao responderem entre 1 e 6, sendo 1 “sou totalmente oposição ao prefeito da minha cidade” e 6 “pertencem totalmente à base do prefeito da minha cidade”, obrigamos os vereadores a se posicionarem sem oferecer uma neutralidade que existiria em uma escala ímpar (1 a 7, por exemplo). O Gráfico 10 mostra a distribuição dos 201 vereadores da amostra nessa escala de Likert da variável dependente. Essa variabilidade também apresenta vantagens em relação à variável dicotômica utilizada nas hipóteses H2.

Gráfico 10 - Distribuição da amostra segundo autoposicionamento em relação ao executivo local



Fonte: O autor, 2017.

A primeira hipótese testada, a H1a, era de que vereadores que endossam valores de face, poder-recursos e poder-domínio aderirão mais à base do prefeito de seus respectivos municípios. Indivíduos que priorizam poder-domínio e poder-recursos enfatizam status social e prestígio que vem do controle ou dominação de pessoas e recursos, enquanto os que priorizam face enfatizam a segurança e o poder que advém da manutenção da imagem pública e em se evitar humilhações. A hipótese nula (Ho1) indica que o endosso de vereadores a valores de

face, poder-recursos e poder domínio não influenciarão na proporção com que eles aderem à base do prefeito, mesmo quando controlando por partidos e pertencimento ao partido do prefeito.

A segunda hipótese testada, a H1b, era de que vereadores que endossam valores de autodireção-pensamento e estimulação aderirão menos à base do prefeito de suas cidades. Ao priorizar esses valores, indivíduos enfatizam a liberdade de cultivar as próprias ideias e habilidades, além de enfatizarem em coisas excitantes, novidades e desafios de vida. A hipótese nula (Ho2) indica que o endosso de vereadores a valores de autodireção-pensamento e estimulação não influenciarão na proporção com que eles aderem à base do prefeito, mesmo quando controlando por partidos e pertencimento ao partido do prefeito.

Controlando por partido político e por pertencimento ou não ao partido do prefeito, os resultados apoiam a hipótese H1a e a hipótese H1b, com variância explicada da variável dependente em 22,9% para H1a e em 24,1% para H1b. De acordo com ambas as hipóteses a variável independente com mais influência foi aquela que identificava se o vereador era ou não do partido do prefeito.

Especificamente em relação a hipótese H1a, o valor face demonstrou corretamente uma associação positiva com a variável dependente. Mesmo no modelo alternativo, que testou a mesma hipótese apenas sem a variável *dummy* de partido político (conferir discussão no capítulo de método), a explicação da variância do apoio ao executivo municipal chegou a 14%. Os resultados sugerem também que um vereador que é do partido do prefeito tem em média 1,85 a mais de apoio ao prefeito na escala de 1 a 6. Esse mesmo vereador, em caso de priorizar o valor Face, aumenta o apoio ao prefeito em 0,60 para cada unidade de Face. Como o valor é centralizado e vai a menos de zero, o modelo também permite dizer que um vereador que tenha -2 no valor Face teria uma categoria a menos na escala de apoio.

A hipótese H1b difere da anterior ao apresentar os dois valores que se associariam negativamente à variável de apoio ao prefeito: autodireção-pensamento e estimulação. As influências das duas variáveis independentes, somadas, chega a -0,89 de influência no valor da variável dependente. Como valores básicos próximos especialmente na matriz circular já apresentada usualmente são correlacionados, a importância desse resultado é significativa. Por exemplo, um vereador do PT em Belo Horizonte, que abriu mão da anonimidade e se considera totalmente oposição ao prefeito (1), teve resultado final predito de 1,7 na escala. Como os valores centralizados desse vereador eram +1,47 para de estimulação e +1,14 para autodireção-pensamento, o peso somente dos valores no resultado da predição foi -1,16, mantidas as outras variáveis constantes. Não é sugerida relação de causa e efeito, impossível de verificar em

regressões, mas apenas uma correlação, que permite prever com esses modelos uma proporção relevante da variância da variável dependente.

O modelo alternativo à hipótese H1b, que apenas retira a variável *dummy* dos partidos, garante 17,6% de explicação da variância observada no apoio ao prefeito. Esse resultado é bastante relevante, visto que as únicas variáveis independentes desse modelo são os dois valores (autodireção-pensamento e estimulação) e se o vereador é do partido do prefeito. Nesse modelo, todas as variáveis são significativas. Parece claro que valores possuem muito a dizer nesse campo, o que se torna mais interessante quando se lembra que são ignoradas enquanto variáveis dependentes na Ciência Política brasileira para ajudarem na construção de modelos de comportamento político.

Em resumo, os três valores que mais impactaram o apoio ao prefeito foram Face (positivamente), autodireção-pensamento e estimulação (negativamente), os três significativos e os três com associação corretamente indicada nas hipóteses e coerente com a literatura.

4.2.2 Fidelidade partidária

Carlos Ranulfo de Melo tem pesquisado a migração partidária brasileira pelo menos desde 1994, quando iniciou seu doutorado focado no tema. Em uma pesquisa bastante relevante para esta tese, ele se debruçou sobre a variação na relação entre deputados estaduais e partidos nas Assembleias Legislativas de 12 estados brasileiros (2011). O autor criou um índice de partidarismo, aferido no citado questionário, que ajudou a explicar a variação a partir de duas dinâmicas: a primeira, institucional, que ele aponta como uma estabilização da competição eleitoral; a segunda, que se refere diretamente a características dos próprios deputados, como tempo de filiação, tipo de partido pelo qual foi eleito, grau de progressismo em relação a temas recentes e polêmicos e, por fim, grau de particularismo. As hipóteses H2 lidam justamente com essa segunda dinâmica apontada por Melo e sustentam ser possível explicar um percentual da variância de migração partidária a partir de valores pessoais.

Um dos desafios das hipóteses H2a e H2b reside na variável dependente, que é dicotômica. Isso obriga que a variação do lado direito da equação de regressão tenha que ser encaixada em duas opções apenas de resultados na variável dependente. Por conta disso, é comum que o R2 seja usualmente pequeno, por ser muito sensível à formatação dada à variável

dependente (ASH, SHWARTZ, 1999, p. 375). Cox e Wermuth (1992, p. 1) consideram “R2 inadequado para julgar a efetividade de regressões lineares com variáveis de resposta binárias, mesmo se a relação presente é importante”. Como não temos um grupo de controle, usual em pesquisas da área médica, os quatro tipos de estimação de tamanhos do efeito tradicionais para grupos de variável dependente dicotômica não nos atende (PACE, 2011). Além disso, o F2 de Cohen não é indicado a não ser que haja apenas variáveis contínuas. (SELYA et al., 2012). Por isso, como há autores que defendem o uso do R2 em variáveis dependentes dicotômicas, como Ash e Shwartz (1999), será mantido o uso dessa tradicional estatística, embora com as limitações em vista.

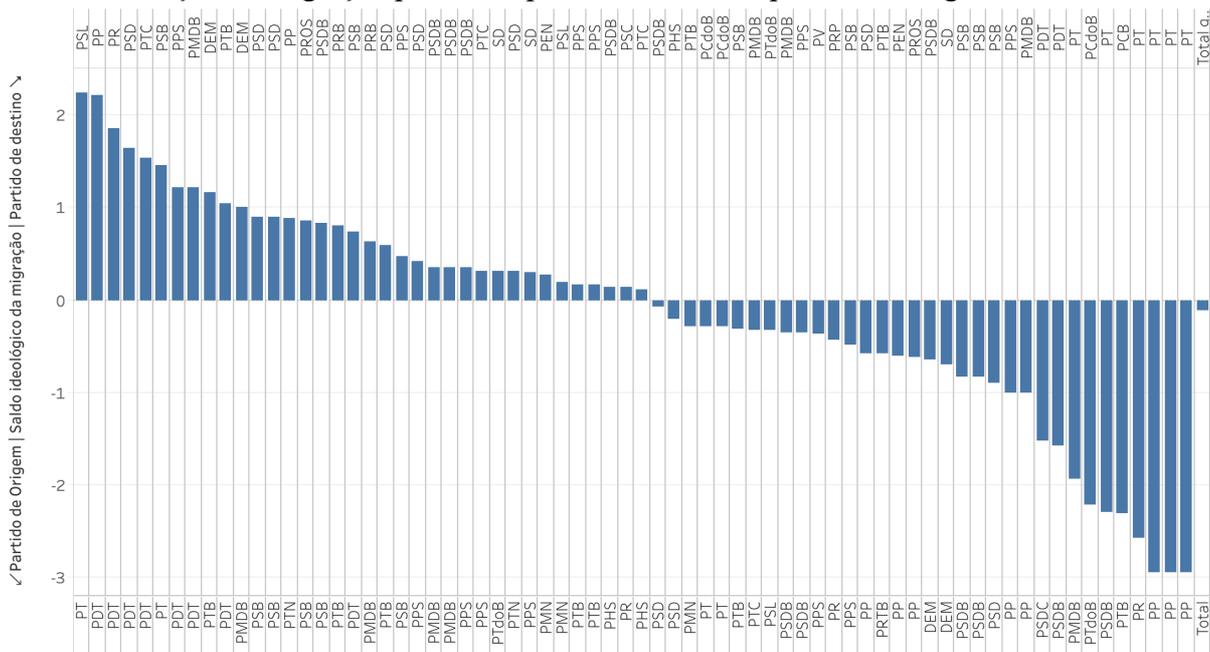
A primeira das hipóteses desse grupo, H2a, diz que vereadores que endossam valores de segurança (pessoal e social), de conformidade (regras e interpessoal) e de tradição teriam maior fidelidade partidária, com os devidos controles. A hipótese nula (Ho3) indica que o endosso a esses valores citados não influencia na migração partidária, mesmo controlando por partidos e pertencimento ao partido do prefeito. Os testes indicam que a hipótese nula pode ser descartada, mas infelizmente o resultado da regressão não é animador. Analisando os dados de maneira conservadora, pode-se perceber que nenhum dos valores alocados como variáveis independentes foi significativo, mesmo que no conjunto o modelo tenha sido. A participação dos valores para a validade do modelo não é relevante no caso da hipótese H2a. Em caso de uma amostra maior, seria interessante rodar novamente essa hipótese, mas a conclusão que os dados nos permitem é apenas de que os valores de conformidade, tradição e segurança não parecem influenciar de maneira significativa a dinâmica sugerida pela hipótese.

Já no modelo proposto pela segunda hipótese (H2b), os vereadores teriam menos fidelidade partidária em caso de endossarem os valores de autodireção-ação e estimulação, controlando pelos partidos e pelo pertencimento à agremiação do prefeito. A hipótese nula (Ho4) indica que o endosso a esses valores, controlando por essas variáveis, não influenciam na migração partidária ou na ausência dela. Com os testes efetuados, descartou-se a hipótese nula. O valor de autodireção-ação foi significativo e com associação positiva corretamente detectada (o que também é verdade para o valor estimulação). Os coeficientes padronizados demonstraram que a autodireção-ação, que valoriza a liberdade de determinar suas próprias ações, teve papel de destaque na hipótese, até mais do que pertencer ou não ao partido do prefeito.

Entretanto, e um dos motivos é a dificuldade inerente de trabalhar com variáveis dependentes dicotômicas, esse grupo de hipóteses parece ser o que nos permite avançar menos no debate. Melo (2011) já apontara que há um conjunto de variáveis diretamente conectadas

aos políticos a influenciarem a migração partidária. Talvez seja necessário criar um modelo diferente para capturar a possível importância dos valores pessoais no comportamento do político em caso de migração partidária. A regressão logística binária realizada a título de confirmação também falhou em apontar relevância desses valores nas migrações partidárias registradas na amostra.

Gráfico 11 - Direção da migração partidária por vereador, com partido de origem e destino



Fonte: O autor, 2017.

Para fins de ilustração, o Gráfico 11 ($M = -0,11$) agrega toda a migração partidária realizada durante a legislatura analisada, com os 70 vereadores, os partidos de origem e destino, bem como o saldo dessa migração com base no posicionamento ideológico de cada partido aferido a partir do painel realizado com os cientistas políticos.

4.2.3 Diferença de valores entre partidos

Quando se observa o valor médio de uma variável específica em dois grupos distintos, como descobrir se a diferença existente tem muita ou pouca probabilidade de ser apenas fruto do acaso (o tempo médio de vida em dois grupos com alimentação distinta, o efeito de remédio ou placebo dado a dois grupos separados, etc.)? Para isso serve o teste-t de amostras

independentes, que é talvez a ferramenta estatística mais intuitiva entre as que a pesquisa está utilizando. A hipótese H3b, por exemplo, quer entender se a média do tipo motivacional de segunda ordem conservação (tradição, conformidade-regras e conformidade interpessoal e segurança-pessoal e social) é diferente entre os membros de partidos de direita em relação aos de esquerda.

As quatro hipóteses testadas se referem justamente aos quatro tipos motivacionais de segunda ordem, propostos por Schwartz (2012): conservação, abertura à mudança, autotranscendência e autopromoção. Não é fácil conseguir valores de poder maiores que 0,80 e de significância menores que 0,05 com uma amostra tão reduzida: 38 para partidos de esquerda e centro-esquerda e 58 para partidos de direita e centro-direita (com distribuição conforme Tabela 19). Esses partidos, delimitados a partir do painel dos Cientistas Políticos, eliminou aqueles que permaneciam muito próximo ao centro e balanceou para que um grupo não ficasse numericamente muito superior ao outro.

Tabela 19 - Partidos classificados como esquerda e direita e o número de vereadores na amostra

| | Esquerda | | | | Direita | | | | | | | | | | | |
|----------------------|----------|-------|-----|-----|---------|----|----|-----|-----|----|-----|------|-----|------|-----|--|
| | PT | PCdoB | PDT | PCB | DEM | PP | PR | PTC | PSC | SD | PSL | PSDC | PRB | PRTB | PRP | |
| Número de vereadores | 25 | 7 | 5 | 1 | 14 | 13 | 7 | 6 | 6 | 3 | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | |
| Totais | 38 | | | | 58 | | | | | | | | | | | |

Fonte: O autor, 2017.

Mesmo assim, duas das quatro hipóteses nulas não puderam ser rejeitadas, a H3a e a H3c. A primeira, lidava com o tipo motivacional Abertura à mudança; a segunda, com o tipo motivacional autotranscendência. A hipótese H3d ficou com poder = 0,75, ligeiramente abaixo do nosso parâmetro de 0,80 (COHEN, 1992). Seus resultados foram apresentados no capítulo anterior, mas não serão considerados na discussão, visto que a pesquisa não pode rejeitar a hipótese nula. Um dos tipos motivacionais que gerava mais curiosidade, entretanto, que é Conservação, obteve poder 0,89 (muito acima do parâmetro 0,80) e valor de $p = 0,002$, muito abaixo do limite 0,05. Dessa forma, pode-se rejeitar com tranquilidade a hipótese nula que dizia não haver diferença estatisticamente significativa para o tipo motivacional Conservação entre partidos de esquerda e direita. Além disso, o valor de d de Cohen, que é uma medição do tamanho do efeito, é de 0,67, praticamente na metade do caminho entre um efeito médio (0,50) e um efeito grande (0,80).

Vamos colocar esse valor de d de Cohen em perspectiva. Em seu livro “Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences”, Cohen (1988) diz que o usual em novas áreas de pesquisa, que é o caso da tese, é encontrar efeitos na faixa de 0,20, considerados pequenos, e isso quando não são zero. Um $d = 0,20$ é exemplificado como aquele existente entre a altura média de garotas de 15 e 16 anos. Para Cohen, a dificuldade de conseguir efeitos mais substantivos acontece, pois

os fenômenos sob estudo não estão tipicamente sob uma análise experimental e de controle. Quando fenômenos são estudados sem poderem ser levados ao laboratório, a influência de variáveis exógenas incontroláveis (‘ruído’) faz o tamanho do se tornar pequeno (faz o ‘sinal’ difícil de detectar). (COHEN, 1988, p. 25)

Já para tamanhos de efeito médios, $d = 0,50$ é considerado grande o bastante “para ser visto a olho nu” (COHEN, 1988, p. 26). Ao exemplificar na prática o que significa um efeito médio, Cohen diz ser a magnitude da diferença na altura entre garotas de 14 e 18 anos. Como o tamanho do efeito da hipótese H3b foi um pouco além da metade do caminho entre um efeito médio para um grande, vale ilustrar o que este último significa: “a separação de $d = 0,80$ entre as médias (...) representa a diferença média de QI entre possuidores de doutorado e um calouro de primeiro período da faculdade”, ou “a diferença entre a altura de garotas de 13 e 18 anos de idade” (COHEN, 1988, p. 27).

Nesse sentido, a hipótese H3b, que sugere que o tipo motivacional Conservação teria médias significativamente distintas entre partidos de direita e esquerda, não apenas passou nos testes que evitam erros do Tipo I e II, permitindo uma rejeição da hipótese nula, como apresentou um valor de tamanho de efeito, no nosso caso d de Cohen, de 0,67.

Essa perspectiva quantitativa permite, portanto, que se afirme categoricamente que há forte evidência de que partidos políticos em Minas Gerais, quando analisada sua membresia de políticos eleitos, apresentam uma diferença na importância relativa de valores do tipo motivacional de segunda ordem Conservação. Analisando de um a um faz sentido. Os valores do grupo Conservação estão de tal maneira disseminados na percepção coletiva como “de direita” que, mesmo quando o Instituto Datafolha resolve fazer uma pesquisa sobre o tema seu questionário reverbera todos os valores que constam na hipótese: segurança, conformidade e tradição. Para a pesquisa, a legalização da posse de armas para aumentar a possibilidade de o cidadão se defender, a visão tradicional da sexualidade, religiosidade, punição rígida para quem comete algum delito, são todos comportamentos considerados de direita (DATAFOLHA, 2013). É usualmente a direita que, com o pretexto da segurança interna, quer diminuir a possibilidade de entrada de migrantes (Trump e diversos países da Europa são exemplos já

usuais em 2016 e 2017). Em termos mais acadêmicos, a direita é considerada pela literatura como preocupada com a questão da ordem, enquanto a esquerda se preocupa mais com a justiça:

A esquerda não se distingue da direita em termos de liberdade ou de promoção do bem-estar através do desenvolvimento econômico. [...] Já em relação a ordem, justiça e proteção do ambiente, as diferenças são claras. São tão claras que possibilitam a seguinte definição de esquerda e direita. **A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça.** [...] Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 26 e 27)

Evitar incomodar os outros, cumprimento das regras leis e obrigações formais, manutenção e preservação das tradições culturais, familiares e/ou religiosas, segurança e estabilidade da sociedade como um todo e do ambiente pessoal: essas são todas descrições dos valores dentro do tipo motivacional de segunda ordem Conservação, todos eles alinhados à definição sugerida por Bresser-Pereira (2006).

Os resultados do teste indicam firmemente a confirmação da hipótese H3b, de que valores do tipo motivacional de segunda ordem Conservação são discriminadamente distintos entre os partidos de esquerda e centro-esquerda e de direita e centro-direita. Há, portanto, diferença estatisticamente significativa e teoricamente relevante entre os valores priorizados por vereadores eleitos por partidos classificados na amostra mais à direita quando comparados àqueles eleitos por partidos classificados como mais à esquerda.

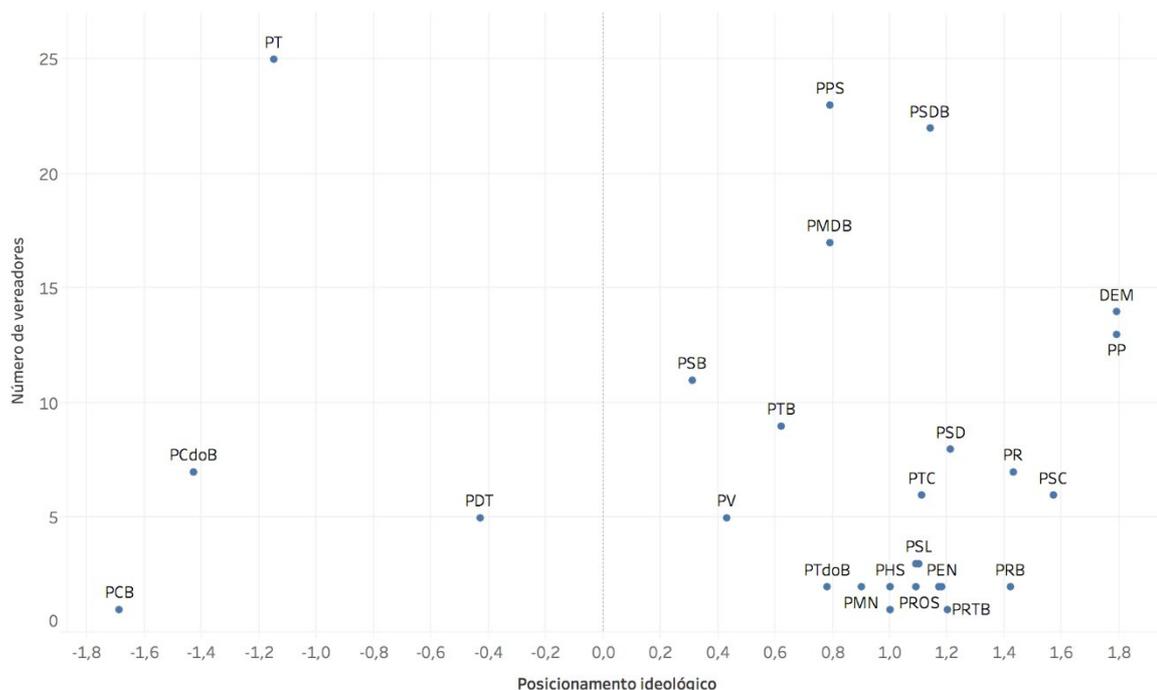
4.2.4 Pertencimento partidário

As últimas duas hipóteses da pesquisa, H4a e H4b, tiveram seus resultados apresentados em conjunto no capítulo anterior. Elas se utilizam dos valores de foco social e da amostra completa de 201 vereadores para tentar investigar um tópico que conversa com o das hipóteses H3: posicionamento partidário na escala esquerda-direita. Diferentemente das hipóteses anteriores, que observaram a média dos partidos em dois grupos distintos (esquerda e centro-esquerda *versus* centro-direita e direita) e verificavam se a diferença observada teria amparo estatístico, essas duas hipóteses finais investigam os vereadores individualmente.

Por conta disso não há dois grupos distintos, mas 23, quase tantos grupos quanto há partidos na amostra, visto que se pode agrupar aqueles que pontuaram o mesmo valor da escala

-2 a +2. O Gráfico 12 apresenta o posicionamento ideológico retirado das respostas do painel de Cientistas Políticos, no eixo x, e a quantidade de vereadores por partido, no eixo y.

Gráfico 12 - Posicionamento esquerda-direita dos partidos na amostra segundo painel de Cientistas Políticos



Fonte: O autor, 2017.

A decisão pelo uso de um painel representa obviamente uma escolha metodológica, que foi realizada para que a hipótese fosse avaliada a partir de uma variável dependente criada externamente ao processo da pesquisa. Além disso, a própria escala esquerda-direita é bastante polêmica, mas como as respostas foram dadas por estudiosos da área, podem ser entendidas como sintetizando de alguma forma uma percepção coletiva da academia tanto sobre o conceito dessa escala quanto sobre os próprios partidos envolvidos.

Não foi possível rejeitar a hipótese nula relativa à H4b, que apresentou poder 0,77, abaixo, portanto, do parâmetro estabelecido de 0,80 (COHEN, 1992). Embora os resultados sobre essa hipótese tenham sido apresentados no capítulo específico, a discussão não se fará em torno dessa hipótese. Por outro lado, a hipótese H4a apresentou poder de 0,97, muito superior ao parâmetro, e um $p = 0,001$. Com esses números, foi possível rejeitar com tranquilidade a hipótese nula de que valores do tipo motivacional de segunda ordem Conservação não se correlacionam a pertencimento partidário.

Interessante observar, já de início, que o tipo motivacional de segunda ordem Conservação foi o que também apresentou os resultados mais promissores no grupo de hipóteses anterior (com a H3b). Com apenas os valores do conjunto Conservação enquanto

variáveis independentes, foi possível explicar 8% da variância da variável dependente. O tamanho do efeito, $f^2 = 0,11$, está entre o parâmetro 0,02, um efeito pequeno, e 0,15, que é considerado um efeito médio (COHEN, 1988, p. 413). Essa convenção, ao mesmo tempo em que era proposta por Cohen era relativizada, visto que cada área possui suas especificidades. De todo modo, tanto o tamanho do efeito f^2 descrito acima quanto o $R^2 = 0,08$, ajudam a sustentar a hipótese H3a, de que os valores do tipo motivacional Conservação ajudam a explicar parte da variação encontrada nos partidos políticos.

Como os valores da variável dependente foram gerados em um processo separado daquele realizado para o desenvolvimento da pesquisa, diminui-se a possibilidade de que o resultado seja apenas uma retroalimentação do modelo: se o pesquisador dividisse e pontuasse os partidos com base na expectativa de reverberar bem para a hipótese. Ao mesmo tempo, como não se realizou um experimento, não é possível afirmar se os vereadores buscaram os partidos por conta de seus valores ou se outra variável que nem conhecemos subjaz esse processo. Mas podemos dizer que uma relação com essa força seria fruto do acaso em apenas 0,1% dos casos, ou 1 em cada 1000. Em resumo, não é possível implicar em uma causalidade ou antecedência de um fenômeno em relação ao outro. Mas é possível dizer, com os dados coletados, que valores do tipo motivacional de segunda ordem Conservação parecem ser um elemento ignorado e relevante para estudos de partidos e de comportamento eleitoral.

Os valores que formam o tipo motivacional Conservação (conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-social e segurança pessoal) se revelaram, portanto, os mais capazes de vertebrar a diferenciação política em Minas Gerais entre os vereadores, mesmo quando testados a partir de duas ferramentas distintas (teste-t para hipótese H3b e regressão múltipla para a hipótese H4a) e de duas variáveis dependentes organizadas de maneira também diferente.

CONCLUSÃO

Há notável dissenso acerca do papel dos valores pessoais na política. De um lado, consolida-se um descrédito generalizado desta última e de suas instituições, conforme pôde ser visto no já mencionado ranking do Índice de Confiança Social (Capítulo 2). Há um contingente cada vez mais significativo de pessoas que consideram que a abstenção da vida política é uma escolha moralmente superior. De outro lado, a pesquisa que realizamos (Capítulo 1) com uma amostra representativa do Brasil ($n = 616$, margem de erro = 3,95, RMSE 2,6%), demonstrou que quase 31% dos brasileiros acreditam que sim, valores pessoais modificam os comportamentos dos políticos brasileiros. Ao mesmo tempo, 26,5% não souberam responder.

Embora possa parecer simples, essa é uma pergunta difícil. De maneira geral, trata-se o assunto, mesmo nas universidades, de uma forma anedótica, sem um conjunto de estudos sistemáticos. Afinal, há diferença entre os valores pessoais dos políticos eleitos? Mesmo havendo, os valores influenciam na hora de tais políticos se agregarem em partidos? E, finalmente, havendo diferença entre os vereadores e entre os partidos, esses valores decantam em comportamento político real? Embora esses questionamentos sejam grandiosos, nossas hipóteses os trataram com parcimônia. Ainda que não haja uma literatura consolidada de valores e política no Brasil, quando o olhar passa para vereadores e valores a situação se torna crítica: simplesmente não foram localizadas quaisquer pesquisas.

Por isso, nosso tratamento das hipóteses foi especialmente rígido, a fim de que um trabalho inicial na área não aceitasse hipóteses que deveriam ser rejeitadas ou rejeitasse hipóteses que poderiam ser aceitas. Ao mesmo tempo, em vez de criar hipóteses com modelos complexos e variáveis independentes sem fim, procurou-se uma formulação parcimoniosa dos modelos e das hipóteses, mantendo a coerência com a literatura na área. No fim das contas, ficaram muitas dúvidas, diversas possibilidades e algumas conclusões promissoras.

Algumas dúvidas dizem respeito à unidade de análise: seriam as conclusões que iremos apresentar semelhantes caso os indivíduos analisados fossem membros dos legislativos estaduais ou do federal? Seriam valores responsáveis por explicar uma variância maior ou menor com essa mudança progressiva no escopo geográfico da representação, na força das instituições, nas novas dinâmicas estabelecidas? Nesses contextos, os valores básicos seriam relegados a um papel de menos importância?

Outras dúvidas exigiriam uma ampliação horizontal, não ao incluir representantes acima ou abaixo na escala federativa, mas ao acrescentar outros personagens no processo político: os eleitores. É usual que os eleitores sejam pesquisados, mas as relações que se poderia estabelecer em um estudo que incluísse tanto eleitores quanto políticos seriam bastante ricas. Afinal, os votantes no vereador Arnaldo Godoy (um dos vereadores que abriu mão da anonimidade), eleito para a Câmara de Belo Horizonte com 11.538 votos, seriam mais semelhantes ao próprio vereador em termos de valores do que seria razoável supor se aí não houvesse uma relação intrínseca?

As dúvidas acima não caberiam nem no método nem no banco de dados coletado, mas outras que permanecem sem resposta após a pesquisa poderiam ter sido respondidas. A principal delas é em relação ao poder mediador da variável *partidos políticos*, que ficou prejudicado por conta da imensa fragmentação partidária existente. Com 29 partidos com representação nas câmaras municipais mineiras, seriam necessários 1350 vereadores se fossem feitas 50 entrevistas por partido, ou 675 em caso de 25 - um investimento importante, mas grandioso. Mesmo com a dificuldade que essa situação criou para os modelos, foi possível verificar que a relevância do pertencimento partidário para o comportamento político não pode ser descartada. Além disso, mesmo com essas limitações, apenas quatro das dez hipóteses nulas não puderam ser rejeitadas.

As possibilidades de ampliação da pesquisa para uma perspectiva comparada também devem ser ressaltadas, inclusive com a adição de componentes transculturais (HOGAN, BOND, 2009), com elementos como os traços de personalidade, já pesquisados em relação à política por muitos autores em outros países (CAPRARA et al., 2006; VECCHIONE, CAPRARA, 2009; CHIRUMBOLO, LEONE, 2010; VECCHIONE, CASTRO, CAPRARA, 2011; VECCHIONE, SCHOEN, CASTRO et al., 2011). As possibilidades são muitas, tanto pela novidade de se estudar de forma sistemática valores pessoais e política, quanto pela interface com a política local, também objeto raro de pesquisas pela Ciência Política. Enquanto a maioria das pesquisas sobre o vereador¹⁰ realiza estudos de caso sobre uma, duas, ou até três câmaras, nossa amostra reúne 201 vereadores de 23 partidos e 79 cidades, o que não é fácil, como outros pesquisadores já ressaltaram (PAULA, 2014, p. 123).

Inicialmente, no Capítulo 2, apresentamos todo o referencial teórico da pesquisa, tentando sintetizar ao máximo o conteúdo diretamente mais relacionado às hipóteses. Embora

¹⁰ Um Grupo de Pesquisa coordenado pela professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF, Dr.a. Marta Mendes da Rocha, está iniciando trabalhos na área de política local, o que certamente ajudará no crescimento da área. O Grupo está registrado desde o segundo semestre de 2016 no CNPq sob o nome de “Representação política no nível local na América Latina: parlamentos em perspectiva comparada”.

haja pouca literatura sobre vereadores e política local, a produção acerca de estudos legislativos é vasta e poderia facilmente fazer o capítulo perder o foco. Além dos vereadores, das câmaras municipais e da estrutura legislativa, essa primeira parte do capítulo lidou com a discussão de fidelidade partidária e ideologias. Na segunda parte, o foco foram os valores pessoais - sua conceituação e seu percurso histórico -, a teoria de Schwartz que subjaz grande parte da tese e as relações dos valores pessoais com o mundo da política. O capítulo se encerrou com o conjunto de 10 hipóteses que foram apresentadas.

O Capítulo 3 destinou-se exclusivamente a uma discussão dos métodos e das escolhas envolvidas, com a especificação de três fases distintas da pesquisa: a elaboração do questionário, a seleção dos participantes com a coleta de dados e, por fim, a análise dos resultados. Isso abriu caminho para o Capítulo 4, no qual se relatou o resultado para cada uma das hipóteses, com suas respectivas tabelas e informações gerais. Nesse momento já era possível vislumbrar algumas das possibilidades da tese e de suas conclusões.

Essas discussões do resultado, no Capítulo 5, embasaram a argumentação acerca da crescente quantidade de evidências ao longo da pesquisa para suportar a noção de que valores pessoais, de fato, modificam comportamentos dos políticos eleitos e podem ser utilizados para diferenciar não só entre eles, mas entre os partidos e que, sobretudo, valores pessoais são variáveis que não deveriam ser tão negligenciadas nos estudos legislativos.

Seguindo os três níveis que estabelecemos acima (diferenciação entre os vereadores, diferenciação entre os partidos e possibilidade de prever comportamentos), começamos pelo primeiro: diferenciação entre os vereadores. Seria uma possibilidade que os dados, no fim das contas, demonstrassem que os vereadores, como políticos que são, não se distinguem em termos de valores. A Análise Fatorial Confirmatória, no Capítulo 4, já demonstrou que isso não é o caso: a escala utilizada (PVQ-RR) permitiu discriminar entre os valores e entre os vereadores, de modo que eles se espalharam na importância relativa que dão aos 19 valores. Os histogramas disponibilizados também no Capítulo 4 ajudam a consolidar a percepção de diferenciação entre os políticos. Nesse ponto, conclui-se que os vereadores analisados se diferenciam de forma suficiente, a ponto de seus tipos motivacionais de segunda ordem gerarem distribuições normais.

Em segundo lugar, quando observamos a diferenciação entre os partidos (H3 e H4), utilizamos duas ferramentas estatísticas e duas variáveis dependentes distintas. Em ambos os casos foi possível verificar que os valores têm papel fundamental na explicação da variação do fenômeno que se explicava em uma e em outra hipótese. De um lado (H3b), conseguimos comprovar que os valores dentro do tipo motivacional de segunda ordem Conservação têm um

papel bem significativo na diferenciação de partidos de direita e de esquerda, com tamanho do efeito, medido pelo d de Cohen, em 0,67 (entre médio e grande). De outro (H4a), o mesmo grupo de valores do tipo motivacional Conservação foi capaz de explicar 10,5% da variância na escolha do vereador sobre quão à esquerda ou quão à direita ele gostaria de se filiar, que é um valor um pouco acima de médio ($R^2 = 0,09$ ou 9% de explicação da variância). Nos dois casos, os valores de conformidade-interpessoal, conformidade-regras, tradição, segurança-pessoal e segurança-social foram variáveis capazes de discriminar tanto entre os vereadores quanto entre os partidos de direita e esquerda. Em relação à hipótese H3b, que comparou a média do tipo motivacional Conservação para membros de partidos de esquerda, de um lado, e de direita, de outro, vale ressaltar que esses grupos foram formados por membros dos partidos espalhados pelo estado de Minas Gerais, vereadores inclusive que provavelmente nunca conversaram entre si e certamente não conviviam: um vereador do PT de Guarará, na Zona da Mata mineira, outro de Montes Claros, 720 km ao norte, e assim por diante. Mesmo assim, foi possível diferenciar o grupo de esquerda e o de direita com base nos valores de Conservação.

Em terceiro lugar, as hipóteses H1 e H2 trabalharam com a tentativa de verificar se os valores pessoais, mesmo que sirvam para etiquetar vereadores com este ou aquele perfil, servem também para explicar comportamento político. Conforme pode ser visto na discussão anterior, algumas das hipóteses foram mais e outras menos promissoras, mas o fulcro do argumento permanece: mesmo quando as únicas variáveis remanescentes, por exemplo, no modelo alternativo, são os valores pessoais e o pertencimento ou não ao partido do prefeito, a variância explicada no fenômeno analisado é de 14% (modelo alternativo à hipótese H1a). No modelo alternativo à hipótese H1b, 17,6% da variância no autoposicionamento em relação ao executivo local pôde ser explicado pelos valores autodireção-pensamento e estimulação, controlado pelo pertencimento ou não ao partido do prefeito.

As hipóteses que analisaram fidelidade partidária tiveram resultados menos expressivos, mas isso não era difícil de imaginar, por dois motivos: 1) as hipóteses H1 lidavam com uma autopercepção, enquanto as hipóteses H2 lidavam com uma factual mudança de filiação partidária; 2) a variável dependente é dicotômica, o que diminui usualmente o tamanho do R^2 e gera outras dificuldades em regressões múltiplas, conforme já trabalhado anteriormente. Mesmo assim, a hipótese H2b indica um caminho interessante de estudo, com o modelo tendo capacidade de explicar 22,1% da migração partidária, e trazendo à tona a interessante variável de autodireção-ação e estimulação para os estudos sobre o tema. Interessante imaginar que, mesmo em um cenário com tantos incentivos institucionais e estruturais para se escolher um partido para filiação, valores ainda possam ser capazes de explicar parte da variância. Entre os

201 vereadores, 70 mudaram de partido, por conta da agora oficializada janela partidária. Com essa recentemente (re)conquistada liberdade de mudar de partido, será interessante observar um estudo longitudinal sobre o tema dos valores e da migração partidária.

Uma dificuldade para a inclusão dos valores enquanto variáveis nos estudos legislativos ou mesmo de comportamento político no geral é o tempo que se demora para aplicar a escala PVQ-RR. Mesmo levando em torno de 8 minutos para ser preenchida presencialmente, há um desgaste derivado já do número de questões envolvidas. Como estamos falando da dificuldade de incluir o PVQ-RR, supõe-se que hajam outras questões além dele. Como lidar com esse risco de aumentar as possibilidades de análise com a inclusão desse grupo de variáveis e de ter mais dificuldade na coleta, mais custo e, talvez, menos respostas? A tese dá o primeiro passo ao demonstrar que há uma variação que pode e é explicada pelos valores básicos, mas por si só essa constatação não significa que todos devessem incluir valores em todos os estudos de comportamento político. Uma possibilidade seria verificar, em uma pesquisa de maior duração e amostragem, se variáveis de valores básicos ajudam a melhorar o poder preditivo das variáveis tradicionalmente utilizadas pela Ciência Política, ou se esse poder preditivo de valores acaba, de alguma forma, já sendo capturado pelas variáveis independentes que atualmente são utilizadas pelos pesquisadores.

Em um de seus últimos trabalhos, já exilado na França, o escritor irlandês Oscar Wilde (1899, p. 15) descreve uma conversa entre Jack Worthing e Algernon. “Essa, querido Algy, é toda a verdade, pura e simples”, diz o Sr. Worthing, para logo depois ouvir um pensativo Algernon em um tiro certo: “A verdade raras vezes é pura e nunca é simples”. Investigar o papel dos valores pessoais na política envolverá não apenas uma pesquisa, mas um conjunto delas. Essa é apenas uma contribuição para que se possa continuar a tentativa de desvendar essa relação entre política e valores, que certamente não é nem clara, nem simples. Como completa o personagem de Wilde, a vida seria muito tediosa se ela fosse qualquer um dos dois...

REFERÊNCIAS

- Abbad, G., & Torres, C. V. (2002). Regressão múltipla stepwise e hierárquica em Psicologia Organizacional: aplicações, problemas e soluções. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7(spe), 19–29. <http://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000300004>
- Abrucio, F. L. (2011). A dinâmica federativa brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In R. P. de Oliveira & W. Santana (Eds.), *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade* (Vol. 3, pp. 39–70).
- Abrucio, F. L., & Couto, C. G. (1996). A redefinição do papel do estado no âmbito local. *São Paulo Em Perspectiva*, 10(3), 40–47.
- Agresti, A., & Finlay, B. (2012). *Métodos estatísticos para as Ciências Sociais* (4a ed.). Porto Alegre: Penso.
- Aichholzer, J. (2013). Intra-individual variation of extreme response style in mixed-mode panel studies. *Social Science Research*, 42(3), 957–970. <http://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.01.002>
- Almeida, M. H. T. De, & Carneiro, L. P. (2003). Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*, 9, 124–147. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100005>
- Alwin, D., & Krosnick, J. (1985). The Measurement of Values in Surveys: A Comparison of Ratings and Rankings. *Public Opinion Quarterly*. <http://doi.org/10.1086/268949>
- Amorim Neto, O., & Santos, F. (2001). A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. *Dados*, 44(2), 24. <http://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200003>
- Ant, C., & Ribeiro, C. (2007). Mobilidade social e Estrutura Ocupacional: desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro (1973-1996). In *Prêmio IPEA-Caixa 2005*.
- Ariely, G., & Davidov, E. (2011). Can we Rate Public Support for Democracy in a Comparable Way? Cross-National Equivalence of Democratic Attitudes in the World Value Survey. *Social Indicators Research*, 104(2), 271–286. <http://doi.org/10.1007/s11205-010-9693-5>
- Ash, A., & Shwartz, M. (1999). R2: A useful measure of model performance when predicting a dichotomous outcome. *Statistics in Medicine*, 18(4), 375–384. [http://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-0258\(19990228\)18:4<375::AID-SIM20>3.0.CO;2-J](http://doi.org/10.1002/(SICI)1097-0258(19990228)18:4<375::AID-SIM20>3.0.CO;2-J)
- Balmas, M., Rahat, G., Sheaffer, T., & Shenhav, S. R. (2012). Two routes to personalized politics: Centralized and decentralized personalization. *Party Politics*, (January 2011). <http://doi.org/10.1177/1354068811436037>

- Barnea, M., & Schwartz, S. (2008). Values and voting. *Political Psychology, 19*(1), 17–40. <http://doi.org/10.1111/0162-895X.00090>
- Barni, D., Vieno, A., Roccato, M., & Russo, S. (2015). Basic Personal Values, the Country's Crime Rate and the Fear of Crime. *Social Indicators Research*. <http://doi.org/10.1007/s11205-015-1161-9>
- Barreto, A. (2008). Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). *Opinião Pública, 14*(1), 123–148. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100005>
- Boski, P. (2008). Commentaries. *European Psychologist, 13*(3), 173–177. <http://doi.org/10.1027/1016-9040.13.3.173>
- Braga, S. S., Nicolás, M. A., & Becher, A. R. (2013). Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. *Opinião Pública, 19*(October), 168–197. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100008>
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos - CEBRAP, 74*, 25–45. <http://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100003>
- Bronowski, J. (1956). Science and human values. *Higher Education Quarterly*. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2273.1956.tb00909.x/abstract>
- Butenko, T., & Schwartz, S. H. (2013). Relations of the new circle of 19 values to behaviors, (August), 8. <http://doi.org/10.2139/ssrn.2227218>
- Caliendo, M., Fossen, F., & Kritikos, A. (2012). Trust, positive reciprocity, and negative reciprocity: Do these traits impact entrepreneurial dynamics? *Journal of Economic Psychology, 33*(2), 394–409. <http://doi.org/10.1016/j.joep.2011.01.005>
- Caprara, G. V. (2007). The Personalization of Modern Politics. *European Review, 15*(2), 151–164. <http://doi.org/10.1017/S1062798707000178>
- Caprara, G. V., & Barbaranelli, C. (1996). Politician's Uniquely simple personalities. *Nature, 385*, 493.
- Caprara, G. V., Schwartz, S., Capanna, C., Vecchione, M., & Barbaranelli, C. (2006). Personality and politics: Values, traits, and political choice. *Political Psychology*. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2006.00457.x>
- Caprara, G. V., Vecchione, M., Schwartz, S. H., Torres, C., Schoen, H., Bain, P. G., ... Republic, S. (2017). Basic values, ideological self-placement, and voting: A cross-cultural study. *Cross-Cultural Research, 51*.
- Cara, D. (2012). Municípios no pacto federativo. *Revista Retratos Da Escola, 6*(10), 255–273.

Carneiro, T. L. (2015). *Engaging Politics: Political Participation in Brazil and Sweden, predicted by Stereotypes about Parliamentarians, Political Education and Behavioral Contagion*.

Carreirão, Y. D. S. (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 307–339. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200004>

Carreirão, Y. de S. (2006). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, 12(1), 136–163. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100006>

CGU. (2011). *O vereador e a fiscalização dos recursos públicos municipais*. Brasília: Imprensa Oficial.

Chamberlain, K. (1985). Value Dimensions, Cultural Differences, and the Prediction of perceived Quality of Life. *Social Indicators Research*, 17(4), 345–401.

Cheibub, J. A., Figueiredo, A., & Limongi, F. (2009). Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. *Dados*, 52(2), 1988–2006. <http://doi.org/10.1590/S0011-52582009010200002>

Chirumbolo, A., & Leone, L. (2010). Personality and politics: The role of the HEXACO model of personality in predicting ideology and voting. *Personality and Individual Differences*, 49(1), 43–48. <http://doi.org/10.1016/j.paid.2010.03.004>

Cieciuch, J., Schwartz, S., & Vecchione, M. (2013). Applying the Refined Values Theory to Past Data: What Can Researchers Gain? *Journal of Cross - Cultural Psychology*, 44(8), 1215. <http://doi.org/10.1177/0022022113487076>

Cieciuch, J., & Schwartz, S. H. (2012). The Number of Distinct Basic Values and Their Structure Assessed by PVQ–40. *Journal of Personality Assessment*, 94(3), 321–328. <http://doi.org/10.1080/00223891.2012.655817>

Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences. Second Edition* (2nd ed., Vol. 2). Lawrence Erlbaum Associates.

Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155–159. <http://doi.org/10.1037/0033-2909.112.1.155>

Cohrs, J. C., Moschner, B., Maes, J., & Kielmann, S. (2005). The motivational bases of right-wing authoritarianism and social dominance orientation: relations to values and attitudes in the aftermath of September 11, 2001. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(10), 1425–1434. <http://doi.org/10.1177/0146167205275614>

Coradini, O. L. (2007). Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia E Política*, (28), 181–203. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100012>

Cox, D. R. (1958). The Regression Analysis of Binary Sequences. *Journal of the Royal Statistical Society*, 20(2), 215–242.

Cox, D. R., & Wermuth, N. (1992). A Comment on the Coefficient of Determination for Binary Responses. *The American Statistician*, 46(1), 1–4.

Cunha, M. A. V. C. da, & Santos, G. S. dos. (2008). O Uso dos Meios Eletrônicos no Relacionamento do Parlamentar com o Cidadão nos Municípios Brasileiros, 69–89. Retrieved from <http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=230&locale=pt>

d'Avila Filho, P. M., Lima, P. C. G. de C., & Jorge, V. L. (2014). Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004. *Revista de Sociologia E Política*, 22(49), 39–60. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100003>

DATAFOLHA. (2013). *Comportamento Político*.

Datler, G., Jagodzinski, W., & Schmidt, P. (2013). Two theories on the test bench: Internal and external validity of the theories of Ronald Inglehart and Shalom Schwartz. *Social Science Research*, 42(3), 906–925. <http://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.12.009>

Debats, D. L., & Bartelds, B. F. (1996). The structure of human values: A principle components analysis of the Rokeach Value Survey (RVS), 47–55.

Desposato, S. W. (2006). Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. *American Journal of Political Science*, 50(1), 62–80.

Diniz, S. (2000). As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia E Política*, (15), 31–48. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200003>

Dobewall, H., Aavik, T., Konstabel, K., Schwartz, S. H., & Realo, A. (2014). A comparison of self-other agreement in personal values versus the Big Five personality traits. *Journal of Research in Personality*, 50(1), 1–10. <http://doi.org/10.1016/j.jrp.2014.01.004>

Duverger, M. (1987). *Os Partidos Políticos* (Editora Gu). Rio de Janeiro.

Edel, A. (1953). Concept of Values in Contemporary Philosophical Value Theory. *Philosophy of Science*, 20(3), 198–207.

Farias Filho, M. C. (2011). Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26, 175–188. <http://doi.org/10.1590/S0102-69092011000300014>

Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A.-G., & Buchner, A. (2007). GPOWER: A general power analysis program. *Behavior Research Methods*, 39(2), 175–191. <http://doi.org/10.3758/BF03193146>

Freitas, A. (2008). Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Caderno CRH*, 21(52), 37–45.

Freitas, A. (2008). Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Caderno CRH*, 21(52), 37–45.

Geraque, E. (2014, August 19). Eduardo Jorge (PV) diz querer acabar com Senado e salário de vereadores. *Folha de São Paulo*. São Paulo.

Gomes, J. V. L., & Magalhães, R. F. (2008). Max Weber e a racionalidade: Religião, Política e Ciência. *Teoria E Cultura*, 3(1/2), 79–92.

Goren, P. (2005). Party identification and core political values. *American Journal of Political Science*, 49(4), 881–896. <http://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2005.00161.x>

Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, V. M. (2014). Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses. *Personality and Individual Differences*, 60, 41–47. <http://doi.org/10.1016/j.paid.2013.12.012>

Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, V. M. (2014). The functional theory of human values: From intentional overlook to first acknowledgement-A reply to Schwartz (2014). *Personality and Individual Differences*, 68, 250–253. <http://doi.org/10.1016/j.paid.2014.03.025>

Grau, E. (2007). *Mandado de segurança 26602* (Vol. 602).

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate Data Analysis. Vectors*. <http://doi.org/10.1016/j.ijpharm.2011.02.019>

Hitlin, S., & Piliavin, J. A. (2004). Values: Reviving a Dormant Concept. *Annual Review of Sociology*, 30(1), 359–393. <http://doi.org/10.1146/annurev.soc.30.012703.110640>

Hogan, R., & Bond, M. H. (2009). Culture and personality. In G. MATTHEWS & P. J. CORR (Eds.), *The Cambridge handbook of personality psychology* (pp. 577–588). London: Cambridge University Press.

Hyman, H. H., & Wright, C. R. (1979). *Education's Lasting Influence on Values*. University Of Chicago Press.

IBGE. (2016). IBGE Estados@.

Inglehart, R. (2015). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton University Press. Retrieved from <https://books.google.com.br/books?id=ceUmrGEACAAJ>

Inkeles, A., & Smith, D. H. (2013). *Becoming Modern* (Vol. 3rd). Harvard University Press. Retrieved from <http://www.loc.gov/catdir/toc/fy042/2003043239.html>

Jagodzinski, W. (2009). The impact of religion on Values and Behavior. <http://doi.org/10.1080/08850600590882074>

Joffre Neto, J. M. (2001). *Câmaras municipais do Brasil: um estudo introdutório do afastamento dos Legistas Municipais de suas funções constitucionais*. Fundação Getúlio Vargas.

- Keng, K. A., Jung, K., Jiuan, T. S., & Wirtz, J. (2000). The influence of materialistic inclination on values, life satisfaction and aspirations: An empirical analysis. *Social Indicators Research*, 49(3), 317–333. <http://doi.org/10.1023/A:1006956602509>
- Kerbaui, M. T. M. (2005). As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, 11(2), 337–365. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762005000200003>
- Kirmanoglu, H., & Başlevant, C. (2012). Using basic personal values to test theories of union membership. *Socio-Economic Review*, 10(4), 683–703. <http://doi.org/10.1093/ser/mwr020>
- Klein, K. J., Dansereau, A., & Hall, R. J. (1994). Levels issues in theory development, data collection, and analysis. *Academy of Management Review*, 19(2), 195–229. Retrieved from papers3://publication/uuid/2F18C325-E744-4E2B-8435-5AC262394A1A
- Koehne, S., Schmidt, M. J., & Dziobek, I. (2015). The role of interpersonal movement synchronisation in empathic functions: Insights from Tango Argentino and Capoeira. *International Journal of Psychology*, 1–9. <http://doi.org/10.1002/ijop>.
- Lato, C. D. P. (2008). Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Curso de Pós-Graduação.
- Leal, V. N. (2012). *Coronelismo, Enxada e Voto* (4a Edição). São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Lee, J. a., Soutar, G. N., Daly, T. M., & Louviere, J. J. (2011). Schwartz Values Clusters in the United States and China. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42(2), 234–252. <http://doi.org/10.1177/0022022110396867>
- Leimgruber, P. (2011). Values and votes: The indirect effect of personal values on voting behavior. *Swiss Political Science Review*, 17(2), 107–127. <http://doi.org/10.1111/j.1662-6370.2011.02009.x>
- Lima, R. N. de, & Barreto, A. (2014). A carreira de vereador ea ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). *Pensamento Plural*, (12), 91–115. Retrieved from <http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3175>
- Limongi, F., & Figueiredo, A. (1998). Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: Revista de Cultura E Política*, (44). <http://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>
- Lopez, F. G. (2004). A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. *Revista de Sociologia E Política*, (22), 153–177. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782004000100012>
- Lopez, F., & Almeida, A. (2015). Legisladores, Captadores e Assistencialistas: a representação política no nível local. *Submetida À Revista DADOS*, 34.
- Lowry, R. (2015). *Concepts and Applications of Inferential Statistics*. Poughkeepsie: Vassar College.

- Luisa, M., Teixeira, M., Bilsky, W., Felix, B., Araujo, V. B. De, Marcia, S., & Domenico, R. De. (2009). Confrontando Estruturas de Valores: Um Estudo Comparativo entre PVQ-40 e PVQ-21. *Nature*, (1992), 1–16. <http://doi.org/10.4013/ver.2009.23.52.03>
- Luisa, M., Teixeira, M., Presbiteriana, U., Fabiano, M., Universidade, S., & Mackenzie, P. (2014). Characteristic Features of Brazilians' Basic Values, *14*(2), 139–152.
- Machado, D. D. O. (2012). *Relação entre Disciplina e Infidelidade Partidária na Câmara dos Deputados*.
- Maciel, N. R. A. (2014). Padrões espaciais de voto, bases sociais e políticas dos deputados federais brasileiros: um estudo comparado entre PT , PSDB , PMDB e PFL / DEM. In *38 Encontro Anual da Anpocs*.
- Maciel, N. R. A. (2014). *Velhas raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
- Mainwaring, S., & Pérez Liñan, A. (1997). Disciplina partidária: o caso da constituinte. *Legislative Studies Quarterly*.
- Manin, B. (1997). *The Principles of Representative Government*. (J. Goody, J. Dunn, & G. Hawthor, Eds.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Mansbridge, J. (2003). Rethinking Representation. *American Political Science Review*, *97*(4), 515–528. <http://doi.org/10.1017/S0003055403000856>
- Mansbridge, J. (1999). Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent “Yes.” *The Journal of Politics*, *61*(3), 628–657. <http://doi.org/10.2307/2647821>
- Marenco, A., & Serna, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *22*(64), 93–113. <http://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>
- Martino, F. A. (2016). *Seleção de um banco principal por prefeitos municipais: a influência de valores individuais em benefícios esperados*. UnB. Universidade de Brasília.
- McCready, W. C., & Greeley, A. M. (1976). *The Ultimate Values of the American Population*. SAGE Publications. Retrieved from <https://books.google.com.br/books?id=757YAAAAMAAJ>
- Mello, C. de. (2007). MS 26.603/DF. Brasília: Supremo Tribunal Federal.
- Melo, C. R. (2011). Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *26*(75), 57–71. <http://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100003>
- Melo, C. R. F. de. (2000). Partidos e Migração Partidária na Câmara dos. *Dados (Online)*, *43*(2), 00–00.

- Moksony, F. (1999). Small is Beautiful. The Use and Interpretation of R2 in Social Research. *Szociológiai Szemle*, 9(K), 130.
- Moreira-Almeida, A., Pinsky, I., Zaleski, M., & Laranjeira, R. (2010). Envolvimento religioso e fatores sociodemográficos: Resultados de um levantamento nacional no Brasil. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37(1), 18–25. <http://doi.org/10.1590/S0101-60832010000100003>
- Mulligan, K. (2008). The “Myth” of Moral Values Voting in the 2004 Presidential Election. *PS: Political Science & Politics*, 41(1), 109–114. <http://doi.org/10.1017/S1049096508080177>
- Neiva, P. R. P. (2011). Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. *Revista de Sociologia E Política*, 19(39), 183–196. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200013>
- Nicolau, J. (2015). Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014. *Em Debate*, 7(2), 29–41.
- Nicolau, J. M., & Schmitt, R. A. (1995). Sistema eleitoral e sistema partidário. *Lua Nova*. <http://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200008>
- Pace, N. L. (2011). Research methods for meta-analyses. *Best Practice and Research: Clinical Anaesthesiology*, 25(4), 523–533. <http://doi.org/10.1016/j.bpa.2011.08.005>
- Palermo, V. (2000). Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, 43(3), 521–557. <http://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300004>
- Paula, C. A. de. (2014). *Representantes dos estados? Um estudo sobre a representação política dos senadores brasileiros*. IESP/UERJ.
- Paulo, S. Â. O. (2010). A CONSTRUÇÃO JUDICIAL DAS REGRAS DE FIDELIDADE.
- Perissinotto, R. M., & Codato, A. (2008). Apresentação: por um retorno à Sociologia das elites. *Revista de Sociologia E Política*, 16(30), 7–15. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100002>
- Peugh, J. L. (2010). A practical guide to multilevel modeling. *Journal of School Psychology*, 48(1), 85–112. <http://doi.org/10.1016/j.jsp.2009.09.002>
- Pitkin, H. F. (2006). Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*, (67), 15–47.
- Pitkin, H. F. (1967). *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.
- Pogrebinschi, T. (2010). Moving away from liberal democracy. *Ash Center Democracy Seminar/HKSchool*.
- Power, T. J., & Zucco Jr, C. (2009). Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005 - A research communication. *Latin American Research Review*, 44(1), 218–246.

- Power, T. J., & Zucco, C. (2012). Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990-2009. *Latin American Politics and Society*, 54(4), 1–27. <http://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2012.00161.x>
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. De. (2011). Construindo a accountability em portais eletrônicos de Câmaras Municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1,), 116–138. <http://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100008>
- Reiner, L. (2001). Fidelidade partidária. *Consultoria Legislativa*, Junho.
- Reis, F. W. (2009). Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Mercado E Utopia*, 306–358. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000200004&script=sci_arttext
- Ribeiro, C. A. C. (2014). *Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. Sociologias* (Vol. 16). <http://doi.org/10.1590/15174522-016003711>
- Ribeiro, E. A. (2010). Mudança de Valores e Tolerância entre os Brasileiros. *Revista Mediações*, 15, 220–240. Retrieved from <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3713/5942>
- Rocha, M. M. da. (1997). Pesquisa UFJF com Vereadores. *Virtual Culture: Identity & Communication in Cybersociety*, 7–35.
- Rodrigues, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 31–47. <http://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100004>
- Rodrigues, L. M. (2009). *Partidos, ideologia e Composição Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Rodrigues, L. M. (2002). Os Partidos Brasileiros Representam algo? *Partidos, Ideologia e Composição Social*, 25–50.
- Rodrigues, M. (2009). *Partidos, ideologia e composição social*.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Ros, M., Schwartz, S. H., & Surkiss, S. (1999). Basic Individual Values, Work Values, and the Meaning of Work. *Applied Psychology: An International Review*, 48(1), 49–71. <http://doi.org/10.1080/026999499377664>
- Rousseau, D. M. (1985). Issues of level in organizational research: Multi-level and cross-level perspectives. *Research in Organizational Behavior*, 7, 1–38. <http://doi.org/0-89232-497-X>
- Samuels, D. (2006). Sources of Mass Partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 48(2), 1–27. <http://doi.org/10.1353/lap.2006.0026>
- Samuels, D. J., & Zucco, C. (2012). Using Facebook as a Subject Recruitment Tool for Survey-Experimental Research. *SSRN Electronic Journal*. <http://doi.org/10.2139/ssrn.2101458>

- Santos, F., & Vilarouca, M. (2004). *Relatório primeiro ano do governo Lula: Alinhamento partidário, trocas de legenda e (in)disciplina partidárias*. NECON. Retrieved from <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Executivo+e+Legislativo+na+nova+ordem+constitucional#0>
- Saroglou, V. (2002). Religion and the five factors of personality: A meta-analytic review. *Personality and Individual Differences*, 32(1), 15–25. [http://doi.org/10.1016/S0191-8869\(00\)00233-6](http://doi.org/10.1016/S0191-8869(00)00233-6)
- Saroglou, V., Delpierre, V., & Dernelle, R. (2004). Values and religiosity: A meta-analysis of studies using Schwartz's model. *Personality and Individual Differences*, 37(4), 721–734. <http://doi.org/10.1016/j.paid.2003.10.005>
- Schmider, E., Ziegler, M., Danay, E., Beyer, L., & Bühner, M. (2010). Is It Really Robust?: Reinvestigating the robustness of ANOVA against violations of the normal distribution assumption. *Methodology*, 6(4), 147–151. <http://doi.org/10.1027/1614-2241/a000016>
- Schmitt, R. (1999). Migração Partidária e Reeleição. *Novos Estudos*, 54, 127–146.
- Schwartz, M. S. (2005). Universal moral values for corporate codes of ethics. *Journal of Business Ethics*, 59(1), 27–44. <http://doi.org/10.1007/s10551-005-3403-2>
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and content of human values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19–45.
- Schwartz, S. H. (2003). A Proposal for Measuring Value Orientations across Nations. *Questionnaire Package of the European Social Survey*, 259–319.
- Schwartz, S. H. (2014). Rethinking the Concept and Measurement of Societal Culture in Light of Empirical Findings. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 45, 5–13. <http://doi.org/10.1177/0022022113490830>
- Schwartz, S. H., Verkasalo, M., Antonovsky, A., & Sagiv, L. (1997). Value priorities and social desirability: much substance, some style. *British Journal of Social Psychology*, 36, 3–18. <http://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1997.tb01115.x>
- Schwartz, S. H. (1995). Values in the West: a theoretical and empirical challenge to the individualism-collectivism cultural dimension. *World Psychology*, 1(2), 91–122.
- Schwartz, S. H. (1964). Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 25, pp. 1–65).
- Schwartz, S. H. (2012). An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2, 1–20. <http://doi.org/http://dx.doi.org/http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1116>
- Schwartz, S. H. (2006). Basic Human Values: Theory, Measurement, and Applications. *Revue Française de Sociologie*, 4(47).

- Schwartz, S. H. (2011). Studying Values: Personal Adventure, Future Directions. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42(2), 307–319. <http://doi.org/10.1177/0022022110396925>
- Schwartz, S. H. (2014). Functional theories of human values: Comment on Gouveia, Milfont, and Guerra (2014). *Personality and Individual Differences*, 68, 247–249. <http://doi.org/10.1016/j.paid.2014.03.024>
- Schwartz, S. H. (2007). Value orientations: measurement, antecedents and consequences across nations. In G. Jowell, R., Roberts, C., Fitzgerald, R. & Eva (Ed.), *Measuring attitudes cross-nationally - lessons from the European Social Survey* (pp. 169–204). Londres: Sage. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.4135/9781849209458>
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In *Advances in experimental social psychology* (pp. 1–65). San Diego: Academic PRes.
- Schwartz, S. H., & Boehnke, K. (2004). Evaluating the structure of human values with confirmatory factor analysis. *Journal of Research in Personality*, 38(3), 230–255. [http://doi.org/10.1016/S0092-6566\(03\)00069-2](http://doi.org/10.1016/S0092-6566(03)00069-2)
- Schwartz, S. H., Caprara, G. V., & Vecchione, M. (2010). Basic Personal Values, Core Political Values, and Voting: A Longitudinal Analysis. *Political Psychology*, 31(3), 421–452. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00764.x>
- Schwartz, S. H., Caprara, G. V., Vecchione, M., Bain, P., Bianchi, G., Caprara, M. G., ... Zaleski, Z. (2014). Basic Personal Values Underlie and Give Coherence to Political Values: A Cross National Study in 15 Countries. *Political Behavior*, 36(4), 899–930. <http://doi.org/10.1007/s11109-013-9255-z>
- Schwartz, S. H., & Cieciuch, J. (2016). Values. In & F. L. D. Bartram, F. Cheung, K Geisinger, J. Hattie, D. Iliescu (Ed.), *International Test Commission Handbook of Testing and Assessment* (pp. 106–119). New York: Oxford University Press.
- Schwartz, S. H., Cieciuch, J., Vecchione, M., Davidov, E., Fischer, R., Beierlein, C., ... Konty, M. (2012). The number of distinct basic values and theirs structure assessed by PVQ-40. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103(4), 663–688. <http://doi.org/10.1037/a0029393>
- Schwartz, S. H., Cieciuch, J., Vecchione, M., Davidov, E., Fischer, R., Beierlein, C., ... Konty, M. (2012). Refining the theory of basic individual values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103(4), 663–688. <http://doi.org/10.1037/a0029393>
- Schwartz, S. H., Melech, G., Lehmann, A., Burgess, S., Harris, M., & Owens, V. (2001). Extending the Cross-Cultural Validity of the Theory of Basic Human Values with a Different Method of Measurement. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32(5), 519–542. <http://doi.org/10.1177/0022022101032005001>
- Selya, A. S., Rose, J. S., Dierker, L. C., Hedeker, D., & Mermelstein, R. J. (2012). A practical guide to calculating Cohen's f^2 , a measure of local effect size, from PROC MIXED. *Frontiers in Psychology*, 3(APR), 1–6. <http://doi.org/10.3389/fpsyg.2012.00111>

Sieyès, E. J. (1789). *Vues sur les moyens d'exécution dont les représentants de la France pourront ...* Retrieved from <http://books.google.com/books?id=aZ19asJdUaQC&pgis=1>

Sieyès, E. J. (2003). *Political Writings*. (M. Sonenscher, Ed. & Trans.). Indianapolis: Hackett.

Silva, A. C., & Santos, P. P. dos. (2013). O Princípio da Fidelidade Partidária e a possibilidade de perda de mandato por sua violação: uma análise segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *Revista Do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, 11(14), 13–34.

Silva, F. L. M., Vasselai, F., Silveira, M. P. de L., Magalhães, R. N., & Simoni Jr, S. (2013). *Programa Bolsa Família e a Performance Eleitoral dos Incumbentes Municipais*. São Paulo. Retrieved from http://nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo_64_Mesa_9.2_-_Fabio_Lacerda_et_all_III_SD_2013.pdf

Silver, N. (2012). Which Polls Fared Best (and Worst) in the 2012 Presidential Race. Retrieved November 11, 2016, from https://fivethirtyeight.blogs.nytimes.com/2012/11/10/which-polls-fared-best-and-worst-in-the-2012-presidential-race/?_r=0#more-37396

Smith, A. (1776). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. *Os Economistas*.

Smith, P. B. (2002). Levels of Analysis in Cross-Cultural Psychology Levels of Analysis in Cross-Cultural Psychology, 2, 1–9.

Social, S., & Oct, N. (2011). A Value Based Index for Measuring National Quality of Life Author (s): Ed Diener A VALUE BASED INDEX FOR MEASURING NATIONAL OF LIFE QUALITY, 36(2), 107–127.

Spates, J. L. (1983). The sociology of Values. *Annual Review of Sociology*, 9(2), 27–49.

Tamayo, A., & Porto, J. B. (2009). Validação do Questionário de Perfis de Valores (QPV) no Brasil. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 25(3), 369–376. <http://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300010>

Tamir, M., Schwartz, S. H., Cieciuch, J., Riediger, M., Torres, C., Scollon, C., ... Vishkin, A. (2015). Desired Emotions Across Cultures: A Value-Based Account. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1–16. <http://doi.org/10.1037/pspp0000072>

Tomio, F. R. de L. (2002). A criação de municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48). <http://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100006>

Torres, C., Schwartz, S. H., & Nascimento, T. G. (2016). A Teoria de Valores Refinada: associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva. *Psicologia USP*, 27(2), 1–16. <http://doi.org/10.1590/0103-656420150045>

Vecchione, M., & Caprara, G. V. (2009). Personality determinants of political participation: The contribution of traits and self-efficacy beliefs. *Personality and Individual Differences*, 46(4), 487–492. <http://doi.org/10.1016/j.paid.2008.11.021>

- Vecchione, M., Caprara, G., Dentale, F., & Schwartz, S. H. (2013). Voting and values: Reciprocal effects over time. *Political Psychology, 34*(4), 465–485. <http://doi.org/10.1111/pops.12011>
- Vecchione, M., González Castro, J. L., & Caprara, G. V. (2011). Voters and leaders in the mirror of politics: Similarity in personality and voting choice in Italy and Spain. *International Journal of Psychology, 46*(4), 259–270. <http://doi.org/10.1080/00207594.2010.551124>
- Vecchione, M., Schoen, H., Castro, J. L. G., Ciecuch, J., Pavlopoulos, V., & Caprara, G. V. (2011). Personality correlates of party preference: The Big Five in five big European countries. *Personality and Individual Differences, 51*(6), 737–742. <http://doi.org/10.1016/j.paid.2011.06.015>
- Vieira, O. V. (2008). Supremocracia. *Revista Direito GV, 4*(2), 441–464. <http://doi.org/10.1590/S1808-24322008000200005>
- Vieira, S. M., & Maciel, N. (2011). Os partidos brasileiros são todos iguais? A análise das diferenças entre os partidos segundo documentos políticos. In *35 Encontro Anual da ANPOCS* (p. 30).
- Weeden, J., & Kurzban, R. (2013). What predicts religiosity? A multinational analysis of reproductive and cooperative morals. *Evolution and Human Behavior, 34*(6), 440–445. <http://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2013.08.006>
- Werneck Vianna, L., Burgos, M. B., & Salles, P. M. (2007). Dezesete anos de judicialização da política. *Tempo Social, Revista de Sociologia Da USP, 19*(2), 39–85. <http://doi.org/10.1590/S0103-20702007000200002>
- Werneck, V. (2011). *Evangélicos e a representação política descritiva no Congresso brasileiro : uma agenda de pesquisas*.
- Whitehead, J., Telfer, H., & Lambert, J. (2013). *Values in Youth Sport and Physical Education*. New York: Routledge. Retrieved from <https://books.google.com.br/books?id=vuNJAgAAQBAJ>
- Zaller, J. (1991). Information, Values, and Opinion. *American Political Science Review, 85*(4), 1215–1237. <http://doi.org/10.2307/1963943>
- Zaller, J. R. (1992). *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zasuwa, G. (2015). Basic values and attitudes toward cause-related marketing. *Research Papers of Wrocław University of Economics, (387)*, 214–228.
- Zucco Jr., C. (2011). Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *O Congresso Por Ele Mesmo: Autopercepções Da Classe Política Brasileira, 37–60*.
- Zucco, C. (2009). Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. *The Journal of Politics, 71*(3), 1076–1092. <http://doi.org/10.1017/S0022381609090896>

Zucco, C., & Power, T. J. (2013). Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002–2006: A Reply to Bohn. *Latin American Research Review*, 48(2), 3–24. <http://doi.org/10.1353/lar.2013.0018>

schwartz Ch 9 FINAL published. (n.d.).

World Values Survey. (n.d.). Retrieved June 5, 2016, from <http://www.worldvaluessurvey.org/>

A Comparison of Results from Surveys by the Pew Research Center and Google Consumer Surveys No Title. (2012). Retrieved September 8, 2016, from <http://www.peoplepress.org/2012/11/07/a-comparison-of-results-from-surveys-by-the-pew-research-center-and-google-consumer-surveys/>

Allport-Vernon-Lindzey Study of Values. (2008). In *A Dictionary of Psychology*. Oxford University. <http://doi.org/10.1093/oi/authority.20110803095404550>

APÊNDICE A - Sintaxe do SPSS¹¹

```

COMPUTE SDT = MEAN(SDT1,SDT2,SDT3) .
EXECUTE .
COMPUTE SDA = MEAN(SDA1,SDA2,SDA3) .
EXECUTE .
COMPUTE ST = MEAN(ST1,ST2,ST3) .
EXECUTE .
COMPUTE HE = MEAN(HE1,HE2,HE3) .
EXECUTE .
COMPUTE AC = MEAN(AC1,AC2,AC3) .
EXECUTE .
COMPUTE POD = MEAN(POD1,POD2,POD3) .
EXECUTE .
COMPUTE POR = MEAN(POR1,POR2,POR3) .
EXECUTE .
COMPUTE FAC = MEAN(FAC1,FAC2,FAC3) .
EXECUTE .
COMPUTE SEP = MEAN(SEP1,SEP2,SEP3) .
EXECUTE .
COMPUTE SES = MEAN(SES1,SES2,SES3) .
EXECUTE .
COMPUTE TR = MEAN(TR1,TR2,TR3) .
EXECUTE .
COMPUTE COR = MEAN(COR1,COR2,COR3) .
EXECUTE .
COMPUTE COI = MEAN(COI1,COI2,COI3) .
EXECUTE .
COMPUTE HUM = MEAN(HUM1,HUM2,HUM3) .
EXECUTE .
COMPUTE UNN = MEAN(UNN1,UNN2,UNN3) .
EXECUTE .
COMPUTE UNC = MEAN(UNC1,UNC2,UNC3) .
EXECUTE .
COMPUTE UNT = MEAN(UNT1,UNT2,UNT3) .
EXECUTE .
COMPUTE BEC = MEAN(BEC1,BEC2,BEC3) .
EXECUTE .
COMPUTE BED = MEAN(BED1,BED2,BED3) .
EXECUTE .

```

¹¹ A primeira versão completa da sintaxe foi elaborada pelo autor da pesquisa, que depois a consolidou com uma elaboração enviada por Claudio Torres (UnB).

```

COMPUTE MRAT_V =
MEAN(SDT1,SDT2,SDT3,SDA1,SDA2,SDA3,ST1,ST2,ST3,HE1,HE2,HE3,AC1,AC2,AC3
,POD1,POD2,POD3,POR1,POR2,POR3,FAC1,FAC2,FAC3,SEP1,SEP2,SEP3,SES1,SES2,S
ES3,TR1,TR2,TR3,COR1,COR2,COR3,COI1,COI2,COI3,HUM1,HUM2,HUM3,UNN1,UN
N2,UNN3,UNC1,UNC2,UNC3,UNT1,UNT2,UNT3,BEC1,BEC2,BEC3,BED1,BED2,BED3
).
EXECUTE .

```

```

COMPUTE SDT1c = SDT1 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS SDT1c 'SDT1c' .
EXECUTE .
COMPUTE SDT2c = SDT2 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS SDT2c 'SDT2c' .
EXECUTE .
COMPUTE SDT3c = SDT3 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS SDT3c 'SDT3c' .
EXECUTE .

```

```

COMPUTE SDA1c = SDA1 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS SDA1c 'SDA1c' .
EXECUTE .
COMPUTE SDA2c = SDA2 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS SDA2c 'SDA2c' .
EXECUTE .
COMPUTE SDA3c = SDA3 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS SDA3c 'SDA3c' .
EXECUTE .

```

```

COMPUTE ST1c = ST1 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS ST1c 'ST1c' .
EXECUTE .
COMPUTE ST2c = ST2 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS ST2c 'ST2c' .
EXECUTE .
COMPUTE ST3c = ST3 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS ST3c 'ST3c' .
EXECUTE .

```

```

COMPUTE HE1c = HE1 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS HE1c 'HE1c' .
EXECUTE .
COMPUTE HE2c = HE2 - MRAT_V .
VARIABLE LABELS HE2c 'HE2c' .

```

```
EXECUTE .  
COMPUTE HE3c = HE3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS HE3c 'HE3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE AC1c = AC1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS AC1c 'AC1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE AC2c = AC2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS AC2c 'AC2c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE AC3c = AC3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS AC3c 'AC3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE POD1c = POD1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS POD1c 'POD1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE POD2c = POD2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS POD2c 'POD2c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE POD3c = POD3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS POD3c 'POD3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE POR1c = POR1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS POR1c 'POR1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE POR2c = POR2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS POR2c 'POR2c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE POR3c = POR3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS POR3c 'POR3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE FAC1c = FAC1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS FAC1c 'FAC1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE FAC2c = FAC2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS FAC2c 'FAC2c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE FAC3c = FAC3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS FAC3c 'FAC3c' .
```

EXECUTE .

COMPUTE SEP1c = SEP1 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS SEP1c 'SEP1c' .

EXECUTE .

COMPUTE SEP2c = SEP2 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS SEP2c 'SEP2c' .

EXECUTE .

COMPUTE SEP3c = SEP3 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS SEP3c 'SEP3c' .

EXECUTE .

COMPUTE SES1c = SES1 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS SES1c 'SES1c' .

EXECUTE .

COMPUTE SES2c = SES2 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS SES2c 'SES2c' .

EXECUTE .

COMPUTE SES3c = SES3 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS SES3c 'SES3c' .

EXECUTE .

COMPUTE TR1c = TR1 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS TR1c 'TR1c' .

EXECUTE .

COMPUTE TR2c = TR2 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS TR2c 'TR2c' .

EXECUTE .

COMPUTE TR3c = TR3 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS TR3c 'TR3c' .

EXECUTE .

COMPUTE COR1c = COR1 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS COR1c 'COR1c' .

EXECUTE .

COMPUTE COR2c = COR2 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS COR2c 'COR2c' .

EXECUTE .

COMPUTE COR3c = COR3 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS COR3c 'COR3c' .

EXECUTE .

COMPUTE COI1c = COI1 - MRAT_V .

VARIABLE LABELS COI1c 'COI1c' .

```
EXECUTE .  
COMPUTE COI2c = COI2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS COI2c 'COI2c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE COI3c = COI3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS COI3c 'COI3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE HUM1c = HUM1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS HUM1c 'HUM1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE HUM2c = HUM2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS HUM2c 'HUM2c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE HUM3c = HUM3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS HUM3c 'HUM3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNN1c = UNN1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNN1c 'UNN1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE UNN2c = UNN2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNN2c 'UNN2c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE UNN3c = UNN3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNN3c 'UNN3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNC1c = UNC1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNC1c 'UNC1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE UNC2c = UNC2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNC2c 'UNC2c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE UNC3c = UNC3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNC3c 'UNC3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNT1c = UNT1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNT1c 'UNT1c' .  
EXECUTE .  
COMPUTE UNT2c = UNT2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNT2c 'UNT2c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNT3c = UNT3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS UNT3c 'UNT3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BEC1c = BEC1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS BEC1c 'BEC1c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BEC2c = BEC2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS BEC2c 'BEC2c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BEC3c = BEC3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS BEC3c 'BEC3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BED1c = BED1 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS BED1c 'BED1c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BED2c = BED2 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS BED2c 'BED2c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BED3c = BED3 - MRAT_V .  
VARIABLE LABELS BED3c 'BED3c' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNNc = MEAN(UNN1c,UNN2c,UNN3c) .  
VARIABLE LABELS UNNc 'UNN centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNTc = MEAN(UNT1c,UNT2c,UNT3c) .  
VARIABLE LABELS UNTc 'UNT centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNCc = MEAN(UNC1c,UNC2c,UNC3c) .  
VARIABLE LABELS UNCc 'UNC centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BEDc = MEAN(BED1c,BED2c,BED3c) .  
VARIABLE LABELS BEDc 'BED centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BECc = MEAN(BEC1c,BEC2c,BEC3c) .  
VARIABLE LABELS BECc 'BEC centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE HUMc = MEAN(HUM1c,HUM2c,HUM3c) .  
VARIABLE LABELS HUMc 'HUM centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE COIc = MEAN(COI1c,COI2c,COI3c) .  
VARIABLE LABELS COIc 'COI centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE CORc = MEAN(COR1c,COR2c,COR3c) .  
VARIABLE LABELS CORc 'COR centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE FACc = MEAN(FAC1c,FAC2c,FAC3c) .  
VARIABLE LABELS FACc 'FAC centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE PORc = MEAN(POR1c,POR2c,POR3c) .  
VARIABLE LABELS PORc 'POR centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE PODc = MEAN(POD1c,POD2c,POD3c) .  
VARIABLE LABELS PODc 'POD centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE ACc = MEAN(AC1c,AC2c,AC3c) .  
VARIABLE LABELS ACc 'AC centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE HEc = MEAN(HE1c,HE2c,HE3c) .  
VARIABLE LABELS HEc 'HE centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE STc = MEAN(ST1c,ST2c,ST3c) .  
VARIABLE LABELS STc 'ST centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE SDAc = MEAN(SDA1c,SDA2c,SDA3c) .  
VARIABLE LABELS SDAc 'SDA centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE SDTc = MEAN(SDT1c,SDT2c,SDT3c) .  
VARIABLE LABELS SDTc 'SDT centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNNc = MEAN(UNN1c,UNN2c,UNN3c) .  
VARIABLE LABELS UNNc 'UNN centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNTc = MEAN(UNT1c,UNT2c,UNT3c) .  
VARIABLE LABELS UNTc 'UNT centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE UNCc = MEAN(UNC1c,UNC2c,UNC3c) .  
VARIABLE LABELS UNCc 'UNC centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BEDc = MEAN(BED1c,BED2c,BED3c) .  
VARIABLE LABELS BEDc 'BED centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE BECc = MEAN(BEC1c,BEC2c,BEC3c) .  
VARIABLE LABELS BECc 'BEC centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE HUMc = MEAN(HUM1c,HUM2c,HUM3c) .  
VARIABLE LABELS HUMc 'HUM centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE TRc = MEAN(TR1c,TR2c,TR3c) .  
VARIABLE LABELS TRc 'TR centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE COIc = MEAN(COI1c,COI2c,COI3c) .  
VARIABLE LABELS COIc 'COI centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE CORc = MEAN(COR1c,COR2c,COR3c) .  
VARIABLE LABELS CORc 'COR centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE FACc = MEAN(FAC1c,FAC2c,FAC3c) .  
VARIABLE LABELS FACc 'FAC centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE SESc = MEAN(SES1c,SES2c,SES3c) .  
VARIABLE LABELS SESc 'SES centered score' .  
EXECUTE .
```

```
COMPUTE SEPc = MEAN(SEP1c,SEP2c,SEP3c) .
VARIABLE LABELS SEPc 'SEP centered score' .
EXECUTE .
```

```
COMPUTE PORc = MEAN(POR1c,POR2c,POR3c) .
VARIABLE LABELS PORc 'POR centered score' .
EXECUTE .
```

```
COMPUTE PODc = MEAN(POD1c,POD2c,POD3c) .
VARIABLE LABELS PODc 'POD centered score' .
EXECUTE .
```

```
COMPUTE ACc = MEAN(AC1c,AC2c,AC3c) .
VARIABLE LABELS ACc 'AC centered score' .
EXECUTE .
```

```
COMPUTE HEc = MEAN(HE1c,HE2c,HE3c) .
VARIABLE LABELS HEc 'HE centered score' .
EXECUTE .
```

```
COMPUTE STc = MEAN(ST1c,ST2c,ST3c) .
VARIABLE LABELS STc 'ST centered score' .
EXECUTE .
```

```
COMPUTE SDAc = MEAN(SDA1c,SDA2c,SDA3c) .
VARIABLE LABELS SDAc 'SDA centered score' .
EXECUTE .
```

```
COMPUTE SDTc = MEAN(SDT1c,SDT2c,SDT3c) .
VARIABLE LABELS SDTc 'SDT centered score' .
EXECUTE .
```

```
FREQUENCIES VARIABLES=SDT SDA ST HE AC POD POR FAC SEP SES TR COR
COI HUM UNN UNC UNT BEC BED
/STATISTICS=VARIANCE MEAN MEDIAN MODE
/ORDER=ANALYSIS.
```

```
* Encoding: UTF-8.
** H1a
```

```
DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.
```

```

REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT base
/METHOD=ENTER FACc PORc PODc PartidoDoPrefeito2016 d_partido2012_1
d_partido2012_2 d_partido2012_3
d_partido2012_4 d_partido2012_5 d_partido2012_6 d_partido2012_7 d_partido2012_8
d_partido2012_9
d_partido2012_10 d_partido2012_11 d_partido2012_12 d_partido2012_13
d_partido2012_14
d_partido2012_15.

```

** H1a sem o controle por partidos políticos

```

DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT base
/METHOD=ENTER FACc PORc PODc PartidoDoPrefeito2016.

```

** H1b

```

DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT base
/METHOD=ENTER SDTc STc d_partido2012_1 d_partido2012_2 d_partido2012_3
d_partido2012_4 d_partido2012_5 d_partido2012_6 d_partido2012_7 d_partido2012_8
d_partido2012_9
d_partido2012_10 d_partido2012_11 d_partido2012_12 d_partido2012_13
d_partido2012_14
d_partido2012_15 PartidoDoPrefeito2016.

```

** H1b alternativo

```

DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.

```

REGRESSION

```

/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT base
/METHOD=ENTER SDTc STc PartidoDoPrefeito2016.

```

** H1a + H1b

REGRESSION

```

/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT base
/METHOD=ENTER d_partido2012_1 d_partido2012_2 d_partido2012_3
d_partido2012_4 d_partido2012_5 d_partido2012_6 d_partido2012_7 d_partido2012_8
d_partido2012_9
d_partido2012_10 d_partido2012_11 d_partido2012_12 d_partido2012_13
d_partido2012_14
d_partido2012_15 FACc PORc PODc STc SDTc PartidoDoPrefeito2016.

```

* H1a + H1b alternativo

REGRESSION

```

/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT base
/METHOD=ENTER FACc PORc PODc STc SDTc PartidoDoPrefeito2016.

```

** H2a

REGRESSION

```

/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT MudouDePartido
/METHOD=ENTER d_partido2012_1 d_partido2012_2 d_partido2012_3
d_partido2012_4 d_partido2012_5 d_partido2012_6 d_partido2012_7 d_partido2012_8
d_partido2012_9

```

d_partido2012_10 d_partido2012_11 d_partido2012_12 d_partido2012_13
d_partido2012_14
d_partido2012_15 PartidoDoPrefeito2016 COIc CORc TRc SESc SEPC.

** H2a sem valores

REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT MudouDePartido
/METHOD=ENTER d_partido2012_1 d_partido2012_2 d_partido2012_3
d_partido2012_4 d_partido2012_5 d_partido2012_6 d_partido2012_7 d_partido2012_8
d_partido2012_9
d_partido2012_10 d_partido2012_11 d_partido2012_12 d_partido2012_13
d_partido2012_14
d_partido2012_15 PartidoDoPrefeito2016.

** H2a sem partidos

REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT MudouDePartido
/METHOD=ENTER PartidoDoPrefeito2016 COIc CORc TRc SESc SEPC.

** H2b

REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT MudouDePartido
/METHOD=ENTER d_partido2012_1 d_partido2012_2 d_partido2012_3
d_partido2012_4 d_partido2012_5 d_partido2012_6 d_partido2012_7 d_partido2012_8
d_partido2012_9
d_partido2012_10 d_partido2012_11 d_partido2012_12 d_partido2012_13
d_partido2012_14
d_partido2012_15 PartidoDoPrefeito2016 SDAc STc.

** H2b Alternativa

```
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT MudouDePartido
/METHOD=ENTER PartidoDoPrefeito2016 SDAc STc.
```

** H2a + H2b

```
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT MudouDePartido
/METHOD=ENTER d_partido1 d_partido2 d_partido3 d_partido4 d_partido5 d_partido6
d_partido7
d_partido8 d_partido9 d_partido10 d_partido11 d_partido12 d_partido13 d_partido14
d_partido15
PartidoDoPrefeito2016 COIc CORc TRc SESc SEPc STc SDAc.
```

** Hipóteses 3

```
DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.
T-TEST GROUPS=ESQxDIR_ESPECTRO1(1 2)
/MISSING=ANALYSIS
/VARIABLES=HO_OpennessCTR HO_ConservationCTR HO_SelfTranCTR
HO_SelfEnhanCTR
/CRITERIA=CI(.95).
```

** H3a Openness

```
DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.
T-TEST GROUPS=ESQxDIR_ESPECTRO1(1 2)
/MISSING=ANALYSIS
/VARIABLES=HO_OpennessCTR
/CRITERIA=CI(.95).
```

** H3b Conservation

```
DATASET ACTIVATE ConjuntodeDados1.
```

```
T-TEST GROUPS=ESQxDIR_ESPECTRO1(1 2)
/MISSING=ANALYSIS
/VARIABLES=HO_ConservationCTR
/CRITERIA=CI(.95).
```

** H3c Selftrans

```
DATASET ACTIVATE ConjuntodeDatos1.
T-TEST GROUPS=ESQxDIR_ESPECTRO1(1 2)
/MISSING=ANALYSIS
/VARIABLES=HO_SelfTranCTR
/CRITERIA=CI(.95).
```

** H3d Autopromo

```
DATASET ACTIVATE ConjuntodeDatos1.
T-TEST GROUPS=ESQxDIR_ESPECTRO1(1 2)
/MISSING=ANALYSIS
/VARIABLES=HO_SelfEnhanCTR
/CRITERIA=CI(.95).
```

** Hipótesis 4

**H4a

```
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT EspectroIdeologico2012
/METHOD=ENTER COIc CORc TRc SESc SEPc.
```

** H4b

```
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT EspectroIdeologico2012
/METHOD=ENTER UNNc UNTc UNCc BEDc BECc.
```

** H4a+H4b

```

REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT EspectroIdeologico2012
/METHOD=ENTER UNNc UNTc UNCc BEDc BECc COIc CORc TRc SESc SEPC.

```

**** Criar Dummies para partidos**

```

RECODE Partido2012 ('DEM'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_1.
VARIABLE LABELS d_partido2012_1 'PMDB versus DEM'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PCdoB'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_2.
VARIABLE LABELS d_partido2012_2 'PMDB versus PCdoB'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PDT'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_3.
VARIABLE LABELS d_partido2012_3 'PMDB versus PDT'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PV'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_4.
VARIABLE LABELS d_partido2012_4 'PMDB versus PV'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PP'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_5.
VARIABLE LABELS d_partido2012_5 'PMDB versus PP'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PPS'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_6.
VARIABLE LABELS d_partido2012_6 'PMDB versus PPS'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PTC'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_7.
VARIABLE LABELS d_partido2012_7 'PMDB versus PTC'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PR'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_8.
VARIABLE LABELS d_partido2012_8 'PMDB versus PR'.
EXECUTE.

```

```

RECODE Partido2012 ('PSB'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_9.

```

```
VARIABLE LABELS d_partido2012_9 'PMDB versus PSB'.  
EXECUTE.
```

```
RECODE Partido2012 ('PSC'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_10.  
VARIABLE LABELS d_partido2012_10 'PMDB versus PSC'.  
EXECUTE.
```

```
RECODE Partido2012 ('PSD'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_11.  
VARIABLE LABELS d_partido2012_11 'PMDB versus PSD'.  
EXECUTE.
```

```
RECODE Partido2012 ('PSDB'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_12.  
VARIABLE LABELS d_partido2012_12 'PMDB versus PSDB'.  
EXECUTE.
```

```
RECODE Partido2012 ('PT'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_13.  
VARIABLE LABELS d_partido2012_13 'PMDB versus PT'.  
EXECUTE.
```

```
RECODE Partido2012 ('PTB'=1) (ELSE=0) INTO d_partido2012_14.  
VARIABLE LABELS d_partido2012_14 'PMDB versus PTB'.  
EXECUTE.
```

```
RECODE Partido2012 ('PMDB'=0) ('DEM'=0) ('PCdoB'=0) ('PDT'=0) ('PV'=0) ('PP'=0)  
('PPS'=0) ('PTC'=0) ('PR'=0) ('PSB'=0) ('PSC'=0) ('PSD'=0) ('PSDB'=0) ('PT'=0) ('PTB'=0)  
(ELSE=1) INTO d_partido2012_15.  
VARIABLE LABELS d_partido2012_15 'PMDB versus Nanicos'.  
EXECUTE.
```

APÊNDICE B – Questionário

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

Obrigado por participar!

1. Nome do vereador *

2. Gênero do vereador *

Masculino

Feminino

3. Cidade do vereador *

4. Estado do Vereador *

Bom dia, tudo bem? Meu nome é _____ e faço parte de uma pesquisa desenvolvida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. A pesquisa busca entender melhor as câmaras de vereadores das cidades com mais de 200 mil eleitores. Sorteamos seu nome entre os quase 2000 vereadores presentes nessas cidades, e contamos com a sua contribuição, que acima de tudo beneficia a pesquisa feita em universidade pública brasileira.

Sua participação é 100% sigilosa e anônima e seu nome não será divulgado em qualquer momento, a não ser que você assim escolha no final das perguntas. Esta ligação não está sendo gravada. O questionário demora em torno de 10 minutos e cada resposta que conseguimos é fundamental.

Qualquer dúvida o pesquisador principal pode ser encontrado no email vverneck@iesp.uerj.br.

Como dissemos, o tempo total é de aproximadamente 10 minutos.

Seguir

0%

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

Save and continue survey later

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

Página 2 de 3.

Descreveremos resumidamente agora diferentes homens. Leremos cada descrição e pedimos que o senhor considere o quanto cada um deles é semelhante a você ou não. Me diga a opção que indica o quanto esse homem descrito se parece com você.

As respostas variam entre 1 e 6, sendo 1 "Não se parece nada comigo", 2 "Não se parece comigo", 3 "Se parece pouco comigo", 4 "Se parece mais ou menos comigo", 5 "Se parece comigo" e 6 "Se parece muito comigo." Ou seja, suas respostas devem ficar entre 1, "Não se parece nada comigo" e 6 "Se parece muito comigo".

Quanto este homem se parece com você? *

| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
|---|---------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|
| 1) É importante para ele formar suas visões de maneira independente. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 2) É importante para ele que seu país esteja seguro e estável. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 3) É importante para ele se entreter. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 4) É importante para ele evitar chatear as pessoas. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 5) É importante para ele que as pessoas fracas e vulneráveis da sociedade sejam protegidas. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 6) É importante para ele que as pessoas façam o que ele diz que deveriam fazer. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 7) É importante para ele nunca pensar que ele merece mais do que os outros. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 8) É importante para ele tomar conta da natureza. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 9) É importante para ele que ninguém jamais o envergonhe. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
|---|---------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|
| 10) É importante para ele sempre procurar coisas diferentes para fazer. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 11) É importante para ele cuidar das pessoas das quais ele se sente próximo. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 12) É importante para ele ter o poder que o dinheiro pode trazer. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 13) É muito importante para ele evitar doenças e proteger a sua saúde. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 14) É importante para ele ser tolerante com todos os tipos de pessoas e grupos. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 15) É importante para ele nunca violar as regras ou regulamentos. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
| 16) É importante para ele tomar suas próprias decisões a respeito da sua vida. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 17) É importante para ele ter ambições na vida. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 18) É importante para ele manter tanto os valores, quanto as formas de pensar tradicionais. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 19) É importante para ele que as pessoas que ele conhece tenham total confiança nele. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 20) É importante para ele ser rico. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 21) É importante para ele tomar parte nas atividades que defendam a natureza. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 22) É importante para ele nunca irritar alguém. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 23) É importante para ele desenvolver suas próprias opiniões. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 24) É importante para ele proteger sua imagem pública. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
|--|---------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|
| 25) É muito importante para ele ajudar as pessoas que lhe são queridas. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 26) É importante para ele estar seguro pessoalmente. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 27) É importante para ele ser um amigo confiável e fiel. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 28) É importante para ele assumir riscos que fazem a vida ficar excitante. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 29) É importante para ele ter poder para conseguir com que as pessoas façam o que ele quer. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 30) É importante para ele planejar suas atividades de forma independente. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
| 31) É importante para ele seguir as regras mesmo se ninguém estiver olhando. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 32) É importante para ele ter muito sucesso. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 33) É importante para ele seguir os costumes da sua família ou os costumes de uma religião. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 34) É importante para ele ouvir e compreender as pessoas que são diferentes dele. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 35) É importante para ele ter um Estado forte que possa defender seus cidadãos. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 36) É importante para ele desfrutar dos prazeres da vida. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 37) É importante para ele que todas as pessoas no mundo tenham oportunidades iguais na vida. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 38) É importante para ele ser humilde. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
|--|---------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|
| 39) É importante para ele descobrir as coisas por si mesmo. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 40) É importante para ele honrar as práticas tradicionais da sua cultura. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 41) É importante para ele ser a pessoa que diz aos outros o que fazer. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 42) É importante para ele obedecer todas as Leis. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 43) É importante para ele ter todos os tipos de experiências novas. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 44) É importante para ele ter coisas caras que mostram a sua riqueza. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 45) É importante para ele proteger o ambiente natural da destruição ou poluição. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
| 46) É importante para ele aproveitar qualquer oportunidade de se divertir. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 47) É importante para ele se preocupar com todas as necessidades das suas pessoas queridas. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 48) É importante para ele que as pessoas reconheçam o que ele alcança. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 49) É importante para ele nunca ser humilhado. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 50) É importante para ele que seu país se proteja de todas as ameaças. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 51) É importante para ele nunca deixar as outras pessoas com raiva. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 52) É importante para ele que todos sejam tratados com justiça, mesmo pessoas que ele não conhece. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 53) É importante para ele evitar qualquer coisa perigosa. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

| | Não se parece nada comigo | Não se parece comigo | Se parece pouco comigo | Se parece mais ou menos comigo | Se parece comigo | Se parece muito comigo |
|---|---------------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|
| 54) É importante para ele estar satisfeito com o que ele tem e não querer mais. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 55) É importante para ele que todos os seus amigos e família possam acreditar nele completamente. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 56) É importante para ele ser livre para escolher por ele mesmo o que fazer. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 57) É importante para ele aceitar as pessoas como elas são, mesmo quando ele discorda delas. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

[Voltar](#) [Seguir](#)



Survey Software powered by SurveyGizmo
surveygizmo

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

Save and continue survey later

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

Questões finais

Atenção: Todas as perguntas são obrigatórias.

5. Qual seu partido atual? (2016)

-- Please Select --

6. Agora vamos para as 5 últimas perguntas, que são bem rápidas. Primeiro, gostaria de você me dissesse o quanto você se considera parte da base do prefeito de sua cidade, variando de 1, caso você seja totalmente oposição ao prefeito e 6, caso você pertença totalmente à base do prefeito.

1. Sou
totalmente da
oposição ao
prefeito

2

3

4

5

6. Pertença
totalmente à
base do
prefeito

7. De acordo com as categorias do IBGE, você se considera:

- Branco
- Preto
- Amarelo
- Pardo
- Indígena
- Outro
- Prefiro não responder

8. Qual sua filiação religiosa?

- Católico
- Protestante
- Evangélico de missão
- Evangélico pentecostal
- Espírita
- Budista

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

- Agnóstico
- Ateu
- Outra. Qual?

9. Em média, com que frequência você comparece a alguma atividade religiosa?

- Nunca
- Apenas em ocasiões especiais (feriados religiosos, encontros, eventos...)
- Algumas vezes por ano
- 1 ou 2 vezes por mês
- 1 vez por semana
- 2 vezes por semana
- 3 ou mais vezes por semana

10. Vou descrever um tipo de sistema político e gostaria de saber o que o(a) senhor(a) pensa sobre ele como modo de governar o país. Me diga se é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo. - Ter um governo militar.

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

Voltar

Seguir

20%

Survey Software powered by SurveyGizmo
surveygizmo

14/01/2017

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

Save and continue survey later

Pesquisa - Doutorado (Vereadores)

11. Agradecemos profundamente sua ajuda, que faz com que a pesquisa das universidades no país se aprofunde e melhore em qualidade. Você deseja permanecer anônimo em suas respostas, com total sigilo, ou gostaria de abrir mão dessa anonimidade e ter seu nome relacionado às suas respostas de forma aberta?

- Manter sigilo
- Vereador/a abre mão da anonimidade

[Voltar](#)[Enviar](#)

80%

Survey Software powered by SurveyGizmo

surveygizmo